



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - CURSO DE MESTRADO

ANSELMO FERREIRA MACHADO CARVALHO

“A BAHIA CONSTRÓI O SEU FUTURO SEM DESTRUIR SEU PASSADO”:
POLÍTICAS CULTURAIS, TURISMO E BAIANIDADE NA MODERNIZAÇÃO DA
BAHIA
(1967-1983)

ANSELMO FERREIRA MACHADO CARVALHO

**“A BAHIA CONSTRÓI O SEU FUTURO SEM DESTRUIR SEU PASSADO”:
POLÍTICAS CULTURAIS, TURISMO E BAIANIDADE NA MODERNIZAÇÃO DA
BAHIA
(1967-1983)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rinaldo Cesar Nascimento Leite

Feira de Santana-Ba
2013

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado – UEFS

C321b Carvalho, Anselmo Ferreira Machado
“A Bahia constrói o seu futuro sem destruir seu passado”: políticas culturais, turismo e baianidade na modernização da Bahia (1967-1983) / Anselmo Ferreira Machado Carvalho. – Feira de Santana, 2013. 177 f. : il.

Orientador: Rinaldo Cesar Nascimento Leite

Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

1. História da Bahia. 2. Políticas culturais – Bahia. 3. Identidade baiana. 4. Turismo – Bahia. 5. Modernização. I. Leite, Rinaldo Cesar Nascimento. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Departamento de Ciências Humanas e Filosofia. IV. Título.

CDU: 981(814.22)

ANSELMO FERREIRA MACHADO CARVALHO

**“A BAHIA CONSTRÓI O SEU FUTURO SEM DESTRUIR SEU PASSADO”:
POLÍTICAS CULTURAIS, TURISMO E BAIANIDADE NA MODERNIZAÇÃO DA
BAHIA
(1967-1983)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estadual de Feira de Santana, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovado: 11 de março de 2013.

Prof. Dr. Rinaldo Cesar Nascimento Leite
(Orientador)
(UEFS)

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira
(UNEB)

Prof.(a) Dr^a Ione Celeste de Jesus Souza
(UEFS)

Ao meu pequeno Bernardo, com carinho!

AGRADECIMENTOS

Enfim terminei mais uma etapa na minha vida, e como sempre, com muito trabalho e dedicação. Foram dois anos de estudos entre viagens, leituras, disciplinas a cumprir, congressos a participar além das longas madrugadas solitárias, aliás, na companhia dos livros! Mas valeu a pena, e como sempre reitero o meu compromisso público: está aí um trabalho para a coletividade. Que esta dissertação contribua de alguma forma, para os que vão ler, no engrandecimento enquanto cidadãos.

No entanto, para agradecer vou voltar ao ano de 1960, quando meus avós Filó e Belita saíram do povoado de Limões em Esplanada para colocar seus filhos no ginásio na sede do município. Cresci ouvindo que era importante estudar! Por isso meus eternos agradecimentos aos meus avós, aos meus pais Fátima e Zé Carlos que não se furtaram um minuto só pela minha educação, mesmo com todas as dificuldades. Aos meus tios e tias sem exceção que sempre me ajudaram no decorrer desta trajetória e durante esta etapa do mestrado. Aos meus irmãos Felipe e Mateus pela companhia e torcida.

À minha companheira Andréa pelos dez anos de amor, paciência, convivência e por ter me dado a oportunidade de ser pai. Obrigado por ter me liberado dos cuidados com Bernardo nestes últimos meses da escrita, Ufa! Foram difíceis!

Aos amigos (não vou citá-los para não cometer injustiças caso esqueça-me de alguém) meu muito obrigado por ouvir, principalmente, minhas angústias durante a redação deste texto. A todos vocês que sempre acreditaram em mim.

Até à elaboração do projeto preciso mencionar algumas pessoas importantes. De início agradeço à professora Graciela Gonçalves, da especialização em História na Faculdade São Bento que me disponibilizou materiais importantes para execução do texto. Na UFBA, agradeço por demais a Lina Aras que me ajudou bastante no formato final do projeto. A meu primo e amigo Carlos Alberto pela leitura e sugestões feitas. A Thiago Machado, pelas leituras também!

Não devo esquecer-me dos funcionários das Bibliotecas e arquivos onde pesquisei: Biblioteca Central, SEI, Assembléia Legislativa, Bahiatursa. Obrigado pelo acolhimento e atendimento às solicitações feitas.

Na UEFS, me senti em casa, espaço fraterno onde fiz muitas amizades e onde aprendi a ser historiador. Ao Programa do Mestrado que me acolheu em suas

hostes. Aos colegas de turma, pelos momentos de discussão e companhia. Ao amigo e companheiro Danilo em especial, parceiro de casa e de vida, assim espero! A Viviane pelas leituras compartilhadas. A Livia (e em nome da turma) pelo autoastral nas Anpuhs! Aos professores Eurelino Coelho pelas brilhantes aulas, Márcia Barreiros pela preocupação com a teoria, Lucilene Reginaldo pelas observações ao projeto, e dicas ao texto de qualificação e pelo seu compromisso. Jacques Delpechin foi figura emblemática, jamais esquecerei dos debates e das leituras de Fanon! Ione Celeste é um capítulo à parte. Nossos “santos” se bateram logo de início! Meu muito obrigado por ter participado da banca e contribuído de modo singular a esta dissertação. Apesar de não ter tido a oportunidade de ter assistido suas aulas, mas foi pessoa simpaticíssima e bastante acolhedora. Meu muito obrigado à professora Elizete da Silva, sempre preocupada com os seus mestrandos.

Devo registrar também meus agradecimentos ao professor Raimundo Nonato Pereira Moreira, por ter aceitado fazer parte da banca e por ter dado contribuição significativa a este trabalho.

A Rinaldo Leite, mais que um orientador, parceiro, sempre atencioso e disposto a ajudar. Pessoa melhor não há. Meu muito obrigado de coração!

Aos funcionários do mestrado, em nome de Julival, meu muito obrigado!

À Capes pelo financiamento da pesquisa cuja ajuda foi de extrema importância! À Secretaria de Educação do município de Esplanada que me liberou das atividades para o mestrado e aos servidores públicos que com muita luta e greves conseguimos o nosso plano de carreira sem o qual não estaria liberado!

“Este é bem um estranho guia, moça. Com ele não verás apenas a casca amarela e linda da laranja. Verás igualmente os gomes podres que repugnam ao paladar. Porque assim é a Bahia, mistura de beleza e sofrimento, de fartura e fome, de risos álacres e de lágrimas doloridas”.

(Jorge Amado)

RESUMO

O presente trabalho trata de investigar o conteúdo empírico, os usos e as representações da **baianidade** enquanto “identidade baiana” a partir das políticas culturais e do turismo no período de vigência da ditadura militar no país. Especialmente depois de 1967 importantes órgãos voltados para tais elementos (a cultura e o turismo) foram criados na Bahia, a exemplo do Conselho Estadual de Cultura e da Bahiatursa. Estes fizeram parte de um processo de “modernização” que a Bahia vivenciou, que veio acompanhado da construção de representações sobre a Bahia e os baianos que, ao tempo em que procurava mostrar uma Bahia nova, também se apropriou de elementos do passado para se afirmar.

Palavras-chave: políticas culturais, identidade baiana, turismo, modernização.

ABSTRACT

This work investigates the empirical content, uses and representations of Bahianity while "Bahian identity" from the political and cultural tourism in the period of the military dictatorship in the country. However, it was after 1967 that important organs were created in Bahia, such as the State Council for Culture and Bahiatursa. These were part of a process of modernization that Bahia experienced and that came accompanied of constructions of representations about Bahia and Bahians that at the time he tried to show a new Bahia, also appropriated elements of the past to assert itself.

Keywords: cultural policies, Bahian identity, tourism, modernization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Editorial Viverbahia	77
Figura 02 - Centro de Convenções da Bahia	92
Figura 03 - Lançamento do programa Caminhos da Bahia.....	97
Figura 04 - Gaudenzi apresenta campanha “gaste pouco goste muito”	98
Figura 05 - Capa de Viverbahia da primeira edição	139
Figura 06 - Informe publicitário Viverbahia.....	140
Figura 07 - Informe publicitário Viverbahia.....	141
Figura 08 - Imagem do Carnaval baiano	148
Figura 09 - Questionário leitores	150
Figura 10 - Concurso de Fotografia.....	157

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Atividades do Conselho por sessões plenárias (1968-1971)	39
Quadro 02 - Atividades do Conselho por sessões plenárias (1973-1975)	39
Quadro 03 - Conselheiros do CEC (1967-1987)	45
Quadro 04 - Área de atuação e participação dos conselheiros	48
Quadro 05 - Hotéis em funcionamento na Bahia.....	89
Quadro 06 - Eventos no Centro de Convenções da Bahia.....	92
Quadro 07 - Dirigentes da Bahiatursa	94

LISTA DE SIGLAS

ACM	Antônio Carlos Magalhães
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia S/A
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CFC	Conselho Federal de Cultura
CFT	Coordenação de Fomento ao Turismo
CPE	Comissão do Planejamento Econômico
CIA	Centro Industrial de Aratu
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DAC	Departamento de Assuntos Culturais
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DTDP	Departamento de Turismo e Diversões Públicas
EMTUR	Empresa de Empreendimentos Turísticos da Bahia S/A
EMTURSA	Empresa de Turismo de Salvador
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde
PNC	Plano Nacional de Cultura
PLANDEB	Programa de Recuperação Econômica da Bahia
Prodetur/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PTR	Plano de Turismo do Recôncavo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SIC	Secretaria da Indústria e Comércio da Bahia
SUTURSA	Superintendência de Turismo do Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia

UNESCO
Cultura

Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a

VTD

Vôos Turísticos Domésticos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
 CAPÍTULO I - IDENTIDADES EM CONFLITO: A BAIANIDADE ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIZAÇÃO	29
1.1 O Conselho Estadual de Cultura- uma proposta cultural para a Bahia.....	29
1.2 A Revista de Cultura da Bahia	36
1.3 Os intelectuais do CEC e a identidade baiana	49
1.4 “Célula máter” da nacionalidade ou “produto Bahia”?.....	63
 CAPÍTULO II – A BAHIA: “TERRA DA FELICIDADE” E DOS BONS NEGÓCIOS.....	75
2.1 O binômio cultura/turismo: o debate fora do plenário do CEC	75
2.2 Turismo: “A indústria sem chaminés”	82
2.3 Paulo Gaudenzi: “opérario do turismo”	93
2.4 A política do turismo e suas apropriações da “baianidade”	101
 CAPÍTULO III – VIVERBAHIA: A SOLUÇÃO DO IMPASSE PARA OS EMBATES ENTRE A CULTURA E O TURISMO NA BAHIA	118
3.1 No princípio era o Verbo.....	118
3.2 <i>Viverbahia</i> : uma revista especializada em turismo.....	126
3.3 As representações da Bahia em <i>Viverbahia</i>	137
3.4 As formas de recepção ou os sentidos da “baianidade”	148
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
ANEXOS	171

INTRODUÇÃO

Imagens e representações sobre a Bahia e os baianos, de uma forma geral, são bem conhecidas de todos. No entanto, certas representações tornaram-se hegemônicas em detrimento de outras em várias épocas, e as apropriações destas representações refletiam interesses econômicos, políticos e culturais e serviam para afirmar grupos, disputar espaços perdidos, ou mesmo acompanhar momentos de “prosperidade” econômica.

Nosso objetivo central é analisar a **baianidade** como “identidade baiana” e enquanto **(re)**construções de representações sobre a Bahia e os baianos, que serviram para acompanhar, integrar, justificar e apresentar o processo de modernização em curso na Bahia, a partir dos anos finais da década de 1960.

Problematizo, neste trabalho, o deslocamento de estratégias dos usos da baianidade, que, por algum tempo, serviram para justificar projetos de reconhecimento político, mas que, no período da modernização pós - 1964 se justificou por um uso mais econômico. Uma baianidade mais tradicional também foi se deslocando para outra vertente mais ligada aos elementos populares e afro-baianos. No entanto, elas se entrecruzaram quando o assunto permeava a discussão das políticas culturais a serem implantadas na Bahia. O Conselho Estadual de Cultura e as políticas do turismo constituem os locais desta passagem.

Por outro lado, esta baianidade, com funções turísticas, agregou oficialmente novos elementos ao seu arsenal de representações, sem perder de vista aspectos tradicionais. Falo oficialmente porque, antes, já se apontava a presença dos elementos afro-brasileiros como representativos da identidade baiana, embora o discurso oficial do Estado ou das elites não os mencionassem.¹ Assim, busquei entender este deslocamento e pensar a identidade como algo ressignificado pela incorporação de novos aspectos.

A minha noção de baianidade se resume em concebê-la como um conjunto de elementos que serviram para definir a Bahia, dentre os quais, os referenciais do seu patrimônio histórico e arquitetônico, uma versão hegemônica de sua história,

¹ ROMO, Anadelia. O que é que a Bahia representa? O Museu do Estado da Bahia e as disputas em torno de uma definição da cultura baiana. **Afro-Ásia**, n. 39, 2009, pp. 115-151. Ver o caso do Museu do Estado da Bahia na década de 1940, que tinha como curador José Valladares. Talvez esta tenha sido uma das poucas tentativas de inclusão de aspectos da cultura afro-baiana em órgãos oficiais.

dos seus elementos mais tradicionais e dos aspectos mais “populares”: um olhar construído sobre sua “gente”, ou mesmo certo “modo” de vida dos baianos, o quesito música, a culinária, as festas populares, a figura da baiana de acarajé, os artistas baianos, escritores, na construção deste ideal de baianidade.

É preciso pontuar também que esta “identidade baiana” não é uma invenção recente, mas sim, uma identidade que é histórica e atenta aos debates do seu tempo. José Carlos Reis ao estudar as identidades nacionais, lança o questionamento que, “em qualquer perspectiva, o Brasil continua a colocar aos brasileiros a dramática pergunta: qual é a identidade que deve valer para conduzir as escolhas políticas, para fixar um projeto de nação?”² Esta pergunta pode muito bem valer para a Bahia, já que no decorrer de sua história foram múltiplos os referenciais para defini-la.

Rinaldo Leite, em sua tese de doutorado, se propõe a entender a construção dos elementos da identidade baiana por parte de suas elites nas primeiras décadas republicanas como resposta à percepção que tinham da perda de poder político da Bahia frente ao regime republicano que se instalava.³ O seu argumento foi que a Bahia elaborou uma identidade como contraponto à lógica de outros estados de tentarem impor o seu regionalismo como o fundamento da identidade nacional. Mas para isto, selecionou os referenciais, que em muito, excluíam a Bahia negra.

O historiador Paulo Santos Silva⁴, por sua vez, analisou as aglutinações político-partidárias pós 1930, depois da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, quando setores das elites baianas juntaram-se no autonomismo baiano (movimento político anti-varguista de cunho liberal) e fizeram frente à nova conjuntura política centralizada na União, considerada por eles desfavorável. Neste movimento, a recorrência à memória do passado foi tema constante. O referido autor, em seu trabalho, mesmo não se reportando diretamente à elaboração de uma identidade baiana, mostrou como os historiadores do período (alguns também políticos autonomistas) utilizaram suas obras históricas como combate político e pensaram numa Bahia condizente aos seus propósitos.

² REIS, José Carlos Reis. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 5.

³ LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas**. Tese (Doutorado) em História Social. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

⁴ SILVA, Paulo Santos. **Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador: EDUFBA, 2000.

Minha perspectiva aproxima-se das duas obras citadas. As elites dirigentes baianas e intelectuais valeram-se da memória do passado também, entretanto, para justificar suas práticas institucionais e suas ações num processo de modernização da Bahia durante a ditadura militar.

Penso as elites não exclusivamente a partir do seu lugar nas relações de produção, mas sim, a partir de suas relações com o mundo social, seus posicionamentos frente às hierarquias sociais e aos projetos de sociedade de seu tempo. No caso específico da Bahia, pensamos no conjunto diretivo que se formou em torno da estrutura do estado, remodelado pelas mudanças ocorridas pós golpe de 1964. Falo então em elites no plural, governantes, tecnocratas, intelectuais tradicionais, atores/sujeitos que se posicionavam mais à esquerda, mas que foram incorporados em cargos de gestão e, conjuntamente, foram responsáveis pelas estratégias e direcionamento das políticas públicas. Para Flávio Heinz,

A noção de elite, pouco clara e seguidamente criticada por sua imprecisão, diz respeito acima de tudo à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos. Se, em outros momentos sua imprecisão conceitual pôde ser percebida como uma deficiência por cientistas sociais e historiadores ciosos em dotar suas análises de “consistência científica”, esta mesma imprecisão tornou-se doravante cômoda e, de certa forma, *instrumental*: de fato, um número crescente de pesquisadores encontra na noção de elite uma forma de se estudar os grupos de indivíduos que ocupam postos-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo em que evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção.⁵

Como podemos ver, esta noção de elite vai de encontro a concepções anteriores⁶ que apenas distinguiam uma elite (minoritária e detentora do poder) das massas (maioria absoluta, porém excluída do poder). Contudo, não utilizo a noção

⁵ HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 07-08.

⁶ BOOBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5ª Edição. Brasília: Ed. UNB, 2000, pp. 385-391. Estes autores trazem a discussão sobre a teoria das elites, seus pontos negativos e positivos e as críticas do lado dos democratas e dos marxistas. Anteriormente, BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, pp.10-11. discute a noção de “classe política” - termo que toma emprestado de Gaetano Mosca, um dos teóricos das elites - que se refere a “todos os grupos que exercem o poder ou influência política e estão diretamente empenhados em disputas pela liderança política”. Dentro da classe política, segundo Bottomore encontra-se o grupo bem restrito que efetivamente exerce o poder, ocupa os postos administrativos, militares, “são os grupos funcionais, sobretudo, ocupacionais, que possuem status elevado (por uma razão qualquer) em uma sociedade”. A este grupo chama elite política. No entanto, dentro da classe política, estão além desta elite, outros grupos antagônicos, que competem por espaço e interesses; e os grupos que cooperam.

de prosopografia, ou de biografia coletiva, como método para analisar as elites, pois não busco mapear as elites baianas em sua totalidade. Procuro, apenas, ter noção do conjunto de grupos dirigentes e suas interferências no processo de modernização recente na Bahia.

Ante o processo político instalado com o golpe civil-militar de 1964, e a modernização que experimentou o país, as elites regionais disputaram espaços maiores. Na Bahia, esta elite apelou ao uso de representações simbólicas como estratégias de afirmação para a colocar como um estado com potencial e apto a receber recursos do governo federal e da iniciativa privada. Para isso, apelaram a uma identidade regional que estimulasse a unidade representacional, na concepção que confluísse para o “benefício comum de todos os baianos”. Esta foi uma estratégia de caráter político.

Convido o leitor então a refletir a problemática desta dissertação no debate historiográfico que pensa o político como uma dimensão aberta e relacional, refutando abordagens anteriores que só enxergavam nos fatos e feitos dos estadistas, dos “grandes” homens e dos “heróis” a única forma de se narrar o passado sob o prisma da história política.

A chamada Nova História Política, a partir da década de 1970, sobretudo na França, veio para assumir um posto renovador. Esta nova abordagem buscou a renovação via a interdisciplinaridade, por isso “é impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que a mesma precisa para respirar”.⁷ A emergência do político, no estudo da “baianidade”, pode ser assim compreendida através das demandas sociais e das necessidades do poder público em se tornar sujeito para sua organização, ou seja, ser ator do político. Desta forma:

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. Com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objeto geri-las?⁸

⁷ RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p.29.

⁸ RÉMOND, René. *Idem*, p.24.

Por sua vez, as consequências políticas do golpe civil-militar reordenaram o cenário político nacional, a política baiana e suas perspectivas de desenvolvimento. A deposição de João Goulart, em 31 de março de 1964, fez cair em muitos estados os seus aliados diretos. Na Bahia, o então governador Lomanto Junior (1963-1967), ao contrário, permaneceu no governo e fez a transição para os militares até 1967, quando assumiu, de fato, um aliado da ditadura, Luís Viana Filho, como governador.⁹ Porém, o Lomantismo não protagonizou a política baiana, que ganhou novos atores (não tão novos assim) que disputaram a hegemonia pelo controle da política baiana. Contudo, logo depois Luís Viana Filho e Juracy Magalhães, artífices do golpe e aliados da ditadura, foram, aos poucos, sucumbindo diante da força de um novo grupo em gestação na Bahia: os carlistas.¹⁰

A proposta inicial desta pesquisa era justamente investigar/refletir sobre as estratégias simbólicas e a apropriação da “baianidade” pelos carlistas e seu grupo. No entanto, surgiu uma diversidade de problemas que, em decisão conjunta com a banca de qualificação, levou a repensar os caminhos da dissertação. Redimensionei as sugestões e mudei a discussão do carlismo, enquanto grupo, como eixo central para entender esta identidade baiana. Todavia, ACM e o seu grupo político, pela dimensão que representou, em hipótese nenhuma deixariam de estar presentes ao analisarmos a Bahia nas décadas de 1960 a 1980, principalmente porque grande parte das políticas culturais e do turismo foram tomadas em seus governos.

A expressão que inicia o título desta dissertação, por sinal, é atribuída a ACM. “A Bahia constrói seu futuro sem destruir seu passado”¹¹ levou o nome da cartilha por ele elaborada. No entanto, esta expressão apareceu muitas vezes, como no seu retorno ao governo do estado em 1979, justamente para reforçar os emblemas de sua primeira gestão, entre 1971 e 1975.¹²

ACM foi bastante favorecido pelo golpe de 1964 e pela conjuntura favorável à implementação da modernização, haja vista que estava integrado aos bastidores da política baiana desde 1956 quando foi eleito deputado estadual. Aproveitou o vácuo

⁹ FERREIRA, Muniz Gonçalves. **O Golpe de Estado de 1964 na Bahia**. 2003. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2012.

¹⁰ DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. Segundo o cientista político baiano, o carlismo poder ser analisado a partir de três matizes: a primeira como o poder pessoal de ACM, a segunda como o grupo político que ele comandou e a terceira como a versão baiana da modernização conservadora implementada pelo regime militar.

¹¹ MAGALHÃES, Antônio Carlos. **A Bahia constrói seu futuro sem destruir seu passado (cartilha)**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1975.

político das oligarquias decadentes e consolidou esta “modernização” no “ensaio” de seu mandato como prefeito de Salvador entre 1967 e 1971. Neste período, o carlismo afirmou-se como principal força da Arena na Bahia, constituindo-se como liderança regional. A partir da indicação de ACM para o governo estadual (1971-1975) é que o carlismo se inseriu numa política sistematizada de desenvolvimento econômico concatenada à esfera nacional:

Os primeiros passos do carlismo já eram dados em direção ao fomento de (e interação com) atividades econômicas diversas do perfil agro-mercantil-financeiro predominante na Bahia: conflitos com o comércio e finanças estabelecidos, em torno da política tributária, compensavam-se com aproximação ao Banco Econômico, articulações em prol da petroquímica e o fomento de um mercado imobiliário capitalista numa Salvador enfitêutica.¹³

A Bahia já contava à época com o CIA, construído na gestão de Luiz Viana Filho (1967-1971), elemento fundamental, ao lado da Refinaria Landulfo Alves, para o desenvolvimento do processo de industrialização da Bahia. Depois do CIA, o Pólo Petroquímico de Camaçari foi o maior impulsionador do processo industrial baiano - antiga reivindicação das elites desde a década de 1950, muito embora, a contragosto das elites paulistas que queriam alargar o complexo de Cubatão. O Pólo, como é conhecido, veio para a Bahia no governo de Ernesto Geisel, por intermédio de Luiz Viana, ACM e de Rômulo Almeida. A justificativa para sua vinda era devido aos critérios de segurança nacional. Risério aponta que:

A entrada de Geisel na Petrobrás, aliando-se a sua tecnoburocracia, e as articulações de Rômulo aliando uma estratégia de descentralização industrial através da implantação do segundo polo na Bahia à ideologia de segurança nacional dos militares acabou por aliar o projeto dessa tecnoburocracia à cúpula militar e, portanto, ao próprio estado de então. Ao chegar à Bahia, em maio de 1970 o presidente Médici deu efetivamente seu apoio ao polo da Bahia considerando-o em seu discurso como uma realidade irreversível.¹⁴

Mesmo saindo do governo em 1975, após o revés para Roberto Santos, o carlismo ganhou vida com a nomeação de ACM para a presidência da Eletrobrás e se consolidou como força baiano-nacional. É nesse período, do “Milagre Brasileiro”, que a Bahia atrela-se ao grande capital estrangeiro e nacional, atraindo várias

¹² BAHIA. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, 16 março de 1979, p. 09.

¹³ DANTAS NETO, Paulo Fábio. “**Surf**” nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003, pp. 225-226.

iniciativas industrializantes. Este processo ficou caracterizado no plano regional com a personificação da política em torno de ACM, de seu autoritarismo, e de seu grupo, que voltou ao governo em 1979.

O momento não era de a Bahia reagir a uma situação desfavorável como o foi na primeira metade do século XX. Os desafios gravitavam em positivar a Bahia para que a mesma estivesse à frente neste novo processo e superasse o “enigma baiano” expressão cunhada por Otávio Mangabeira nos finais da década de 1940, quando em seu governo, diagnosticou um quadro econômico precário para o estado da Bahia.¹⁵

Analiso aqui o “enigma baiano”¹⁶ como um discurso reiteradamente reproduzido por setores da elite baiana, intelectuais, historiadores e economistas, que buscaram problematizar os “porquês” de um atraso econômico, os motivos de sua “involução industrial”, na expressão de Luís Henrique Dias Tavares. Pinto de Aguiar foi um destes. Advogado e empresário do ramo editorial nos anos 1950, postulava que o problema estava no desenvolvimento histórico da Bahia que não acumulou riquezas advindas da agroindústria de exportações, resultado de uma economia instável, reflexa, sazonal, sujeita às flutuações externas com baixo intercâmbio interno e baixa capacidade de poupança.¹⁷

Clemente Mariani, banqueiro com grande inserção no mundo dos negócios, filho de família ilustre da Bahia, deputado estadual, ministro da Educação e Saúde do governo Dutra e presidente do extinto Banco da Bahia, traçou, em artigo datado de 1957, uma panorâmica do que foi a Bahia no cenário econômico nacional. Buscava entender a conjuntura advinda da revolução de 1930, a qual chamaria de a “Revolução Madrasta”. Para ele,

O desenvolvimento da lavoura do cacau teria criado novas perspectivas de enriquecimento do Estado, com a conseqüente possibilidade de aplicação da poupança decorrente em benefício de sua economia, se o monopólio de cambio, iniciado com a Revolução de 30 e até hoje mantido sob formas

¹⁴ RISÉRIO, Antônio. **Uma história da cidade da Bahia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004, pp. 541-542.

¹⁵ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11ª edição, Salvador: EDUFBA, 2009, p.463.

¹⁶ Ele tenta expressar a discussão das causas da Bahia ter perdido ou se desviado dos caminhos da industrialização e do desenvolvimento econômico, quando no final do século XIX ela havia demonstrado um potencial promissor. Todavia, não faço aqui questionamentos sobre sua existência ou não, apenas denoto que a designação enigma baiano, apareceu em diversas passagens durante a análise das minhas fontes.

¹⁷ AGUIAR, M. P. de. **Notas sobre o “enigma baiano”**. Planejamento, Salvador, v. 5, n. 4. out./dez. 1977, p. 125.

diversas, não houvesse representado uma perfeita espoliação dos recursos da Bahia, em benefício do governo Federal, que desse modo obtém divisas baratas para atender as suas necessidades administrativas, ou mesmo à sua política econômica, geralmente traçada com absoluta insensibilidade para com os interesses do Estado e da população.¹⁸

Rômulo Almeida, advogado de formação e economista por excelência, buscou também nas razões históricas, o porquê do atraso econômico da Bahia, já que fora o grande centro do Brasil Colônia:

O desenvolvimento da indústria no sul não encontrava paralelo na Bahia. As razões principais parece-nos terem sido dois: ritmo fraco de capitalização, a decadência política da Bahia na República, efeito e novamente causa, as dificuldades de transporte, e a carência de energia, que, para vencê-las, não encontravam recursos na economia colonial baiana, as quais terão sido também causa de outra carência, a quase nula imigração. Todas estas causas estão intimamente relacionadas entre si e ainda com outro fator que é frequentemente personalizado nas figuras de Pedroso de Albuquerque e Pereira Marinho, e de outros ricos comerciantes, salvo talvez Aristides Novis. O interesse deles nos empreendimentos da produção era secundário quando não fosse nulo. Não tinham tirocínio industrial.¹⁹

Como vimos, foram muitas explicações, algumas de cunho mais econômico, outras analisando processos históricos, mas, decerto que, a retórica do “enigma baiano”, ainda permeava o cenário baiano nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, neste período, a perspectiva era outra, a de sua superação. “Em quatro anos a Bahia fez muita coisa que não conseguiu fazer em quatro séculos”, afirmava a cartilha governamental do governo ACM.²⁰ De certa forma, o período pós-1964 representou, na Bahia, uma modernização industrial, que, de fato, reestruturou a economia baiana, a partir da expansão industrial.²¹

¹⁸ MARIANI, C. **Análise do problema econômico baiano**. Planejamento, Salvador, v. 5, n. 4, p.55-121, out./dez. 1977, p. 71. Originalmente escrito em 1957. Clemente Mariani apontava como sendo os principais fatores para a inércia industrial a falta de experiência industrial das classes capitalistas, a falta de agentes com capacidade técnica e, sobretudo, a falta de mão-de-obra com relativa especialização.

¹⁹ ALMEIDA, Rômulo. **Traços da história econômica da Bahia no último século e meio**. Planejamento, Salvador, v. 5, n. 4, out./dez. 1977, 43. Rômulo Almeida foi responsável pela primeira iniciativa de planejamento econômico para a Bahia nos meados da década de 1950. Este texto foi escrito em 1949 e publicado inicialmente na *Revista de economia e política da Bahia*.

²⁰ MAGALHÃES, Antônio Carlos. **A Bahia constrói seu futuro sem destruir seu passado (cartilha)**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1975. “Durante cerca de quatro séculos, a Bahia desempenhou papel de primeira grandeza na evolução do país, em todos os domínios. A este longo período, seguiu-se a perda progressiva de iniciativa e liderança, que ameaçou levar o Estado à inércia e que ficou conhecido como enigma baiano”, p. 5.

²¹ Ela refletiu em inúmeras ações concretas: o Centro Industrial de Aratu, o Porto de Aratu, obras de iluminação pública, estradas, o Centro Administrativo da Bahia, o Centro de Convenções, a indústria do turismo, designada como “o lado ameno do progresso” e sua principal realização: o Complexo Petroquímico de Camaçari. Este período desencavetou projetos antigos na Bahia como, por exemplo,

Para Mendonça, “a modernização é um conceito político. É uma política do estado moderno com a finalidade de desencadear mudanças sociais, econômicas e políticas que transformam a sociedade sem revolução”.²² Na Bahia esta modernização representou a aceleração de um conjunto de transformações já em curso, nos planos industriais, culturais, turísticos e urbanísticos. A modernização baiana em questão foi conservadora, pois, no plano prático não deu conta dos processos democráticos, da ampliação dos direitos civis e sociais. Como diz Werneck Vianna, foi uma modernização cujo *modus operandi* foi o “conservar mudando”²³, fato que desfaz um equívoco no uso do conceito de modernização, que é, “muitas vezes, apresentado como uma reação contra a tradição”.²⁴

Tradição e modernização andaram quase sempre juntas na Bahia, tanto em nível de representações quanto nos termos mais estritamente políticos. Este par antigo/moderno, no mundo antigo, foi marcado por forte antagonismo, já que o moderno vinha depois do antigo, e este último entendido pejorativamente. Jacques Le Goff, afirma que esta relação foi prioritariamente contrastada no mundo ocidental. Ele discute estas oscilações e ambiguidades na relação antigo/moderno, reportando-se também ao período do Renascimento e da modernidade industrial. No entanto, afirma que nas sociedades onde a modernização foi imposta ela foi desigual e “o problema do moderno foi posto paralelamente ao da identidade nacional”.²⁵

Não trato de outras identidades baianas em oposição à identidade oficial e muito menos à identidade brasileira. Mas sim, penso na elaboração de representações da Bahia como se fossem “comunidades imaginadas”, na acepção de Benedict Anderson.²⁶ Este trabalho busca entender também, se houve disputas

as avenidas de Vale de Salvador, do engenheiro Mario Leal Ferreira dos anos 1940, e conceitos como planejamento, que se tornavam constantes no vocabulário dos governantes baianos.

²² MENDONÇA, Nadir Domingues. **O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade**. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 213.

²³ WERNECK VIANNA, Luís. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 41. Ancorado no conceito de revolução passiva, este autor, busca entender processos de transformações “pelo alto”, sem revolução, a partir de duas possibilidades: a) como programa de ação de elites conservadoras e b) como critério de interpretação. Confesso que é uma discussão um tanto complexa para esta introdução, no entanto, ajuda a perceber como a modernização conservadora implantada durante a ditadura militar, preservou em grande medida, grupos, projetos, intenções, anteriores ao “novo” que tentava inculcar como discurso ideológico para suas ações, autoritárias, por sinal.

²⁴ MENDONÇA, Nadir Domingues. *Idem*, p. 214.

²⁵ LE GOFF, Jacques. Antigo/ moderno. In: **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 185.

²⁶ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008. A região, comparativamente com idéia de nação, obviamente que em menor escala, é também politicamente imaginada resguardados os seus limites e sua soberania. Uma imagem de comunhão foi pensada

por uma identidade baiana, quais representações foram vitoriosas, quais foram descartadas e os motivos dessas escolhas. Argumentamos que escolhas implicam em decisões políticas, especialmente estas, que se tornaram políticas públicas a nível estadual. Daí entender quais estratégias foram utilizadas para divulgar estas representações, as apropriações pelos grupos, quais sentidos deveriam ser infringidos e suas práticas específicas.

Compreendo que foi reforçando elementos identitários locais/regionais, que as elites baianas produziram representações que “positivaram a Bahia”: enaltecendo suas riquezas e seu patrimônio cultural, evocando sua história, buscando no passado sua grandeza e, também, apropriando-se de elementos identitários de caráter popular, da cultura afro-baiana e que se reportavam a uma “sensualidade baiana”, à mestiçagem, a um “jeito de ser” do baiano, sobretudo propalados pelo literato Jorge Amado.

Estes múltiplos olhares materializaram-se na política oficial dos Governos do Estado da Bahia no período militar nas gestões de Luis Viana Filho (1967- 1971), ACM (1971-75) (1979-1983) e Roberto Santos (1975-1979). Dentre os instrumentos de divulgação e (re)construção da identidade baiana no período da modernização recente foram importantes: 1) *A Revista Viverbahia*, 2) *A Revista de Cultura da Bahia*; 3) As Cartilhas governamentais, 4) A imprensa (Jornais *A Tarde*, *Jornal da Bahia*, *Tribuna da Bahia*, *Correio da Bahia*); 5) O Diário Oficial do Estado da Bahia, 6) assim como os escritos de Paulo Gaudenzi, dirigente do turismo baiano em suas tentativas de teorização da atividade turística. Estes materiais são as nossas fontes. Para sua análise, seguiremos a premissa de que foram produzidos em um determinado contexto, com intenções específicas, e que demarcaram tanto suas posições na sociedade quanto as representações que dela faziam.

Como o leitor pode ver, as revistas são as principais fontes da nossa pesquisa. É importante afirmar que os periódicos fazem parte do inventário do historiador que se debruça sobre a construção de significados, sentidos e representações presentes, principalmente, nas sociedades mergulhadas na produção cultural midiática. A Escola dos Annales possibilitou uma revisão sobre as fontes históricas, sobretudo, em relação aos periódicos, na medida em que estes

para a Bahia e conformada para os baianos, mesmo que, a maioria destes não se conhecesse na sua totalidade.

captam a visão da sociedade da época, sendo um meio extremamente expressivo das ideias e valores de um tempo.²⁷

As revistas culturais podem ser consideradas “baluartes culturais”, ou seja, como pólo emissor e campo de interseção de propostas culturais, turísticas, artísticas e políticas.²⁸ Assim identifico a *Revista de Cultura da Bahia e Viverbahia*. Elas foram porta-vozes de projetos governamentais e estratégias de divulgação das políticas culturais. Na verdade, a iniciativa de se criar uma revista representa a decisão de fazer política cultural.

É necessário, portanto, perceber os lugares sociais de onde emergiam as falas destes periódicos, aquele campo de forças sociais aos quais seus enunciadores estão vinculados, quais projetos estão disputando e no âmbito geral inserir o periódico em sua vinculação com a sociedade. Heloísa Cruz alerta que,

Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos.²⁹

Ao demarcar temas, portanto, as revistas se inserem na discussão também da Nova História Política. Para além das questões do **político**, que segundo Pierre Rosanvallon “deve ser apreendido, no entrelaçamento das práticas e das representações”³⁰, ao que chama de cultura política, este trabalho busca uma interseção entre as noções de **representação** e de **identidade**.

Sobre estes conceitos analíticos os estudos culturais têm trazido à tona esta perspectiva, sobretudo, quando consideram as identidades nacionais como representações construídas. Dentre os teóricos mais importantes, destacamos Stuart

²⁷ LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

²⁸ CRESPO, Regina Aída. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRNACO, Stella M. S. **Cadernos de seminário de pesquisa**. Volume II. São Paulo: USP-FFLCH- Humanitas, 2002, pp. 98-116 Neste trabalho a autora estuda a emergência de periódicos culturais e literários latinos americanos no decorrer do século XX e como estes foram porta vozes de grupos que, muitas vezes, defendiam projetos contra-hegemônicos e reuniam escritores de várias nacionalidades em torno deles.

²⁹ CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, nº 35, dez. 2007, pp. 258-259.

³⁰ ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 87.

Hall.³¹ Faço apenas uma ressalva, a de que Hall trata das nacionalidades e eu trato de uma região, a Bahia, mas, posso considerar que as elaborações discursivas e representativas, obedecem a operações intelectuais e narrativas similares, e que as mesmas são apropriadas pelos sujeitos políticos e suas instituições.

Seguindo o argumento de Hall de que as identidades nacionais estão sendo enfraquecidas, descentradas e deslocadas pelos processos de globalização, podemos lançar a questão acerca do fortalecimento de identidades locais, particularistas, como é a identidade baiana.³² Ela seria uma consequência e uma resposta a esses processos mais amplos, como o crescimento da “homogeneização cultural”. Digamos que uma resistência à globalização. Isto apareceu nas fontes, quando os homens de cultura na Bahia rejeitavam o que chamavam de “cosmopolitismo” como desvirtuador das tradições da Bahia. Paralelo a este argumento, as políticas culturais nacionais, alinhadas ao projeto de integração nacional, visavam exaltar os particularismos regionais como partes de um todo: a identidade brasileira.

Todavia, para entender como se configurou esta identidade baiana, é fundamental a percepção de que as noções de representação e práticas, associadas às maneiras como são modificadas, elaboradas ou negadas – a apropriação –, são componentes importantes para inserirmos nosso trabalho em consonância com o modelo da Nova História Cultural proposto por Roger Chartier. Lynn Hunt alerta que as práticas, sejam elas no âmbito da economia ou da cultura, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido ao seu mundo.³³

Analiso as representações da/sobre a Bahia como formas de marcar espaço e fazer reconhecer uma identidade, sobretudo porque “os documentos que descrevem as ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes, foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias”.³⁴ Estas representações, tanto as inscritas no âmbito das políticas culturais quanto às veiculadas pelas políticas do turismo, corresponderam a práticas institucionais, medidas efetivas que foram agenciadas pelos sujeitos executores, respectivamente, o CEC e os tecnocratas das políticas oficiais do turismo.

³¹ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A 1999.

³² HALL, *Idem*, p. 69.

³³ HUNT, Lynn. (org.). **A nova história cultural**. Trad. Jefferson Luis Camargo, São. Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 25.

³⁴ HUNT, Lynn. (org.). *Idem*, p.18.

Perceber estas intencionalidades é fundamental para entender que as representações não são desvinculadas da realidade social, pelo contrário, são integrantes da mesma. Assim, nos remetemos a analisá-la como uma identidade imaginada em três níveis: a) a baianidade dos grupos dominantes, intelectuais e políticos, organizadores da cultura pelo fato de hegemonizarem os espaços institucionais, sobretudo, aqueles reservados às políticas culturais; b) De processos históricos, a modernização baiana pós-1964, cujos projetos perpassavam pela integração nacional - daí a importância dada às questões identitárias - e a dinamização da economia nacional a partir da industrialização financiada em grande parte pelo estado brasileiro e pelos capitais externos; e por último, c) de espacialidades territoriais, Salvador e o seu entorno, em detrimento de outras regionalidades do estado da Bahia.

Quando pensamos as identidades baianas, estamos nos referindo ao que Chartier chamou de representações enquanto discursos que ordenam a realidade, forjados pelos interesses de grupos ou classes.³⁵ Por isso é difícil definir a noção de baianidade, além de que a mesma procura abarcar uma diversidade territorial considerável.³⁶

O território do Estado da Bahia é bastante heterogêneo, perpassado por construções históricas distintas e regionalidades várias.³⁷ Salvador e seu Recôncavo, que viveram o apogeu da América portuguesa como porto internacional de trocas de mercadorias e centro da Colônia, até 1763, a Chapada Diamantina, o Oeste baiano, o Litoral Sul e Norte, e os grandes “Sertões” baianos possuem modos distintos de viver, de produzir suas riquezas materiais e de construir suas respectivas identidades.

³⁵ Utilizamos a noção de representação elaborada por Chartier, como uma operação intelectual que apreende a realidade, associadas às práticas que levam um grupo social, a fazer reconhecer uma identidade social, ou mesmo as formas institucionalizadas e objetivadas que fazem uns representantes ou pessoas individuais marcarem de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p.23.

³⁶ Uma questão a ser pensada é entendê-la como uma conceito/ noção, passível de ser historicizado, ou seja, produzido e articulado a um certo contexto, atuando e tornando-o compreensível, como nos apontam as reflexões de Koselleck. Ainda, sobre este autor, o mesmo nos incita a uma reflexão de que “a palavra [baianidade] pode permanecer a mesma (a tradução do conceito), no entanto o conteúdo por ela designado altera-se substancialmente”. KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

³⁷ FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. “Eu vou para a Bahia: a formação da regionalidade contemporânea”. **Bahia análise & dados**, Salvador: SEI v.9 n.4 março de 2000.

Portanto, a nossa análise estará atenta aos múltiplos referenciais identitários, mas centrando sua investigação nas representações veiculadas, construídas e divulgadas no período que se segue à modernização assentada na região de Salvador e Recôncavo da Bahia em fins da década de 60 do século passado.

Inúmeros trabalhos sobre a baianidade tem se apresentado com propostas diferenciadas quanto ao tema e quanto aos referenciais teóricos e metodológicos. A baianidade ora aparece nas análises sobre o carnaval soteropolitano³⁸, sobre o turismo recente³⁹, como uma ideologia⁴⁰, como uma singularidade do lugar⁴¹, nas canções sobre a Bahia⁴², nas análises jornalísticas⁴³, dentre outros. Há uma hegemonia de trabalhos antropológicos, jornalísticos e sociológicos, excetuando-se poucos trabalhos historiográficos que conhecemos e com os quais iremos dialogar.⁴⁴

³⁸ MOURA, Milton. **Carnaval e baianidade: arestas e curvas na coreografia da identidade do carnaval de Salvador**. Tese (Doutorado) - FCOM-UFBA. Salvador, 2001. Para este autor a baianidade é entendida como um texto identitário, ou seja, que realiza a asserção direta de um perfil numa dinâmica de identificação. É compreendida como um ethos baseado em três pilares: a familiaridade, que supõe a ambivalência numa sociedade tão desigual; a sensualidade, associada à naturalização de papéis e posturas; e a religiosidade, que costuma acontecer como mistificação numa sociedade tão tradicional. Seu estabelecimento é viabilizado pela sua suposta aproblematicidade e marcado pela reiteração de seus enunciados pela mídia, em que se observa a remissão recíproca dos notáveis.

³⁹ PINTO, Roque. A invenção da baianidade recente: Identidade, política e turismo no contexto soteropolitano. **Cadernos do Cedoc**, Ilhéus, n.6, pp. 9-25, 2006

⁴⁰ PINHO, Osmundo S. Pinho. **"A Bahia no fundamental". Notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade**. Rev. bras. Ci. Soc. vol. 13 n. 36 São Paulo Feb. 1998. Para este autor a baianidade é um objeto cultural multifacetado, que "existe" apenas nas formas de seu uso, sedimentado e agenciado pelo concerto de um determinado número de agentes identificáveis, sob o ambiente específico e definido do autoritarismo político e da discriminação racial operantes no Brasil por todo esse século. Este uso realiza-se como estrutura cultural de poder, na forma de uma ideologia sofisticada e persuasiva, de apelo popular e organicamente articulado à construção do imaginário nacional. Com uma dinâmica de produção análoga à produção da consciência nacional e baseada em representações construídas de povo e da autenticidade cultural.

⁴¹ RISÉRIO, Antônio. Uma teoria da cultura baiana. In: GIL, Gilberto. **O poético e o político e outros escritos**. Rio de Janeiro, Paz e terra. 1988.

⁴² MARIANO, Agnes. **A invenção da baianidade**. São Paulo: Annablume, 2009

⁴³ SAMPAIO, Tiago Santos. **ACM e a Bahia: a construção do discurso político-afetivo de Antônio Carlos Magalhães e a narrativa da baianidade**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação. Salvador, 2010.

⁴⁴ ENCARNACÃO, Elisângela Sales. **A Bahia imaginando-se nação: discursos que forjaram uma identidade cultural baiana entre as décadas de 1940 e 1970**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Regional e Local. Santo Antônio de Jesus, 2010. A autora analisa reconstrução de uma identidade baiana pautada em valores mais populares e afro-descendentes, dialogando com a literatura de Jorge Amado e também, problematiza como a Bahia entrou, discursivamente, para a região Nordeste. Já, LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas**. Tese (Doutorado) em História Social, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2005; discute como as elites letradas das primeiras décadas republicanas, refletindo a perda de poder político das mesmas neste período, elaboraram discursos que expressavam ora as grandezas da Bahia e ora seus infortúnios, valendo-se representações múltiplas sobre a Bahia, com exceção daquelas que se reportavam à "Mulata velha".

Acredito que o presente trabalho contribuirá para um melhor entendimento de alguns aspectos da Bahia contemporânea e sobre as representações que ora foram utilizadas em nome de uma modernização da Bahia, e que, inclusive, tiveram consequências dramáticas para o presente, quando centralizou boa parte dos interesses industriais, empregos, investimentos em infraestrutura, em cultura e educação na capital e em seu entorno.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Identidades em conflito: a baianidade entre a tradição e a modernização”, analiso a vida cultural da Bahia, enfatizando, sobretudo, a atuação dos intelectuais do Conselho Estadual de Cultura (CEC) como organizadores e formuladores da política cultural baiana no período em estudo e sobre qual Bahia se reportavam em seus escritos para justificar suas proposições e indicações no referido Conselho. O CEC reforçava uma baianidade das grandezas passadas e enfatizava, sobretudo, a questão do patrimônio cultural baiano. Em sua maioria, não assimilava bem a questão do turismo e os elementos populares evocados como referenciais de uma identidade baiana. Constatamos que existiam conflitos e tensões sobre alguns aspectos, o que nos obriga a analisá-los com mais acuidade, pois, as identidades podem ser entendidas como representações em disputa. O leitor participará das lutas de representação pela Bahia, ao entender que, os sujeitos propugnadores de identidades diferenciadas, mesmo integrantes de um mesmo processo, partiam de perspectivas, na sua maioria, divergentes.

O segundo capítulo, intitulado “A Bahia: ‘terra da felicidade’ e dos bons negócios”, tem como problemática central analisar as representações da Bahia e sua relação com o turismo, assim como identificar os elementos que serviram como atrativos turísticos e que trouxeram algum tipo de incremento à economia baiana.

No terceiro capítulo, estudo a trajetória da revista *Viverbahia* como solução das divergências entre a perspectiva cultural e a turística. Pretendo analisar a revista como fonte e objeto, como cenário de produção da notícia e como construtora de uma identidade baiana, ou baianidade, apresentada e reelaborada, sobretudo para atender aos interesses do projeto modernizante da Bahia, principalmente, o turismo. Quais identidades eram divulgadas pela revista e com que intenções, são problematizações abordadas neste capítulo, além da reflexão acerca dos sentidos destas representações.

CAPÍTULO I. IDENTIDADES EM CONFLITO: A “BAIANIDADE” ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIZAÇÃO.

Discuto neste primeiro capítulo a relação entre as políticas culturais implementadas na Bahia, durante a ditadura militar, pela apropriação de uma identidade baiana pautada em valores tradicionais. Esta “baianidade” emergiu dos discursos dos intelectuais do Conselho Estadual de Cultura (CEC) como justificativa para desenvolver políticas de preservação do patrimônio artístico e cultural no estado, e através da atenção dos órgãos federais para a importância da Bahia neste processo. No tocante à discussão identitária, o CEC alertava que a modernização em curso naqueles anos, sobretudo, quando elencava a indústria e o turismo como componentes de valor econômico a serem considerados, colocava em risco valores tradicionais da cultura baiana.

1.1 O Conselho Estadual de Cultura- uma proposta cultural para a Bahia

As políticas culturais no Brasil moderno foram inauguradas no contexto das transformações políticas e sociais advindas da presidência de Getúlio Vargas logo após sua ascensão ao poder em 1930. Antes disto, existiram ações isoladas de indivíduos ou instituições e por isso, não são consideradas políticas culturais.⁴⁵

Na Bahia, antes de 1930, uma exceção foi Wanderley Pinho⁴⁶ que escreveu um artigo para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), em 1917, no qual demonstrou preocupação quanto à preservação do patrimônio baiano. Preocupação que antecedeu à criação do primeiro órgão nacional que tratava do tema: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937.

Em 1927, no Governo Góes Calmon (1924-1928) ficara estabelecida a primeira lei de proteção aos monumentos baianos, na criação da Inspetoria Estadual

⁴⁵ Podemos incluir também o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia como local propositivo para as questões culturais na Bahia antes de 1930.

⁴⁶ PINHO, José Wanderley de Araújo. Proteção de objetos públicos e objetos históricos. In: **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 04, julho /dezembro 1969. O autor enfatizou o passado da Bahia como herança a ser preservada, criticava a não conservação do patrimônio pelos governos e ainda, culpava a modernização pelo desvirtuamento deste patrimônio. Na seção ordinária no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em primeiro de julho de 1917, propunha a constituição de uma Comissão dos Monumentos e das Artes com o fim de proteger, por todos os meios os monumentos públicos. Um episódio emblemático de destruição do patrimônio foi a Demolição da Catedral da Sé em Salvador, em 1933, no governo de Juracy Magalhães.

de Monumentos Nacionais com a finalidade de inventariar as obras de interesse cultural, os monumentos e a regulamentação dos tombamentos.⁴⁷

Em âmbito federal, na década de 1930, foram criados o Ministério da Educação e Saúde (MES), tendo a frente Gustavo Capanema, e o Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo (1935-38), coordenado pelo modernista Mário de Andrade. Na gestão deste, surgiram inovações para a época, como a inclusão do patrimônio imaterial na pauta de discussão, já que existia certa exclusividade para com o patrimônio palpável e material.⁴⁸ Vale destacar também a criação do Conselho Nacional de Cultura, vinculado ao MES, que data de 1938, e que fora o precursor do Conselho Federal de Cultura, criado pelo Decreto-Lei nº74 em 21 de novembro de 1966, já em plena ditadura militar.

A identidade nacional, neste período, constituía-se com as políticas culturais que valorizavam o nacionalismo, a mestiçagem e a identidade brasileira. Patrícia Pinho argumenta que foi neste período de elaboração da “brasilidade” que emergiu a “baianidade” enquanto identidade baiana no sentido de contribuição de elementos culturais da Bahia que ajudassem na construção de uma identidade nacional enquanto integrante de uma política cultural.⁴⁹

Nas décadas subsequentes, o destaque foi a criação do Ministério da Educação e Cultura (1953), o das várias iniciativas nos anos 1960 no campo da cultura não institucionalizadas como as Bienais de Artes Plásticas de 1966 e 1968, na Bahia, o Cinema Novo, a Tropicália, os teatros populares. Assim, no período deste estudo, podemos definir as políticas culturais como apanágio do Estado autoritário implantado pela ditadura militar no país e marcadas por forte centralização e institucionalização.

Em relação a uma definição conceitual/teórica sobre “políticas culturais”, adotei a perspectiva de Canclini:

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos

⁴⁷ SIMAS, Américo. Legislação de proteção aos bens culturais. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 03, jan/jun.1969, pp. 39-72. Simas menciona, ainda, a primeira ação isolada de um governante brasileiro no período colonial em 1742, em prol da preservação de um monumento histórico - o Palácio das Torres em Recife, construído por Maurício de Nassau no século XVII. O Vice-Rei Conde das Galveias, havia pedido ao governo português sediado em Salvador, que o prédio não virasse um quartel, em face de sua importância histórica.

⁴⁸ RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113.

⁴⁹ PINHO, Patrícia de Santana. **Reinvenções de África na Bahia**. São Paulo: Annablume, 2004.

comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad.⁵⁰

Obviamente que o período de 1964-1983 estabeleceu intervenções e metas sistematizadas na área cultural, inclusive como medida de segurança nacional e preservação da “personalidade” brasileira.⁵¹ Em relação ao caráter transnacional apontado na citação, levamos em conta a emergência da chamada “indústria cultural” no mundo Ocidental, a partir da década de 1960. No Brasil, isto se refletiu na ampliação da radiodifusão, na publicação de periódicos, nas emissoras de televisão, na indústria discográfica, que, na visão de Albuquerque Junior, se consolidava quando “os produtos culturais, começam a perder a sua aura de objeto sagrado e para poucos, os iniciados, e passam a ser vistos como objetos de consumo”.⁵²

Na Bahia, surgiram as primeiras iniciativas no setor televisivo, com a criação da TV Itapoan, em 1960. Inúmeras revistas e jornais de iniciativas particulares, como o do jornal de contracultura *Verbo Encantado*, nos anos 1970. Por parte do Estado, a revista *Viverbahia*, editada pela Bahiatursa, Empresa de Turismo do Governo, que inovava como uma revista voltada para o turista visitante.

Estas políticas culturais serviam para obter consenso sobre um tipo de ordem ou transformação social. No Brasil, elas funcionaram como “cimento” cultural aos projetos da ditadura militar. Na Bahia, reafirmaram a cultura dos “de cima”, sobretudo porque vinham justificadas através de uma “identidade baiana” que valorizava o passado das elites locais, seus feitos, suas glórias e seu patrimônio material.

A criação em 1966, do Conselho Federal de Cultura (CFC), foi uma delas. Conforme o artigo 2º do decreto que lhe deu vida, competia-lhe formular a política cultural nacional; cooperar para a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional, conceder auxílio para instituições oficiais de cultura, incentivar a

⁵⁰ CANCLINI, Néstor García. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (org.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: Clasco Libros, 2005, p.78.

⁵¹ COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984, pp.85-96.

⁵² ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval. M de. Gestão ou gestação da cultura: algumas reflexões sobre o papel do estado na produção contemporânea. In: RUBIM, Albino & BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007, pp. 61-86.

criação dos conselhos estaduais de cultura, elaborar o Plano Nacional de Cultura (PNC) com recursos do Fundo Nacional de Educação (FNDE), etc.⁵³

O seu anteprojeto, divulgado pela revista *Cultura*, publicação do próprio CFC, apontava como meta o apoio às ações que ajudariam na manutenção e preservação do patrimônio histórico, reforma e aparelhamento das instituições federais de apoio ao teatro, cinema, livro, rádio-difusão e, principalmente, o projeto das Casas de Cultura.⁵⁴

A ideia do patrimônio histórico vinha associada à necessidade de preservação da memória do passado da nação, desta forma, “o patrimônio histórico e artístico nacional é a memória de todas as gerações brasileiras que nos cumpre guardar e aproveitar, transferindo-a, sempre mais enriquecida, às novas gerações”, afirmava seu primeiro presidente e fundador, Josué Montello.⁵⁵

O CFC era composto por intelectuais renomados, a maioria deles proveniente da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Para Maia, este grupo, se apropriou das ideias que nortearam as políticas culturais da chamada era Vargas, a partir de noções como “tradição”, “passado histórico”, identidade nacional e memória nacional.⁵⁶

⁵³ DECRETO LEI Nº 74- 21 DEZ. 1966. In: **Cultura**. Rio de Janeiro: MEC, Conselho Federal de Cultura. Ano 01 nº01, jul 1967, pp.107-110. O decreto-lei nº 242, deste mesmo ano, determinava que 10 % de todo o dinheiro destinado pela União ao desenvolvimento do ensino, deveria custear o PNC. Aprovado em 1975, tinha como norte “a proteção, a salvaguarda e a valorização do patrimônio histórico e artístico e ainda dos elementos tradicionais, geralmente traduzidos em manifestações folclóricas e de artes populares, características de nossa personalidade cultural, expressando o próprio sentimento da nacionalidade” In: MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984, p.106.

⁵⁴ ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO NACIONAL DE CULTURA. In: **Cultura**. Rio de Janeiro: MEC, Conselho Federal de Cultura. Ano 01 nº02, ago. 1967, pp. 63-68. As Casas de Cultura estavam programadas para terem salas de espetáculos, projeção, concerto e salas de exposições para programas artísticos e sem fins lucrativos. Os conselheiros do Conselho Estadual de Cultura, na Bahia, discutiam os critérios para a instalação das mesmas, se por pólos de desenvolvimento regionais ou por disponibilidades das prefeituras. A primeira Casa de Cultura da Bahia foi instalada na cidade de Lençóis, na Chapada Diamantina.

⁵⁵ DISCURSO DE JOSUÉ MONTELLO. In: **Cultura**. Rio de Janeiro: MEC- Conselho Federal de Cultura. Ano 01 nº01, jul 1967, pp. 5-8. Em decorrência da instalação do CFC.

⁵⁶ MAIA, Tatiana de Amaral. **“Cardeais da cultura nacional”: o Conselho Federal de Cultura e o papel civil – militar (1967 – 1975)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010. _____. O patrimônio cultural brasileiro em debate: a ação do Conselho Federal de Cultura (1967- 1975). **Revista CPC**. 2011 n.11, pp. 60-86. _____. Memórias de si, sentidos revisitados: o Conselho Federal de Cultura e as comemorações em torno do movimento modernista (1967-1972), pp.187-216. In: MARTINS E SANGLARD. **História Cultural: ensaios sobre linguagens, identidades e práticas de poder**. Rio de Janeiro, Apicuri, 2010. Cf. CALABRE, Lia. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 37, janeiro-junho de 2006, pp. 81-98, que aponta para a contribuição do CFC como o início da institucionalização do campo da cultura, assim como traça um panorama executivo desta instituição, além dos recursos disponíveis pelo conselho durante sua vigência nas décadas de 60 e 70.

Dentre os membros fundadores do CFC em 1966, estavam nomes reconhecidos nacionalmente, como Clarival do Prado Valladares, Ariano Suassuna, Roberto Burle Marx, Adonias Aguiar Filho, João Guimarães Rosa, Rachel de Queiroz; Gilberto Freyre, Afonso Arinos de Mello Franco, Pedro Calmon, Rodrigo Mello Franco de Andrade.⁵⁷

A consciência cívica também foi umas das preocupações do CFC, aliada à defesa do patrimônio nacional, herança do antigo SPHAN, que se transformou em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) em dois de janeiro de 1946 e, nos idos de 1970, em Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Conselho, no período de sua centralidade no MEC, ou seja, de 1966 até 1975, teve três presidentes: Josué Montello (1967-1968), Arthur Cezar Ferreira Reis (1969-1972) e Raymundo Moniz de Aragão (1973-1974). Órgão consultivo, o CFC até 1975 manteve papel de destaque e centralidade nas decisões do MEC. A partir da gestão Ney Braga (Governo Geisel, 1974-1978) outros órgãos do próprio MEC começaram a despontar, e tiraram o “brio” do CFC.

Consoante Miceli, existiam duas vertentes no interior do MEC, uma patrimonial, voltada para questões mais humanísticas e preocupada com a construção do “ser brasileiro”, da valorização da cultura nacional e do patrimônio cultural, e a outra, a executiva, mais operacional e instrumentalista. A primeira vertente era a dos conselheiros do CFC, que rejeitavam a cultura de massas crescente desde os anos 1960. A segunda, era representada pelos “técnicos da cultura”, mais interessados na ação do estado em financiar e orientar as produções artísticas.⁵⁸

A vertente executiva, que agradava os militares em cheio, começou a ganhar espaço depois da criação do Departamento de Assuntos Culturais, o DAC, em 1972, na gestão do ministro Jarbas Passarinho (1969-73) e se efetivou com a consolidação do Plano Nacional de Cultura (PNC), de 1975. Assim, tinha-se de um lado, a visão humanista do CFC, que suavizava o endurecimento do regime, além de estimular o civismo e uma memória das elites, e do outro, a efetivação, por parte dos técnicos culturais, de um melhor gerenciamento da “cultura”, principalmente através da

⁵⁷ **Cultura**. Rio de Janeiro: MEC- Conselho Federal de Cultura. Ano 01 nº01, jul 1967. Ver contracapa com os nomes dos conselheiros.

⁵⁸ MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984, p. 59.

criação de novos órgãos como a Fundação Nacional de Arte (Funarte), o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE), o Conselho Nacional de Referência Cultural (CNRC), a Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC); a Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória), algumas inclusive fora da órbita do MEC.

A Bahia seguiu a iniciativa do CFC com a criação do Conselho Estadual de Cultura (CEC) em 13 de setembro de 1967. O CFC fora estruturado em quatro Câmaras: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico.⁵⁹ Análogo ao CFC, o CEC foi dividido nas seguintes câmaras: a) Câmara de Artes e Patrimônio; b) a Câmara de Letras; c) Câmara de Ciências; d) Legislação e Normas; e) Comissões Especiais. Em 1976, no Governo Roberto Santos (1975-1979), foi criada uma nova Câmara, a do Patrimônio, separada de Artes. No decorrer de sua existência as Câmaras sofreram algumas mudanças, mas, no geral, não perderam sua funcionalidade.

O Conselho Estadual de Cultura foi a primeira instituição a cuidar de forma sistematizada da “Cultura” na Bahia. Antes dele, houve poucas iniciativas em se pensando em políticas culturais. O governo Otávio Mangabeira (1947-1951), foi uma das poucas exceções. Através do seu Secretário de Educação, o educador Anísio Teixeira, foi criado o Departamento do Ensino Superior e Cultura (DESC), que promoveu o fomento à atividade cultural na Bahia, a partir do incentivo às artes plásticas, teatro, cinema e música. Neste período, foram criados o curso de Biblioteconomia da UFBA, o Clube de Cinema Walter da Silveira, ocorreu o I Salão Baiano de Belas-Artes e o III Congresso Brasileiro de Escritores, em 1950.⁶⁰ Em 1961, no governo de Juracy Magalhães (1959-1963), foram instalados a Inspeção de Museus e Monumentos, órgão da Secretaria de Educação e Cultura, instituído pelo decreto estadual nº. 18.124, e o Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia, que nunca saiu do papel.

Posso afirmar que a gestão do governador Luis Viana Filho (1967-71) foi marcada pelo início do processo de institucionalização das políticas culturais no estado da Bahia. Foram criados em seu mandato, o CEC, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, a Divisão de Museus e Patrimônio Histórico, todos estes órgãos da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Outro órgão, este

⁵⁹ Decreto Lei nº74 de 21 nov. 1966. **Cultura**. Rio de Janeiro: MEC- Conselho Federal de Cultura. Ano 01 nº01, jul 1967, p.107.

⁶⁰ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11.ª edição, Salvador: EDUFBA: 2008, p.464.

vinculado à prefeitura de Salvador - o Departamento de Turismo, da Secretaria de Assuntos Municipais e Serviços Urbanos, tratava de questões similares aos demais estaduais. No entanto, disputava poder com o CEC, como veremos mais adiante, havia naquele momento certo desconforto e recusa quanto às questões relacionadas ao turismo.

A querela e o debate era em torno da definição das atribuições de cada órgão dentro da SEC. O CEC queria se afirmar enquanto órgão primordial, pois entre suas funções regimentais, estava elaborar o Plano Estadual de Cultura e formular a política cultural do estado⁶¹ a considerar a Lei 2.464, de 13 de setembro de 1967, no seu artigo 36, estabeleceu claramente que as funções do CEC eram normativas e consultivas, sobre as artes, ciências, letras e o patrimônio histórico e cultural, competindo-lhe, dentre outras medidas, a defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado.⁶² Quanto à Divisão de Museus e Patrimônio Histórico, suas funções se baseavam no artigo 23 da mesma Lei nº. 2464. As suas atribuições eram elaborar e fazer cumprir as normas referentes à coleta, classificação, guarda e exposição de objetos e documentos de importância histórica. Funções muito mais executivas e pragmáticas do que as do CEC.

A Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, também tinha atribuições mais executivas, relacionadas à preservação, acrescidas do **binômio cultura e turismo**, que se referia “à estabilização, restauração e aproveitamento condigno dos bens e imóveis de interesses artísticos e históricos, para fins de seu conhecimento, promoção e adequada utilização como centros turísticos e de difusão cultural”.⁶³

Ao CEC caberia ainda estabelecer as diretrizes da política cultural do estado, aprová-las e indicá-las à SEC, enquanto os outros órgãos iriam executá-las. A partir do Parecer 09/1969 - processo 78/1969 CEC, ocorreu uma mudança que tanto a

⁶¹ Regimento interno. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Ano I nº 01, março /agosto 1968, pp.8-14. No artigo primeiro, é explicitada a Lei estadual 2464 de 13 de setembro de 1967 que regulamentava a participação de doze conselheiros que deveriam reunir-se pelo menos quatro vezes por mês. Uma de suas atribuições consoante o Artigo IV era a de elaborar a política cultural do estado, opinar sobre a organização e empreendimento de campanhas estaduais que visassem o desenvolvimento da cultura e também deliberar sobre auxílios do estado para eventos e atividades culturais. O CEC desempenhava um papel importante na elaboração e direcionamento das políticas culturais do Estado da Bahia

⁶² Lei 2464 de 13 de setembro de 1967. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Ano I nº 01, março /agosto 1968, pp. 7-8.

⁶³ Parecer 09/1969- processo 78/69 CEC. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Ano 4, nº 01, jul /dez 1969, pp. 77-80, presidido pelo conselheiro Nelson Sampaio.

Fundação do Patrimônio Histórico quanto a Divisão de Museus deveriam se submeter ao CEC. A primeira, a Fundação do Patrimônio deveria apresentar seu plano de trabalho anual com as prioridades para aprovação no plenário do CEC.

Acredito, porém, que, para além de atribuições regimentais e burocráticas, o que esteve em jogo era o prestígio de uma elite intelectual que se intitulava portadora dos rumos que a “Cultura” da Bahia deveria seguir em detrimento de ações meramente técnicas. Apesar de muitos dos conselheiros, sobretudo, os ligados à área de arquitetura, estarem inclusos neste grupo, ao mesmo tempo, integravam projetos nos departamentos da UFBA que executavam empreendimentos mais técnicos.

A concepção de cultura para o CEC era bem alargada, e compreendia, além da formação humanística, o apreço aos equipamentos e bens culturais, bem como o acesso ao financiamento de manifestações artísticas, como dança, publicação de obras, financiamento de eventos culturais. Todavia, o CEC não tinha autonomia orçamentária, dificultando, em alguns casos, o fomento aos eventos culturais.

No processo destas disputas no interior do CEC a consolidação das políticas culturais na Bahia aconteceu na primeira gestão de ACM como governador (1971-1975), a partir da criação da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FACEBA), pela Lei nº 3.095 de 1972. Em 1974 ela começou a funcionar com regimento próprio e com a função de dinamização da cultura. A segunda mudança foi que o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), no segundo mandato de ACM (1979-1983), ficou responsável pela preservação do patrimônio cultural, com ênfase no turismo. O CEC continuou responsável pela aprovação da política cultural do estado.

1.2 A Revista de Cultura da Bahia

Enquanto a *Revista de Cultura Brasileira* editada pelo CFC era trimestral, a *Revista de Cultura da Bahia*, editada pelo CEC, foi semestral até o seu sexto volume, datada de julho-dezembro de 1971, no primeiro mandato de ACM. Do sétimo volume (janeiro-dezembro de 1972) até o décimo terceiro volume (de janeiro-dezembro de 1978) a sua publicação foi anual. O volume 14 correspondia às atividades do Conselho de janeiro de 1979 a dezembro de 1980 (dois anos) e o seu volume 15, o último por nós pesquisado, se referia aos quatro anos de 1981-1984.

O CEC funcionou desde sua fundação em 1967 até 1984, no bairro da Graça, em Salvador, local das sessões ordinárias. As sessões extraordinárias aconteciam em outros lugares, como na sede do IGHB, na Assembleia Legislativa ou mesmo na sede do Governo da Bahia no CAB.

Quanto a Revista de Cultura da Bahia, seu periódico institucional, foi uma revista com boa recepção, segundo indica alguns depoimentos de outras instituições, como o Conselho de Cultura do Rio Grande do Sul. Vários centros de pesquisa solicitavam a revista, e a incluíam dentre os periódicos mais importantes do mundo nas especialidades em ciências sociais, como atestava a Maison Dês Sciences de L'Homme de Paris na França. Também a Cornell University Libraires de Nova York, a Universidade de Berkeley da Califórnia entre outros que solicitaram volumes de Revista de Cultura da Bahia.

Alguns de seus volumes foram impressos pela Empresa Gráfica do Estado da Bahia (EGBA) e os demais, por diversas gráficas particulares de Salvador. O processo de impressão era feito por licitação. O preço mais em conta de um universo de três ou quatro gráficas era aceito e deliberado em parecer pela comissão de organização da Revista. Sua tiragem não foi por nós descoberta, no entanto, sua distribuição era feita em repartições públicas do Estado. Somente na licitação de impressão da revista número 10 (janeiro-dezembro de 1975) é que constava o indicativo para uma tiragem entre 500 e 1000 exemplares. Nas demais edições não aparecia a tiragem da revista.

Muitos foram os artigos científicos de autores baianos publicados pela revista, além de notícias sobre os pesquisadores baianos de diversas áreas do conhecimento. Matérias anunciavam a produção do mestrado em Ciências Sociais da UFBA, recém fundado em 1968. Pareceres indicavam a publicação de livros, financiamentos de reformas de igrejas, solares antigos, e boa parte dos auxílios requeridos por órgãos de pesquisas, a exemplo do Centro de Estudos Baianos da UFBA. Já as solicitações de demandas por parte de indivíduos isolados (escritores, artistas, poetas e cidadãos comuns) passavam pelo crivo rigoroso do CEC, sobretudo para a publicação de livros e, nem todos obtinham sucesso.

Estas características tornavam o periódico informativo e de interesse público, uma vez que, além de publicar as discussões e deliberações das ações do estado no plano da cultura, servia de espaço para exposição de pesquisas. Vale destacar que outros periódicos circularam na Bahia neste período, de interesse acadêmico e

científico como a *Universitas* revista da UFBA, a revista da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural e a do IGHB, dentre outras.

A maioria dos volumes iniciava os trabalhos com editorial escrito por um dos conselheiros, sucedido pelos artigos dos conselheiros e dos convidados-pesquisadores, escritores e gente do meio intelectual baiano. Em seguida, apresentava o movimento do CEC, constituído pelos pareceres, indicações, proposições, resoluções, moções e, ao final de cada mandato, a prestação de contas das atividades do Conselho. As indicações, pareceres, deliberações e moções eram discutidas e colocadas para a apreciação do plenário do CEC e endereçadas à SEC, de onde partiam para a Assembleia Legislativa da Bahia, inclusive boa parte dos encaminhamentos para as questões culturais dos outros órgãos que compunham a estrutura da SEC.

Das temáticas publicadas pela revista em forma de artigo a maioria enfatizava a questão do patrimônio, seguidas dos temas referentes à vida cultural baiana, à história da Bahia, às atividades e pesquisas correntes; homenagens aos grandes “personagens” representativos da cultura baiana, a partir dos critérios do CEC: poetas baianos, historiadores, políticos do passado e contemporâneos. O nascimento de Rui Barbosa ficava sendo o marco para se comemorar o dia nacional da cultura. A figura de Rui Barbosa era reiteradamente citada. O calendário cultural do estado, elaborado anualmente pelos conselheiros, constava as datas de nascimento e/ou centenário de muitas “figuras ilustres” da Bahia.

Os quadros 01 e 02, respectivamente, cobrem os períodos: 1968-71 – os primeiros anos de funcionamento do CEC - e o período 1973-1975, que marca intenso debate sobre o patrimônio. A maioria das sessões plenárias correspondeu às questões voltadas ao patrimônio, e demarcava a centralidade deste tema para o CEC. O que não implicava que outros temas de relevância cultural não fossem discutidos.

As sessões mantiveram um número constante, demonstrando a regularidade e cumprimento ao regimento interno. Em 1971 foram 25 sessões, em 1972 os conselheiros reuniram-se em 52 sessões registradas em atas, em 1976 este número aumentou para 79; e em 1978, foram 52 plenárias. Para o triênio 1979-1981, foram 36 sessões plenárias em 1979, 52 em 1980; 49 em 1981; e 51 sessões em 1982. Neste período, a Câmara de Patrimônio foi a que mais se reuniu, com 187 sessões,

seguida de perto da Câmara de Música com 175 sessões. Foram ouvidas pessoas engajadas em teatro, música e artes plásticas.

No ano de 1983, foram realizadas 43 reuniões, com destaque para a Câmara de Legislação e Normas, que se encarregou de nova mudança no regimento interno. Por fim, em 1984 foram realizadas 52 sessões plenárias e ocorreu a suspensão da impressão da *Revista de Cultura da Bahia*, por motivos ainda não acessíveis.

Quadro 01- Atividades do Conselho por sessões plenárias (1968-1971)

SUMULA DAS ATIVIDADES DO CONSELHO					
Especificação	1968	1969	1970	1971 (até 9,3)	TOTAL
Sessões ord. Plenário	45	50	50	10	155
Sessões Extra. " "	2	2	1	—	05
Sessões da Câmara de Artes e P.	31	48	44	07	130
Sessões da Câmara de Letras	10	30	34	03	77
Sessões da Câmara de Ciências	04	05	06	—	15
Sessões Com. Legisl. Normas	08	03	01	—	12
Indicações aprovadas	08	10	12	01	31
Resoluções aprovadas	08	—	01	—	09
Pareceres aprovados	11	16	09	—	36
Corresp. recebida	81	134	109	21	345
Corresp. Expedida	73	768	203	22	1066

Fonte: SAMPAIO, Nelson de Sousa. Três anos de Conselho. *Revista de Cultura da Bahia*. Salvador, nº 05, jul-dez 1970, pp. 137-145.

Quadro 02 - Atividades do Conselho por sessões plenárias (1973-1975)

SESSÕES PLENÁRIAS 1973 — 43 sessões	COMISSÃO ESPECIAL DA REVISTA 1973 — 08 sessões 1974 — 08 sessões 1975 — 01 sessão
SESSÕES PLENÁRIAS 1973 — 43 sessões 1974 — 53 sessões 1975 — 10 sessões	PARECERES 1973 — 22 1974 — 33 1975 — 05
CÂMARA DE ARTES E PATRIMÔNIO HISTÓRICO 1973 — 39 sessões 1974 — 48 sessões 1975 — 05 sessões	MOÇÕES 1973 — 04 1974 — 08 1975 — —
CÂMARA DE LETRAS 1973 — 35 sessões 1974 — 39 sessões 1975 — 06 sessões	INDICAÇÕES 1973 — 01 1974 — 03 1975 — 01
CÂMARA DE CIÊNCIAS 1973 — 02 sessões 1974 — 01 sessões 1975 — nenhuma	PROPOSIÇÕES 1973 — 01 1974 — 03 1975 — 01
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS 1973 — 04 sessões 1974 — 04 sessões 1975 — nenhuma	RESOLUÇÕES 1973 — 04 1974 — 01 1975 — —

Fonte: Relatório das atividades desenvolvidas no Conselho Estadual de Cultura. Biênio 1973-1975. *Revista de Cultura da Bahia*, Salvador, nº 10, jan-dez 1975, pp. 131-2.

Quanto a este registro, periódicos constituem-se geralmente como um espaço plural, com vozes polifônicas, mas, antes de tudo, um espaço que revela unidade, “em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão”.⁶⁴ A *Revista de Cultura da Bahia* foi um espaço de constituição de uma rede de intelectuais que se deparava com o iminente processo de modernização iniciado nos fins dos anos 60 e no decorrer dos 1970 do século XX.

Na problematização deste tipo de fonte, a revista, a metodologia da análise dos discursos nos informa que certos termos são indicadores de uma identidade assumida entre pares. Um universo restrito no qual as falas as quais se reportavam uns aos outros eram, na sua totalidade, elementos que comprovam o nosso argumento. As divergências eram mínimas e havia uma remissão recíproca quanto aos conteúdos aos quais se reportavam e das posições a assuntos veiculados na revista, como os elogios constantes de conselheiro para conselheiro.

Assim, foi comum encontrarmos frases que expressavam a vinculação afetiva, sobretudo nas moções e nas atas das reuniões do plenário, como “confrade”, “amigo”, “querido acadêmico”, “nobre conselheiro”, “ilustre companheiro”, “eminente professor”. Os termos de afetividade demonstravam o clima de afinidade entre os conselheiros, mas também entre os políticos. Os governadores Luiz Viana Filho e Roberto Santos, acadêmicos que eram, foram tratados como colegas pelos conselheiros e reconhecidos como homens de cultura. Antônio Carlos Magalhães foi reconhecido pelo esforço e atendimento às demandas do CEC. Foram comuns as suas visitas e sugestões no plenário. Demais membros do governo visitavam o Conselho, principalmente em datas comemorativas. Luiz Navarro de Brito, secretário de Educação nos primeiros anos do Governo Luiz Viana, voltava ao Conselho em 1973 para proferir palestra e assim registrou o momento:

Agradeço-lhes muito sensibilizado o convite que me fizeram para participar desta reunião do conselho de cultura. Não se trata de um agradecimento formal. Ao contrário, ele reflete ao mesmo tempo a emoção de voltar a este órgão que ajudei a criar na Bahia e a consciência do privilégio que me é concedido de privar alguns momentos, do calor deste colegiado onde reencontro velhos amigos, e dos melhores credores da cultura baiana.⁶⁵

⁶⁴ SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p. 249.

⁶⁵ BRITTO, L. N. A Unesco: uma tentativa de abordagem. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 09, janeiro /dezembro 1974, p.1.

Este depoimento de Navarro de Brito ratifica a preocupação em delimitar o conjunto dos conselheiros do CEC enquanto elite cultural, bem como a explicitação das características a eles atribuídas. A própria legislação do CEC os caracterizava “entre pessoas eminentes da cultura, residentes no estado e de reconhecida idoneidade, os quais deverão representar as diversas artes, ciências e letras”.⁶⁶ Uma elite cultural, formada por intelectuais, homens das Letras, da Filosofia, da História, da Medicina, do Direito, da Arquitetura, das Artes e de outras áreas do conhecimento. A maioria deles de carreira acadêmica e membros da Academia de Letras da Bahia e do IGHB.

Alguns conselheiros se destacavam no CEC, figuras renomadas no seio intelectual e na academia como Thales de Azevedo, Américo Simas Filho, Odorico Tavares, José Calazans Brandão, Mario Cravo Junior, Nelson de Souza Sampaio e Wilson Lins, muitos deles políticos.⁶⁷ A dançarina, coreógrafa, pesquisadora e professora da UFBA Dulce Tamara Lamego Silva e Aquino e a cantora Maria Bethânia, em 1979, foram as primeiras mulheres a ocuparem assento como titular no Conselho, o que revelou um ambiente masculino.⁶⁸

A concepção de intelectual que utilizo está fundamentada em uma dupla perspectiva, sobretudo, como categoria de análise que ajuda a interpretar os sujeitos históricos dentro do contexto no qual estavam inseridos. A primeira delas, como organizadores da cultura, criadores e mediadores, uma visão mais ampla e sócio-cultural.⁶⁹ E a segunda, pensá-los a partir do seu engajamento e não somente restritos às funções meramente intelectuais.⁷⁰ Estas duas perspectivas de análise se complementam e estão associadas à rede de intelectuais que formavam o CEC, e que os revelavam como atores do político.

Acredito que os conselheiros que faziam parte do CEC, cumpriam a função de “intelectuais” na sociedade. Partiam da *Revista de Cultura da Bahia*, locus de suas

⁶⁶ Regimento interno. In: **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Ano I nº 01, março /agosto 1968, p.8.

⁶⁷ Nem todos eram intelectuais de fato, no sentido de produção de conhecimento. Evidencio mais os que escreviam na revista e que tiveram uma participação mais constante nos mandatos do CEC. Ver Quadro 04. Os demais podemos considerar como agentes ou sujeitos da cultura.

⁶⁸ Cf. Quadro 03.

⁶⁹ SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p. 231-269.

⁷⁰ GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: 4ª Ed. Civilização Brasileira, 1982.

ideias, para expor o que pensavam sobre as questões da cultura e, mais ainda, formulavam a política cultural, já que o Estado da Bahia não dispunha de uma Secretaria da Cultura separada e autônoma, pois a mesma estava vinculada à Secretaria de Educação.

Gramsci discute a ação dos intelectuais como portadores de interesses de um grupo ou de uma classe, ou seja, discorre sobre a sua organicidade e vinculação a processos cuja ligação é inerente. Para ele dificilmente um intelectual será “autônomo” e independente. No entanto, parece que, para um melhor entendimento da atuação dos conselheiros é preciso atentar para a premissa de que,

Cada grupo social "essencial", contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou - pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias categorias de intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.⁷¹

O autor estava se referindo aos eclesiásticos, na análise do Risorgimento italiano. Para o caso da Bahia, eram intelectuais tradicionais que há décadas anteriores à modernização baiana pós-1964, vinham atuando e participando da vida política, cultural e social do Estado da Bahia. A maioria deles nasceu nas primeiras décadas republicanas, portanto, homens de certa idade.

Esta delimitação dos conselheiros do CEC como “intelectuais tradicionais”, na acepção gramsciana, pode ser evidenciada, além dos critérios acima elencados, pelo critério do recrutamento:

Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.⁷²

No CEC, este processo pode ser evidenciado pela forma de participação/cooptação. Os conselheiros eram nomeados diretamente pelo governador da Bahia e, inseridos no processo de elaboração das políticas culturais para o estado, num contexto de forte centralização das ações culturais. Porém, isto não implicava que

⁷¹ GRAMSCI, Antonio. *Idem*, p.5.

⁷² GRAMSCI, Antonio. *Idem*, p.9.

pegaram o “bonde andando”. Sonia Regina de Mendonça⁷³ nos mostra com clareza que os intelectuais são sujeitos portadores de decisões e de comprometimento político ao grupo que se vincula. Critica, pois, uma visão bastante difundida do intelectual como um ser que “paira” sobre a sociedade, como se sua atuação fosse “neutra”, ou mesmo como porta-vozes dos interesses da nação, e/ou das camadas populares que não teriam, em tese, capacidade de colocar em prática seus anseios e propósitos.

A crítica de Mendonça é esboçada principalmente no sentido de se separar mecanicamente o Estado da sociedade civil, como se o primeiro não tivesse relação com a segunda, ou seja, seria externo a ela. Da mesma forma alerta que os intelectuais têm um papel fundamental na organização da vontade de um grupo ao qual se filiam, e no qual tentam levar adiante seu projeto de poder.

A historiadora Tatyana Maia⁷⁴, ao estudar os intelectuais do CFC, os considerou como portadores da cultura nacional, esquecendo-se, de, ao contrário, estabelecer suas vinculações com o mundo da política, principalmente sua ligação com a ditadura. Vale lembrar que o período que estudo, 1967-1983, foi um regime de exceção, caracterizado pela ditadura militar brasileira, portanto, marcado pela repressão e pela coerção de ideias alternativas e de projetos populares. A consequência disto era a grande dificuldade que se tinha de criação de aparelhos privados de hegemonia que se contrapusessem a uma visão do Estado sobre a cultura, sobretudo, no quesito modernização. As políticas públicas da área cultural estavam nas “mãos” de poucas mentes letradas.

Carlos Nelson Coutinho, em seu livro, *Cultura e sociedade no Brasil*⁷⁵ analisou o papel dos intelectuais sob o efeito da “via prussiana”, conceito que se aproxima do que Gramsci chamava de “revolução passiva” que seria ao nosso ver, os processos de passagem para o mundo burguês, capitalista, pelo alto, contornando os conflitos entre as classes dirigentes, e inibindo a participação das massas neste processo.

⁷³ MENDONÇA, Sônia Regina de. **Intelectuais na historiografia brasileira**. IV Simpósio Nacional Estado e Poder: intelectuais 8 a 11 de outubro de 2007, Universidade Estadual do Maranhão São Luís/MA. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado_poder/40.pdf>. Acesso em: 21 Dez. 2011.

⁷⁴ MAIA, Tatyana de Amaral, *Op cit*, 2010.

⁷⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*. In: **Cultura e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000, pp.33-68.

Os intelectuais, segundo Coutinho, estariam submetidos a este processo, uma vez que, devido à escassez de espaço, a única saída, até mesmo por questões de sobrevivência material, era se integrar aos espaços hegemônicos. Este não era o caso da maioria dos intelectuais do CEC. Estes não eram remunerados para exercer suas funções e boa parte deles tinham atividades fora do conselho, como professores universitários, políticos, homens de negócios etc.

No entanto, dois casos merecem uma observação. O primeiro é Gilberto Gil que integra o conselho em 1979, na segunda gestão de ACM, no período de abertura do regime sob o comando do presidente Geisel. Ele havia participado do movimento da Tropicália, que, no conjunto geral, fazia parte de um “romantismo revolucionário” no plano da cultura, conforme argumenta Ridenti. Segundo este autor, mesmo vivendo numa ditadura militar, o contexto era de uma relativa “hegemonia de esquerda”⁷⁶ no meio cultural.

Gilberto Gil informou de antemão que não estaria presente em todas as reuniões do CEC, por conta dos compromissos de trabalho. E que na Bahia, afirmava “não existem programações do tipo circuitos, como ocorre em outras regiões (a exemplo de São Paulo)”, o que considera, ainda, “uma grande lacuna no campo cultural”.⁷⁷

O segundo caso foi o conselheiro João Augusto Azevedo Filho (1928-1979)⁷⁸ um dos protagonistas do teatro popular na Bahia, fundador do teatro Vila Velha em 1959, e que mantinha uma postura de defesa dos valores democráticos. Coutinho analisa o processo de cooptação porque passam os intelectuais e, ao mesmo tempo, pondera que os mesmos não necessariamente aderem de forma unilateral ao projeto dominante, mas que a cooptação faz com que defendam posturas dominantes e “neutras”.

Esta prerrogativa valia mais para grupos de esquerda que ficavam marginalizados. Assim, pensamos os intelectuais do CEC, que não tinham uma postura aberta de crítica ao regime militar na Bahia⁷⁹, pelo menos não verificamos isto na revista; ocupando os espaços institucionais.

⁷⁶ RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁷⁷ Gil e Betânia vão para o Conselho de Cultura. **Correio da Bahia**, 14 de abril de 1979.

⁷⁸ Cf. < <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/04/revista%20da%20bahia/Teatro/arquite.htm>>, uma pequena biografia de João Augusto Azevedo Filho. Acesso em: 21 out. 2011.

⁷⁹ Em raras passagens alguns conselheiros manifestaram explicitamente suas ideologias político/partidárias que, no geral, condenavam movimentos ditatoriais e os consideravam inimigos da

Quadro 03 - Conselheiros do CEC (1967-1987)

PERÍODO/GOVERNO	CONSELHEIROS
09 de março de 1968 a 15 de março de 1971 Governador: Luiz Viana Filho. Secretário de Educação Cultura: Luis Navarro de Brito, Edivaldo Machado Boaventura	1. Francisco Peixoto de Magalhães Neto (Presidente Interino 12/03/1968 a 30/03/1968) 2. Odorico Montenegro Tavares (Presidente de 30/04/1968 a 03/09/1968) 3. Nelson de Souza Sampaio (Presidente de 03/09/1968 a 15/03/1971) 4. Carlos Eduardo da Rocha 5. Diógenes de Almeida Rebouças 6. Américo Furtado Simas Filho 7. Godofredo Rebello de Figueiredo Filho 8. Hélio Simões 9. José Calasans Brandão da Silva 10. Mário Cravo Júnior 11. Thales Olimpio Góes de Azevedo 12. Fernando Luis da Fonseca (a partir de 15 de julho de 1969) 13. Aloísio Prata (ingresso em 1969)
2º Mandato: 30 de junho de 1971 a 15 de março de 1975 Governador: Antônio Carlos Magalhães Secretário de Educação e Cultura: Rômulo Galvão de Carvalho, Kleber Pacheco, a partir de maio de 1974	1. Godofredo Filho (Presidente 15/03/1971 a 22/03/1973 – 1º Biênio) 2. Américo Simas Filho (Vice-Presidente – 1º Biênio) 3. Carlos Eduardo da Rocha 4. Diógenes Rebouças 5. Helio Simões 6. José Calasans Brandão da Silva 7. Renato Berbert de Castro 8. Mario Mendonça de Oliveira 9. Wilson Lins de Albuquerque 10. Nelson de Souza Sampaio 11. Odorico Tavares 12. Thales de Azevedo
22 de março de 1973 a 07 de julho de 1975 (2º Biênio) Governador: Antônio Carlos Magalhães	1. José Calasans Brandão da Silva (Presidente 22/03/1973 a 08/07/1975 – 2º Biênio) 2. Renato Berbert de Castro (Vice-Presidente – 2º Biênio) 3. Américo Simas Filho 4. Carlos Eduardo da Rocha 5. Diógenes Rebouças 6. Godofredo Rebello de Figueiredo Filho 7. Hélio Simões 8. Mario Mendonça de Oliveira 9. Nelson de Souza Sampaio 10. Thales de Azevedo 11. Odorico Tavares 12. Wilson Lins Suplentes 13. Carlos Alberto Reis dos Campos 14. Mercedes Kauark Kruschewis 15. Manoel Vicente Ribeiro Veiga Junior 16. Maria Mercedes de Oliveira Rosa 17. Cláudio de Andrade Veiga

cultura. “Nestas condições, julgamos oportuna, adequada e necessária esta moção de regozijo pela queda da longa tirania de Anastásio Somoza na Nicarágua”. COSTA, Adroaldo Ribeiro. Moção. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 14, jan. 1979 – dez. 1980, p. 223. Nelson Sampaio, por outro lado, em caráter analítico, tentava minimizar os efeitos da ditadura na Bahia, enfatizando o seu caráter integrador, o combate a inflação e o desenvolvimento como meta. SAMPAIO, Nelson. Perfil sesquicentenário. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 08, jan-dez 1973, pp. 7-38.

	18. Adroaldo Ribeiro Costa 19. Ary Guimarães 20. Fernando Luiz de Fonseca 21. Antonio Loureiro de Souza 22. José Duarte de Araújo 23. Jose Martins Catharino 24. Antonio Celso Spinola
3º Mandato: 08 de julho de 1975 a 15 de março de 1979 Governador: Roberto Santos Secretário de Educação e Cultura: Carlos Corrêa de Meneses Sant'Anna até abril de 1978, depois, Mário Cardoso da Costa Neto	1. José Calasans Brandão da Silva (Presidente) 2. Thales de Azevedo (Vice-presidente) 3. Diógenes Rebouças 4. Godofredo Filho 5. Helio Simões 6. Adriano de Azevedo Pondé 7. Nelson de Souza Sampaio 8. Odorico Tavares 9. Renato Berbert de Castro 10. Américo Simas Filho 11. Wilson Lins 12. Carlos Eduardo da Rocha 13. Ary Guimarães * Neste mandato foram 12 os suplentes, como historiador Fernando da Rocha Peres e o cantor/compositor Dorival Caymmi
4º Mandato: 06 de julho de 1979 a 15 de março de 1983 Governador: Antônio Carlos Magalhães Secretário de Educação e Cultura: Eraldo Tinoco Melo	1. Ruy Santos (Presidente) 2. Thales de Azevedo (Vice-presidente) 3. Helio Simões 4. Nelson Sampaio 5. Renato Berbert de Castro 6. Raymundo de Souza Brito 7. José Calasans Brandão da Silva 8. Odorico Tavares 9. João Eurico Matta 10. Carlos Eduardo da Rocha 11. Wilson Lins 12. Ary Guimarães 13. Godofredo Filho 14. Américo Simas Filho 15. João Augusto Azevedo Filho 16. Gilberto Passos Gil Moreira 17. Maria Bethânia Viana Teles Veloso 18. Adriano de Azevedo Pondé Suplentes: 19. Jairo Simões 20. Adroaldo Ribeiro Costa 21. Maria Mercedes Rosa 22. Florisvaldo de Mattos 23. Remy de Souza 24. Germano Machado 25. Bárbara Vasconcelos de Carvalho 26. Dorival Caymmi 27. Sylvia Athayde 28. Jenner Augusto da Silveira 29. Guido Araújo 30. José Julio de Calasans Neto 31. Lindaura Alban Corujeira 32. Fernando da Rocha Peres 33. Ernest Widmaer 34. Juarez Paraíso

	35. Dulce Aquino
5º Mandato: 1983-1987 Governador: João Durval Secretário de Educação e Cultura: Edivaldo Machado Boaventura	1. Wilson Lins (Presidente) 2. Remy de Souza (Vice-presidente) 3. Cláudio Veiga 4. Geraldo Machado 5. Germano Machado 6. Godofredo Filho 7. Hélio Simões 8. Ruy Santos 9. James Amado 10. João Eurico Matta 11. Jorge Augusto Novis 12. Adroaldo Ribeiro Costa 13. José Luiz de Carvalho Filho 14. Maria Mercedes Rosa 15. Nathan Coutinho do Rosário 16. Nelson de Souza Sampaio 17. Carlos Eduardo da Rocha 18. Renato Berbert de Castro 19. Thales de Azevedo 20. Ary Guimarães Obs: A Revista de Cultura antes da Gestão de Waldir Pires, que sucedeu João Durval, só foi publicada até 1984, portanto, nossa baliza temporal, aí se encerra.

Fonte: Revista de Cultura da Bahia, Volumes 01- 15 e <<http://conselhodeculturaba.wordpress.com/o-cec/conselheiros/conselheiros-antigos/>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

Quadro 04 - Área de atuação e participação dos conselheiros

CONSELHEIRO	FORMAÇÃO/ ATUAÇÃO	1º MANDATO 09/03/1968 a 15/03/1971	2º MANDATO 1º BIÊNIO 30/06/1971 a 15/03/1973	2º MANDATO 2º BIÊNIO 22/03/1973 a 08/07/1975	3º MANDATO 08/07/1975 a 15/03/q979	4º MANDATO 06/07/1979 a 15/03/1983	5º MANDATO 17/12/1983 a 15/03/1987
Thales de Azevedo	Medicina/ Etnologia	E	E	E	E	E	E
Américo Simas Filho	Arquitetura	E	E	E	E	E	NP
Nelson Souza Sampaio	Direito	E	E	E	E	E	E
Odorico Tavares	Jornalismo	E	E	E	E	E	NP
Diógenes Rebouças	Arquitetura/ Agronomia	E	E	E	E	NP	NP
José Calazans	História/ Direito	E	E	E	E	E	NP
Godofredo Filho	Filosofia/ Arte	E	E	E	E	E	E
Wilson Lins	Jornalismo/ Política	NP	E	E	E	E	E
Mário Mendonça	Arquitetura	NP	E	E	NP	NP	NP
Mário Cravo Junior	Artes	E	NP	NP	NP	NP	NP
Fernando Luis da Fonseca	Arquitetura	E	NP	S	NP	NP	NP
Carlos Eduardo da Rocha	Letras	E	E	E	E	E	E
Hélio Simões	Letras/ Medicina	E	E	E	E	E	E
Renato Berbet de Castro	Literatura/ Direito	NP	E	E	E	E	E
Ary Guimarães	Direito/Ciê- cia Política	NP	NP	S	E	E	E
Maria Mercedes Rosa	Arquitetura	NP	NP	S	S	NP	E
João Augusto Azevedo Filho	Teatro	NP	NP	NP	NP	E	NP
Gilberto Gil	Música/ Adm.	NP	NP	NP	NP	E	NP
Dulce Aquino	Dança	NP	NP	NP	NP	S	NP
Adriano Azevedo Pondé	Medicina	NP	NP	NP	E	E	NP
Maria Bethânia	Música	NP	NP	NP	NP	E	NP
Dorival Caymmi	Música	NP	NP	NP	S	S	NP
Ernest Widmaer	Música	NP	NP	NP	S	S	NP
Fernando da Rocha Peres	História	NP	NP	NP	S	S	S
Rui Santos	Medicina/ Política	NP	NP	NP	NP	E	E
João Eurico Matta	Literatura/ Política	NP	NP	NP	NP	NP	E

E = Efetivo**S** = Suplente**NP** = Não participou

1.3 Os intelectuais do CEC e a identidade baiana

O governo da Bahia havia apresentado o I Plano Integrado de Educação e Cultura do Estado para a apreciação do CEC em 1968. Este plano nortearia as políticas culturais até 1971. Muitos itens ligados à publicação de livros, sistemas de bibliotecas, atividades teatrais, cinema, museologia, foram previstos, mas, nenhum item relacionado à preservação do acervo monumental baiano. Este começou a ser pensado sistematicamente como ordem do dia a partir das advertências do CEC sobre a necessidade de sua preservação, especialmente através da Câmara de Artes e Patrimônio. Os intelectuais do CEC tiveram uma importância crucial na elaboração de diretrizes e estudos para sua preservação, contribuindo para as ações que seriam efetivadas naquele momento.

Entretanto, parece relevante pontuar que estes sujeitos da cultura, assim posso chamar os conselheiros do CEC, estavam mais preocupados em oferecer subsídios, elementos culturais, gestados *para* e não *pelo* povo. Era algo similar ao que propunha os Centros Populares de Cultura (CPC), atentando-se para os objetivos diferenciados das propostas. Enquanto que o CEC estava na busca da sistematização de políticas oficiais do estado baiano, o CPC buscava alternativas ao modelo cultural imposto pelo poder estabelecido no Brasil.

Voltando à discussão sobre o patrimônio, é importante destacar que no pós-Segunda Guerra Mundial, motivados pela destruição de muitos monumentos históricos na Europa, e pela criação da ONU e da UNESCO – órgão responsável pelos assuntos relativos à educação e cultura – realizaram-se encontros em Veneza, na Itália, e em Quito, no Equador, preocupados em achar soluções para o problema da conservação dos bens culturais da humanidade.

No Brasil, dois encontros foram decisivos para o estabelecimento de metas e proposições de medidas que a sociedade, de uma forma geral e, os poderes públicos, especificamente, deveriam estar atentos no que se referia à preservação do patrimônio brasileiro. O Compromisso de Brasília, como ficou chamado o I Encontro dos gestores da cultura realizado pelo MEC, aconteceu em abril de 1970, e o II Encontro de Salvador, realizado em outubro de 1971, reuniu o Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho, e o Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, dentre outros governadores, o CEC e demais pessoas envolvidas com a cultura. Várias sugestões foram feitas, dentre as principais, a criação de um

Ministério da Cultura, a integração entre as administrações públicas, as universidades e os órgãos de cultura e uma melhor definição e proteção do patrimônio cultural.⁸⁰

Por patrimônio cultural, adotei a conceituação abrangente, apontada por Lemos⁸¹, baseando-se na perspectiva de um dos estudiosos da UNESCO, pioneiro em assessoria para a preservação, o pesquisador francês Hugues de Varine Bohan, que divide o patrimônio cultural em três categorias: a) os elementos da natureza; o meio ambiente, como as árvores, as formas de relevo e até mesmo o clima; b) o conhecimento, as técnicas, o saber, e o saber-fazer; c) e por último, o que mais nos interessa nesta pesquisa, os bens culturais, que envolvem uma gama de elementos: os artefatos, objetos, produções intelectuais e construções, a partir do meio ambiente; e os monumentos históricos.

Para o CEC, a noção de patrimônio seguia em grande parte os pressupostos da Unesco, que definia os bens culturais como: imóveis, representados pelos monumentos, e os edifícios de conteúdo histórico ou artístico; e os bens móveis, como as obras de arte, os documentos, manuscritos, as coleções científicas os livros e outros objetos de caráter artístico e cultural. Estes últimos, foram objeto de muitos pareceres e resoluções do CEC, sobretudo, para obras de autores baianos.

Notamos uma ausência nas falas dos conselheiros, e na legislação por eles citada, da noção de patrimônio imaterial, referente às práticas culturais de grupos ou comunidades, dos saberes, das formas de expressões do seu patrimônio cultural, dos lugares de sociabilidades. As expressões, manifestações tidas como “populares” para o Conselho se resumiam ao “folclore”, considerado como manifestação de uma identidade genuinamente nacional.

Já a concepção de monumento para o CEC, compreendia não só criação isolada, mas também, a moldura em que ela estava inserida. Isto significava que o monumento não estava separado do meio que se encontrava, da história do qual foi inserido e é testemunho, e que refletia um significado cultural, humano e principalmente político.

Neste momento, as atenções voltavam-se para a preservação do conjunto arquitetônico do Pelourinho. O DPHAN, já sinalizava a sua preservação além, de

⁸⁰ II Encontro de governadores para a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 06, jul. /dez. 1971, pp. 121-29.

⁸¹ LEMOS, Carlos A.C. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

outros monumentos na Bahia.⁸² Neste contexto, a Missão da UNESCO chegou à cidade em 1967. Michel Parent, coordenador da visita à Bahia, afirmava que Salvador era “a primeira cidade de arte do Brasil”⁸³ e que por isso necessitava de um estudo e uma metodologia adequada para a sua proteção.

No entanto, esta região estava sócio-economicamente degradada, descuidada, com os casarões fisicamente deteriorados, e com uma população marginalizada habitando o local. A comunidade do Maciel, como era chamada à época, o trecho mais antigo do Pelourinho, construída em sua maior parte durante o século XVIII, era uma região de baixo meretrício e de vários problemas sociais, como a violência e drogas. As “mariposas” eram as prostitutas do Maciel assim chamadas pela imprensa baiana, assim como os “pederastas” prostituídos, foram alvo de constantes perseguições e ameaças por parte das autoridades policiais.

Uma das metas do governo foi atender à população do local. Para cumprir esta tarefa foi sugerido um estudo sócio-econômico para entender a região no final dos anos 1960.⁸⁴ Este estudo fez um levantamento populacional, sobre a situação empregatícia, com mapeamento das crianças e mulheres, ilustrando-o com fotografias do cotidiano do Maciel à época. (Ver anexo)

Uma década depois, uma matéria do *Correio da Bahia*, mostrava a situação da região:

O Pelourinho tem dois lados distintos: aqueles que os “clics” das máquinas fotográficas dos turistas registram, sempre focalizando os prédios e igrejas do século passado e o que nem os baianos gostam de lembrar que existe - a comunidade do Maciel. Os moradores do outro lado da cidade não passam de 21 horas pelas ladeiras do Pelourinho, com medo de assaltos, tiros perdidos e de traficantes. O clima de festa do lado turístico do Pelourinho acaba quando se atravessa o largo em direção ao Maciel.⁸⁵

⁸² A partir das conferências internacionais da Unesco, em Amsterdam e Nairobi, respectivamente, em 1975 e 1976, os monumentos passavam a expressar seu valor sócio-econômico e não somente artístico. Os centros históricos passaram a ser o foco das atenções.

⁸³ SIMAS, Américo. Considerações em torno de uma metodologia adequada para o estudo de centros históricos. In: **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 04, julho /dezembro 1969, p. 34.

⁸⁴ ESPINHEIRA, Carlos Gey D'Andrea. **Comunidade do Maciel**. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1971. Este trabalho foi realizado pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia em 1969, cujo presidente era o antropólogo Vivaldo da Costa Lima. Gey Espinheira, sociólogo e autor da pesquisa, entrevistou os moradores e utilizou-se de fontes jornalísticas da época para traçar um quadro do local. Não temos dúvidas de que o projeto teve as melhores intenções, por parte de seus idealizadores, no entanto, para além de suas preocupações humanitárias e sociais, acredito que o interesse do governo era dar outro aspecto ao local, sobretudo para atender às demandas turísticas. E, para tal empreendimento, medidas teriam de ser tomadas como foram. Uma “assepsia” social foi empreendida por autoridades, principalmente o departamento de hábitos e costumes da polícia baiana.

O Pelourinho, área central da cidade que havia sido no passado residência das elites, dos grandes comerciantes exportadores e importadores, das famílias mais ricas, cuja opulência advinha do negócio do açúcar e do trabalho escravo, estava em decadência, devido, em grande parte, à crise econômica que assolou a Bahia na segunda metade do século XIX e que perdurou durante a República. Novos bairros foram criados com a expansão urbana de Salvador e esta elite foi se deslocando para lá, deixando o Pelourinho para as camadas mais pobres da cidade.⁸⁵

A partir da década de 1960, com a migração intensa, em grande parte incentivada pela procura de empregos na indústria e no comércio, esta região cresceu de população, agravando ainda mais a situação. Então, a preservação da área deveria levar em conta estas populações, até mesmo porque esta região do centro de Salvador era um dos focos das políticas culturais empreendidas pelo estado da Bahia.

O CEC integrava um projeto maior do governo do estado, no campo cultural atrelado ao projeto de Brasil em curso na ditadura militar, de valorização do passado, de integração da Nação, e de civismo. Contribuiu para a institucionalização da cultura na Bahia, aspecto também prioritário para o governo. Logo, a Bahia deveria integrar-se, com seu regionalismo, mas de forma positiva, pujante, como o fora no passado colonial e durante o Império, para as suas elites. Os discursos sobre a Bahia e os baianos oriundos dos intelectuais do CEC, representavam uma Bahia dos feitos de sua elite, das grandezas do seu passado, das contribuições dos seus filhos mais proeminentes e, principalmente do legado deixado por elas no que diz respeito ao seu patrimônio histórico.

As elites pretendem, quase sempre, ter seu prestígio herdado e, por isso, se interessa tanto em preservar e recuperar os testemunhos materiais de seus antepassados, numa demonstração algo romântica ou mesmo saudosista. Nutre-se do passado, para manter as glórias e a história vivas no presente. Porém, do ponto de vista prático, o patrimônio reunido, sobretudo, na cidade de Salvador, servia para

⁸⁵ “A triste memória da realidade cultural”. **Correio da Bahia**, 24 de janeiro de 1979.

⁸⁶ ESPINHEIRA, Carlos Gey D`Andrea, *Op cit.* p. 11. Afirma que o processo de degradação da área do Pelourinho foi o resultado da crise econômica da Bahia como mencionamos e do livre jogo das forças econômicas na dinâmica de transformação, que condicionou o tipo específico de crescimento da cidade, causando a desvalorização das zonas de construção antiga.

marcar um sentimento de pertencimento e de “enquadramento” da memória, como nos mostra Pollak,

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum.⁸⁷

Para os intelectuais do CEC, que de certa forma representavam setores da elite baiana, era necessário pensar a restauração e preservação deste patrimônio histórico baiano como parte integrante da modernização da Bahia. O período foi fértil para tal objetivo, já que o estado centralizou para si a sistematização e organização a partir das políticas culturais.

Segundo Barbalho⁸⁸, a preocupação das elites dirigentes no Brasil pós- 1964 não foi criar uma nação, mas garantir sua integração. Dessa forma, um dos elementos a serem destacados e valorizados era a integração nacional a partir dos vários regionalismos. A Bahia “célula máter da nacionalidade”, “alma máter”, “Rainha do Norte”, “Athenas Brasileira” assim designada pelas elites republicanas das primeiras décadas⁸⁹ fora de certa forma reapropriada pelos conselheiros do CEC, especialmente Américo Simas Filho, sobretudo, quando se referia à defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico da Bahia. No entanto, é interessante assinalar que no início da República não havia preocupação com o patrimônio histórico e arquitetônico. Neste sentido, a incorporação desses elementos é algo novo. Então há similaridades e diferenças entre esses momentos.

Na verdade, era uma identidade regional que se fazia nacional, sob a justificativa de que os colonizadores portugueses teriam aportado na Bahia pela primeira vez. Daí a retórica sobre a primazia da Bahia frente às outras regiões do

⁸⁷ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p.9.

⁸⁸ BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007, pp. 61-86.

⁸⁹ LEITE, Op. Cit, 2005.

país. Todavia, a identidade regional baiana servia aos propósitos do CFC de manter íntegra uma identidade nacional que favorecesse a unidade. No entanto, para as elites baianas, a Bahia deveria ocupar, no plano econômico, o mesmo espaço que ocupou no passado colonial e Imperial.

Para justificar a preocupação e o interesse pelo patrimônio baiano, as estratégias simbólicas foram importantes, mas não foram as únicas, pois para se efetivar na prática era preciso recursos financeiros. E estes foram alvo de algumas das queixas dos conselheiros na Bahia em relação ao CFC e o repasse de verbas. A Bahia não estava entre os primeiros estados da nação na captação destes recursos.⁹⁰ Inclusive o Tribunal de Contas do Estado, em 1970, recomendava que 5% do repasse das verbas do fundo de participação dos municípios fossem para a preservação dos bens culturais.

As representações da Bahia afloraram em documentos oficiais, nos artigos dos conselheiros, nos pareceres, nas moções, homenagens e nas reuniões do conselho registradas em atas ao fim de cada edição da *Revista de Cultura*. Esta “baianidade” ajuda a entender o caráter das políticas culturais na Bahia nos anos da ditadura.

Partimos do pressuposto que a ideologia - visão social de mundo - dos intelectuais que compunham o CEC determinava a postura da instituição que representavam. Esta ideologia se fazia presente, quando emergia uma identidade em seus escritos e discursos. Ressalto, porém, que a palavra “baianidade” não aparece nas fontes que utilizo, no entanto, os seus significados nos reportam às características que representam a Bahia e os baianos. Por isso, preferimos entender os intelectuais do CEC, a partir de uma representação de Bahia e dos baianos, que os tornavam uma unidade, dentro das várias possibilidades simbólicas de manifestação de interesses.

O conselheiro Américo Simas Filho escreveu em todos os volumes da Revista, retratando a temática do patrimônio. Assim, entendia Simas que,

⁹⁰ “Os seis estados mais contemplados com verbas em 1971, foram: Guanabara - 41,78%; Pará - 10,96 %; Minas - 9,52%, São Paulo - 7,58%, Pernambuco - 6,83% e Rio Grande do Sul - 5,87%. Tais números demonstram uma concentração no estado da Guanabara, antiga capital federal, que ainda era a sede de muitos dos órgãos federais de cultura, inclusive do próprio CFC. Dos 58,22 % restantes, 34,89% foram gastos de maneira bem descentralizada, beneficiando diversas regiões do país”. CALABRE, *op cit*, p. 85.

Coube à Bahia, na sua capital, a cidade do Salvador, sede do governo nacional de 1549 a 1763, a prioridade de medidas destinadas à efetivação do primeiro projeto de interesse mais amplo, objetivando a recuperação de um trecho dos mais significativos da **célula máter da nacionalidade**.⁹¹

Expressões como estas grifadas, ressaltavam a Bahia enquanto pertencente à nação e justificavam que as políticas culturais na área patrimonial deveriam ter início na Bahia. As áreas centrais de cidades históricas dariam visibilidade e, assim como o projeto Pelourinho, evidenciado por Simas no extrato acima, serviria à Bahia como pontapé inicial, já que outros projetos de recuperação de centros e cidades históricas concorreriam também, a exemplo de Paraty no Rio de Janeiro e de Ouro Preto em Minas Gerais.

A identidade baiana, desta forma, quando associada à preservação do patrimônio histórico, vinha adjetivada, sobretudo, enfatizando a “primordialidade” da Bahia no cenário nacional, revelando a sua “história primacial”⁹², pois, afirmava Simas, “esta fidelidade da Bahia às formas densas, ao imperativo da majestade e da ordem, que lhe assegurou, sobre outras cidades do Brasil, uma preeminência artística inconfundível”.⁹³

Para a defesa deste patrimônio, os intelectuais do CEC valeram-se de um arsenal de imagens e símbolos que refletiam uma “baianidade” expressiva do seu valor. As características da Bahia, e em especial sua capital, eram eloquentes e destacadas. Uma espécie de slogan para mostrar o quanto era valioso o seu patrimônio. Nada, na cidade do “Salvador da Bahia de todos os Santos, que se compare, pelo sentido plástico monumental e conteúdo humano de expressão, ao conjunto arquitetônico e urbanístico situado nos seus atuais sub-distritos da Sé e do

⁹¹ SIMAS FILHO, Américo. Considerações em torno de uma metodologia adequada para o estudo de centros históricos. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 04, julho /dezembro 1969, p.34. Américo Furtado Simas Filho nasceu em Salvador- Bahia, 02/06/1916 e morreu em 02/06/1985. Formado em Arquitetura pela Escola Politécnica da Bahia em 1938, foi professor da mesma instituição e da Escola de Belas Artes. Debruçou-se sobre temas da arquitetura e seus escritos na Revista de Cultura, versaram sobre estudos e indicações para a preservação do patrimônio arquitetônico de Salvador. Nomeia o túnel que une a Cidade Alta e Baixa, símbolo da modernidade urbana.

⁹² O conselheiro Diógenes Rebouças destacava que, “os monumentos mais expressivos da acrópole do sítio onde foi descoberta a terra brasileira pelos portugueses, dentre os quais se devem destacar a Casa de Câmara e Cadeia, às expensas da União, as igrejas de Nossa senhora da Penha, da Misericórdia, dos jesuítas, ruínas da igreja da Glória, reduto ou bateria da costa, e a plataforma do marco do descobrimento”, deveriam também ter prioridade para sua restauração. REBOUÇAS, Diógenes. Moção. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Salvador, Ano I nº 02, set-dez. março /agosto 1968, p. 101.

⁹³ SIMAS FILHO, Américo. Considerações em torno de uma metodologia adequada para o estudo de centros históricos. In **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 04, julho /dezembro 1969, p. 38.

Passo”.⁹⁴ Interessante aqui, pois se apoia em elementos mais antigos para reivindicar maiores recursos para o patrimônio material.

O elogio ao passado garantiria espaço para a Bahia dentro do processo de modernização em curso no Brasil, acreditava o CEC. A perspectiva era de que, reforçar a ideia do passado serviria para compor o quadro da identidade nacional e sua integração, pois “só assim estará de fato garantida a sobrevivência da herança cultural que recebemos dos nossos antepassados e através da qual nos identificamos no presente como Nação”.⁹⁵ A partir deste trecho, notamos o alinhamento do CEC ao CFC quanto às questões identitárias. Percebemos também, a partir das leituras das dezenas de atas, que muitos conselheiros pediram dispensa pela falta de apoio e atenção do MEC. A relação de alinhamento no plano ideológico não implicava na inexistência de discordâncias no plano prático. Todavia, uma melhor análise das relações entre o CEC e o CFC, merece um trabalho à parte, que este pesquisador poderá empreender posteriormente.

“Teremos um futuro para nosso passado”?⁹⁶ Indagava-se, deste modo, o conselheiro Diógenes Rebouças, que enquanto arquiteto marcou presença no CEC, ao lado de seus colegas de profissão Américo Simas, Fernando Luiz da Fonseca e Mário Mendonça. Fonseca afirmava que uma fonte inesgotável de cultura encontrava-se no binômio construção-arquitetura, e a mesma era capaz de refletir com justiça o grau de civilização de uma raça. Para ele, “a arquitetura é capaz de dizer, por sua distribuição, o estágio evolutivo do povo que dela se serviu ou usa seus espaços”.⁹⁷

A Bahia, na visão de vários conselheiros, era portadora da alta cultura, aquela dos sentimentos mais nobres, humanísticos e, portanto, mais próximos a um ideal nacional elitista. A citação anterior associava como vimos, a arquitetura ao grau de civilização de um povo, fato que tornava a Bahia, dentre os outros estados da federação, grande doadora de valores para a nação. Desta forma,

⁹⁴SIMAS FILHO, Américo. *idem*, p.38.

⁹⁵ Discurso do professor Renato Soeiro. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 06, julho /dezembro 1971, pp. 131-138. Na ocasião, o então Diretor do IPHAN, proferiu palestra inaugural do II Encontro de governadores para a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural, realizado na capital baiana.

⁹⁶ REBOUÇAS, Diógenes. Parecer nº 14/75/77. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 11, janeiro /dezembro 1976, pp. 115-117. Sobre o projeto de construção do Colégio Estadual Carneiro Ribeiro, na ladeira da Soledade em Salvador-Bahia.

Fácil será para nós, brasileiros, baianos, cuja doçura de costume e respeito à pessoa humana, que se refletem na tolerância e na hospitalidade das relações entre cidadãos, compreender o trabalho que nos espera, fortalecendo cada vez mais a cultura nacional, para marcar, na história, uma época de desenvolvimento.⁹⁷

Thales de Azevedo exaltava a Bahia, falava da formação em humanidades, que tanto foi sucumbida com o avanço da técnica - uma crítica ao tecnicismo da ditadura? Para o conselheiro, a Bahia refletia esta formação, e os intelectuais baianos, provedores dela. Para ilustrar esta ideia, Thales tomou como exemplo um baiano, Arlindo Fragoso, fundador da Academia de Letras da Bahia. Comentava assim, que este era um

homem culto no sentido de aliar o saber científico e profissional ao conhecimento e ao gosto das humanidades - tipo de formação muito característico do século XIX, de que o mundo de hoje dominado pelas técnicas e pelas ciências, sente grande falta e necessidade para contrabalançar o vertiginoso progresso material com a sensibilidade intelectual, o apuro moral, a elevação da alma num humanismo integral.⁹⁸

Para tornar mais sensíveis os processos modernizantes, era preciso uma “pitada” de “humanismo” baiano. Porém, para a Bahia ser “civilizada”, deveria preservar as tradições de suas elites, especialmente, os monumentos arquitetônicos que, no passado, representaram sua grandeza e, ao mesmo tempo, mostrar que o país vivia um momento de crescimento econômico, que na Bahia era visto como “milagre baiano”. As camadas populares deveriam fazer parte deste processo de alguma forma, mesmo que, contraditoriamente, “manchassem” a imagem da Bahia elitista, com sua presença nos arredores e monumentos, como, anteriormente mencionados por nós. A sua participação deveria ser orientada pelas elites. Neste sentido,

⁹⁷ FONSECA, Fernando Luiz da. Novo membro do Conselho Estadual de Cultura. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 4, jul /dezembro 1969, p. 65.

⁹⁸ FONSECA, Fernando Luiz da. *Idem*, p. 67.

⁹⁹ AZEVEDO, Thales. A vida de cultura na Bahia. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 03, jan /jun. 1969, p.20. Thales Olympio Góes de Azevedo nasceu em Salvador-Ba em 26/08/1904 e morreu em 05/08/1995. Diplomado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Dez./1927. Foi professor e Diretor da Faculdade de Filosofia da UFBA, 1964-1967. Autor de várias obras dentre as quais *Povoamento da Cidade do Salvador*, de 1949. Esteve como membro do Conselho desde a sua fundação em 1967 até 1994, exceto durante a gestão Waldir Pires (1987-1989) na qual o conselho não se constituiu. Fonte: <<http://conselhodeculturaba.wordpress.com/>>, site do Conselho Estadual de Cultura. Acesso em: 03 out. 2011.

A conservação dos bens que exprimem a continuidade cultural dos povos é primordialmente, obrigação e dever das chamadas elites, mas em benefício da comunidade, no que concerne à imperiosa necessidade de educá-la, pois é sobejamente conhecido que uma sociedade torna-se segura guardiã de sua herança cultural, quando adquire consciência do valor das obras que testemunham e explicam o seu passado. A partir daí, a simples hipótese da destruição de tais bens, levará o povo a colaborar com entusiasmo e perseverança, ajudando, por isso mesmo, aos organismos responsáveis por tal mister.¹⁰⁰

Uma preocupação também recorrente do CEC, e que fazia valer uma das suas atribuições era indicar aos órgãos competentes medidas que evitassem a perda do patrimônio histórico da Bahia. Esta representava, também, a perda das tradições culturais. Uma passagem do conselheiro Fonseca resume nosso argumento:

A preservação dos testemunhos do passado representa um avanço na civilização. Um povo culturalmente forte é aquele que zela, admira e preserva os bens recebidos de seus ancestrais, pois as relíquias do nosso passado clamam hoje, em ruínas notáveis, a ação de todos aqueles que desejam o Brasil crescer.¹⁰¹

Daí o caráter pedagógico de muitos dos discursos dos conselheiros, no sentido de alertar para a necessidade de preservação do passado. Comentava o conselheiro Fonseca,

Precisamos estudar os núcleos urbanos, as áreas e paisagens humanizadas, os sítios naturais e jazidas arqueológicas do estado em termos de sua proteção, através do tombamento parcial e de conjuntos urbanos, de modo a permitir sejam conservados testemunhas do nosso passado cultural.¹⁰²

Os centros históricos deveriam ser destacados, na visão do CEC, pois eram os locais mais visitados das cidades históricas. A cidade da Bahia, como era chamada Salvador ainda naquela época, com as suas fortificações, “baluartes da cultura baiana e marcos representativos de nossa história”¹⁰³, com seus casarões coloniais e ruas, tornava o acervo monumental do estado “um dos mais preciosos do

¹⁰⁰ SIMAS, Américo. Sistemas de proteção aos bens culturais. In: **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 05, julho /dezembro 1970, p. 65.

¹⁰¹ FONSECA, Fernando L. Ruínas Notáveis. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 05, jul. /dez. 1970, p.86.

¹⁰² FONSECA, Fernando L. *Op.cit.* Sobre o estudo do patrimônio do Recôncavo, nos retrata que, “a intenção deste trabalho foi alertar a tantos quantos desejosos de ver preservada a cultura do país, cuidam e zelam pelo patrimônio monumental herdado de nossos ancestrais”, p. 77.

Brasil. Muitas das cidades baianas ou são possuidoras de destaque histórico, ou foram bêmço de personalidades ilustres, ou guardam um acervo artístico dos mais notáveis”.¹⁰⁴

A centralidade de Salvador foi priorizada em detrimento do vasto território baiano, pois a maioria dos monumentos indicados pelo CEC para serem preservados e/ou tombados ficavam na região metropolitana. O Recôncavo, por sua vez, foi a segunda região mais lembrada, seguida pela região Sul do estado, mais precisamente Porto Seguro, local dos descobrimentos, seguida timidamente por algumas cidades da Chapada Diamantina. Estas três regiões reuniam os elementos mais notabilizados pelo CEC como legítimos da cultura baiana: o conjunto arquitetônico colonial de Salvador, Porto Seguro, o marco do descobrimento - que revelava o início do domínio colonial português, visto como referencial de civilização - e por último, o Recôncavo, especialmente a cidade de Cachoeira, que representou, para os baianos, conforme o conselheiro Simas “o mais completo conjunto de uma cidade histórica baiana plenamente formada, em condições de ainda ser preservada, na sua qualidade de monumento estadual, apesar das injúrias do tempo e da irresponsabilidade dos homens”.¹⁰⁵

A “heróica” cidade de Cachoeira, como ficou conhecida, cidade monumento em 1970, representou o triunfo das elites baianas, frente ao julgo das tropas portuguesas durante a Independência em 1823, mesmo tendo sido relevante, a participação popular no conflito. Por este motivo, dentre outros, foi designada pelo CEC, para ter uma Casa de Cultura, espaço para promoção da cidade, realização de atividades culturais e um dos pontos do turismo cultural.

O depoimento mais eloquente encontrado por nós em defesa dos expoentes históricos da Bahia e suas tradições, talvez tenha sido o do Conselheiro Fonseca, aliás, intelectual bem requisitado nos escritos da revista de Cultura. O seu depoimento assim versava:

É tempo de lembrar os fatos notáveis, as coisas imperecíveis e os filhos ilustres da Bahia, fatos que a história não registrou, coisas que ficaram

¹⁰³ FONSECA, Fernando L. Moção. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 09, jan. /dez. 1974, p. 169.

¹⁰⁴ FONSECA, Fernando L. Ruínas Notáveis. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 05, jul. /dez. 1970, p.78.

¹⁰⁵ SIMAS, Américo. Considerações em torno de uma metodologia adequada para o estudo de centros históricos. In **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 04, julho /dezembro 1969, p.43.

abandonadas e os personagens que honraram a sua terra e hoje são esquecidos. É suficiente a história da colonização para elevar o nome da Bahia no panorama das grandes realizações. Os desbravadores dos sertões que marcaram a conquista territorial para o norte e o oeste, os Adorno, os Dias D'Ávila e tantos outros que conseguiram levar bem longe a semente civilizadora das novas cidades. Os jesuítas, construtores de aldeias, que semearam o cristianismo pelas plagas hostis do Brasil de antanho. A esses homens e tantos outros que, mais tarde, com espírito de brasilidade, se levantaram pela Independência, em Santo Amaro, São Francisco do Conde e em especial Cachoeira, a esses devem os baianos até o nome da família portuguesa por designações nativas, mostrando o quanto amaram a terra e quanto desejavam defendê-la. Pelos séculos a fora, são exemplos de bravura e do amor que se solidificaram, unindo cada vez mais a nacionalidade.¹⁰⁶

Era a oportunidade de não só chamar a atenção desse legado, mas também justificá-lo através da História, da cultura, das suas personalidades importantes etc. Os baianos considerados pelo CEC como representativos da cultura do estado não eram figuras populares, mas sim, escolhidos entre os notáveis acadêmicos, políticos do passado e do presente, gente letrada e herdeiros dos antigos colonizadores. Eram os baianos ilustres, e a “Athenas brasileira”¹⁰⁷ da Primeira República sendo revisitada e convidada a ocupar o seu espaço.

Os baianos ilustres foram lembrados nas moções no plenário do CEC, nas homenagens, nos calendários anuais enviados ao Conselho Federal, nos tombamentos dos imóveis que lhes pertenciam, na publicação dos livros e suas reedições, enfim, o CEC estava ali, dentro da esfera institucional, para guardar a memória dos seus pares e resgatar uma “baianidade” que estava sendo perdida pelos ventos modernos.

A “eloquência baiana”, o saber humanístico, qualidades marcantes dos grandes estadistas baianos, precisavam ser (re)conhecidas. Desta forma alertava o conselheiro Fonseca:

Devemos todos entender que o verdadeiro sentido da civilização deve ser o de conduzir o homem mecanizado e entorpecido pelos não sedimentados progressos da técnica, ainda não adaptado aos avanços do desenvolvimento, levar esse homem ao desenvolvimento. Humanização que se encontra nas tradições, fontes inesgotáveis de cultura, que podem e devem coexistir com o desenvolvimento tecnológico e científico. As tradições religiosas, históricas, folclóricas, artísticas e também morais,

¹⁰⁶ FONSECA, Fernando Luiz da. Novo membro do Conselho Estadual de Cultura. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 4, jul /dezembro 1969, p. 67.

¹⁰⁷ Cf. LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas**. *Op. cit.*, 2005. Especialmente o capítulo 2.

representam, uma soma grandiosa de cultura que poderá reconduzir o homem à sua posição humana.¹⁰⁸

Pedro Calmom foi Conselheiro federal de cultura na gestão de Josué Montello. Ele, assim como outros baianos considerados ilustres, como Castro Alves, Ruy Barbosa etc., quando homenageados pelo CEC, representavam uma cultura erudita, restrita aos mais abastados, privilegiados pelo acesso ao saber e por desfrutar da acessibilidade à política, às decisões e suas implicações. Vejamos um fragmento da homenagem que lhe foi prestada pelo CEC:

Mas ressaltamos, neste final, a unanimidade e autenticidade da Bahia a um seu filho que é, nas raízes, Calmon do Engenho Santo Antônio e Moniz do Engenho Mataripe, autêntico exemplar de brava gente que por séculos viveu do chão do massapé, ora nos dando o cântico oitocentista do Pe. Jeronimo Muniz, em louvor do açúcar, ora da sabedoria política do louro Abrantes, flôr de civilização, e sempre o labor profícuo de tantos morenões do Recôncavo de Santo Amaro.¹⁰⁹

No entanto, dentre os muitos baianos dignos de condecoração pelo CEC, Ruy Barbosa foi o mais agraciado. “O dia da cultura é comemorado a 5 de novembro, em homenagem à data de nascimento do maior dos baianos e também o maior dos juristas brasileiros, Ruy Barbosa”.¹¹⁰ Deste modo, afirmava a seção de notícias da *Revista de Cultura* em 1972. Esta foi a indicação do CEC para o calendário anual elaborado pelo CFC, como dia da cultura no Brasil.

De quantos contribuíram, numerosos e diversos, para a esforçada elaboração de um sentimento de identidade, de autonomia e de arte nacionais, desde os letrados, os clérigos, os bacharéis, os militares, os populares iluministas e protoliberais do período colonial aos teóricos e agitadores da independência, da abolição e do Império, da república, imbuídos das doutrinas liberalistas, do positivismo e do espírito democrático, nenhum melhor que Ruy desentranhou da História, da experiência e das aspirações do povo brasileiro uma interpretação de sua vocação e do seu

¹⁰⁸ FONSECA, Fernando Luiz da. Op. cit, p. 67. Cf. SAMPAIO, Nelson de Sousa. Salvador em 60 anos. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 07, jan-dez 1972, p.19. Também publicado em **A tarde**, 14/10/1972. Fala do gosto da palavra, que seria ao seu ver uma das características baianas “que provocou no Sul do país certos estereótipos caricaturais dos nossos conterrâneos que, apesar de já desatualizados, ainda perduram, como o do “deputado baiano”.

¹⁰⁹ FILHO, Godofredo. Homenagem a Calmon. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 08, jan-dez 197, p.161-62.

¹¹⁰ NOTÍCIAS. Homenagem a Ruy, no dia de cultura. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 07, jan-dez 1972, p.126. “Nesse rol de razões não se pode omitir que Ruy foi, entre nós, o maior defensor da primeira condição social e política para a plena criação cultural, que é a liberdade. Saiba, porém, que a democracia, somente poderá medrar, através da educação do povo e do avanço econômico.” SAMPAIO, Nelson. Ruy e a cultura nacional. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 04, jul. /dez. 1969, p. 11.

caráter como pautas para a maioria política, a soberania, o estabelecimento do estado de direito e a ordem fundada na justiça social.¹¹¹

Este depoimento refletia bem a simpatia do conselheiro pela ideologia liberal. Esta premissa pode ser alargada aos demais conselheiros, sem problema algum, a partir do momento que justificavam investimentos do estado para cultura com a valorização de expressões de ações individuais de representantes de um grupo, como manifestação cultural e apanágio das elites.

Outro exemplo que revelava a noção de cultura, na perspectiva liberal do CEC, foi a de associar os monumentos que indicavam ações isoladas de baianos ilustres no passado à necessidade de preservação. Um exemplo foi o parecer sobre “aquele do colégio da aldeia do Espírito Santo, hoje Vila de Abrantes. A obra admirável dos jesuítas, construída nos primeiros séculos de nossa história, é um exemplo vigoroso de um passado de glórias e rico em tradições”.¹¹²

As falas a seguir sobre o Solar Bandeira, construção do século XVIII, onde funcionou o Colégio Carneiro Ribeiro, na antiga ladeira da Soledade, de propriedade do fidalgo baiano Pedro Rodrigues Bandeira, que morreu na primeira metade do século XIX. Era considerado como homem de “fortuna sem par”.¹¹³ A sua conservação foi solicitada pelo CEC e, na fala de Simas,

é esta sem dúvida, providência das mais louváveis, inclusive por possibilitar a conservação, quer na sua frontaria, quer em seu interior, de aspectos sumamente importantes e representativos de uma época na evolução da cidade de Salvador e, ainda relembrar e resguardar a atuação marcante de Ernesto Carneiro Ribeiro, como excelso educador.¹¹⁴

Os elementos mais tradicionais serviram para “rememorar o glorioso passado de nossa história pátria”¹¹⁵ e eram elencados como representativos da Bahia, refletindo como vimos, as posições de boa parte dos conselheiros. Selecionamos

¹¹¹ AZEVEDO, Thales. Cultura como consciência nacional. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 05, janeiro /dezembro 1970, p. 59.

¹¹² FONSECA, Fernando L. Ruínas Notáveis. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 05, jul. /dez. 1970, p. 83.

¹¹³ SIMAS, Américo. Solar Bandeira. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 02, set /dez. 1968, p.55.

¹¹⁴ SIMAS, Américo. Solar Bandeira, *Idem*, p.53.

¹¹⁵ **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 06, jul-dez 1971. Frase proferida pelo conselheiro Thales de Azevedo, na ocasião da indicação nº 04/71, p.159, que propunha a instalação das casas de cultura nas cidades de Cachoeira e Santo Amaro. Sem problema algum podemos falar de uma baianidade associada este “passado” colonial que, segundo ele orgulhava tanto, inclusive pelas lutas de libertação de Portugal.

alguns dos discursos, dentre muitos, que nos dão uma visão de como a Bahia foi representada naquele momento. No entanto, este fragmento abaixo nos chamou atenção:

Os restaurantes vários, nacionais, típicos e internacionais, como que muito de propósito deixam escapar o cheiro da cozinha baiana e de toda fome do mundo vem à boca molhada dos desejos da Bahia, no seu mistério profundo, de corpos flor e azeite. O acarajé dourado boiando no dendê, o abará misterioso envolvido nas folhas, o caruru de São Cosme cheirando, abençoando, fazem uma visão única e que fica para sempre na memória dos sentidos.¹¹⁶

Este depoimento foi um dos poucos que encontrei em todas as publicações do CEC com referências outras. No geral era uma “baianidade” da memória das elites. Os elementos populares pouco apareciam, mesmo com o destaque dado ao folclore. Os de origem afro-brasileira, raramente citados, a Bahia sertaneja silenciada.

1.4 “Célula máter da nacionalidade” ou produto Bahia?

“Nós somos um povo condenado ao dilema terrível desta alternativa: ou o nacionalismo, com imobilidade e rotina; ou o progresso, com cosmopolitismo, inexpressão, falta de características nacionais, frisando uma individualidade na sociedade dos povos”
Wanderley Pinho

Exaltar as qualidades da Bahia, para justificar a necessidade da preservação do seu patrimônio não era novidade. Wanderley Pinho, já o fazia nos idos de 1917. Como desconfiava das políticas de cunho modernizante, afirmava ele que

A Bahia é, e há de ser, felizmente por muito tempo, a região tradicional brasileira: onde as lendas e os costumes de antanho conservam a sua poesia melancólica no contraste de um progresso que penetra lentamente; onde como a atmosfera que respira é um ar do passado cheirando a santidade ingênua de épocas findas; onde o próprio aspecto das coisas e o regime dos homens são como um viver dos séculos atrás, arremedando hábitos novos.¹¹⁷

¹¹⁶ Elogio ao turismo de, ROCHA, Carlos Eduardo da. Roteiro do Pelourinho. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 11, janeiro /dezembro 1976, p.18.

¹¹⁷ PINHO, José Wanderley de Araújo. Proteção de objetos públicos e objetos históricos. In: **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Salvador, nº 04, julho/dezembro 1969, p.54. Pinho propunha que se fizesse um catálogo das coisas íntimas da Bahia, das preciosidades históricas e artísticas, e que para tal tarefa deveria ser constituída uma comissão dentro do IGHB.

Tudo indica que o historiador estivesse se referindo à modernização que destruía o patrimônio histórico, desprezado no início do século passado. Também fazia uma alusão às reformas urbanas e às políticas de modernização no intuito de “civilizar”, na gestão de JJ Seabra (1912-1916), que mudaram a paisagem da capital baiana.

Certamente que a preocupação com a invasão do “progresso” ainda trazia reflexões para alguns dos baianos. O processo de expansão urbana intensificava-se nos fins dos anos 1960 e principalmente durante toda a década de 1970 e 1980. A chegada das indústrias para a Bahia, principalmente na região metropolitana de Salvador, trazia consequências novas para o período. A população de Salvador em meados de 1970 era de pouco mais de um milhão de habitantes, consolidando a capital baiana como uma metrópole.

Todavia, esta Bahia moderna e industrial, não destruíra totalmente a velha Bahia, segundo Thales, ela ainda existia e convivia com os novos tempos:

Curiosamente esta não é apenas uma Bahia de lembranças do passado, de recordações, dos velhos, de saudades e suspiros “do meu tempo”. É uma nova Bahia, “grande Bahia”, que se projeta e se recria, que respira novos aletos, ar poluído, que se impacienta no trânsito engarrafado pelo progresso, e se isola em apartamentos empoeirados pela modernidade.¹¹⁸

Para além das constatações do conselheiro Thales de Azevedo, tais mudanças se refletiam não apenas nos aspectos econômicos e sociais. No campo da cultura tinha-se a preocupação com o impacto desta modernização e os seus efeitos negativos em relação aos bens culturais e aos monumentos.

José Calazans, historiador, em sua prestação de contas ao término do seu mandato como presidente do Conselho explicava:

Neste sentido, os assuntos concernentes à preservação de nosso patrimônio artístico e histórico foram, sem dúvida alguma, os que mereceram maiores atenções de nossa parte, tendo em vista, sérios e graves atentados, praticados, ou a praticar, contra o acervo cultural do país e do Estado. Assim como louvou, em várias indicações unanimemente aceitas pelo Plenário, os atos julgados dignos de aplauso, o Conselho não

¹¹⁸ AZEVEDO, Thales. Bahia: retrato de uma terra cercada de encantos por todos os lados. In: **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 07, janeiro/dezembro, pp. 72-73.

fugiu ao cumprimento de seus deveres manifestando desaprovação a certas medidas deformadoras de nosso patrimônio.¹¹⁹

Podemos falar então, em vozes dissonantes, discordantes e em “tensões” intestinas, para os propósitos modernizantes em curso naquelas décadas? Acredito, a princípio, em discursos cautelosos e indicativos dos danos que uma modernização desenfreada pudesse acarretar.

O CEC foi o guardião do patrimônio histórico da Bahia, especialmente de Salvador e do Recôncavo. Falava-se em “desleixo dos homens”, que acelerava o processo de destruição do acervo monumental da Bahia, “um dos mais ricos senão o mais rico do Brasil em monumentos arquitetônicos dos períodos pretéritos da nossa história”.¹²⁰ Afirmativas do conselheiro Fonseca, a exemplo de “urbanismo cirúrgico”,¹²¹ “sanha do chamado progresso”, também refletiam este alerta em relação ao “progresso” que chegava e que modificava valores artísticos importantes. Enfim, o alerta estava dado, não somente referente aos centros urbanos, mas, também às áreas onde as indústrias estavam se instalando. A questão do patrimônio apareceu como um valor a ser considerado.

Receamos que os valôres arquitetônicos da cidade do Salvador e Recôncavo venham a desaparecer muito em breve, em nome do progresso e do desenvolvimento. A implantação das indústrias junto às cidades tradicionais traz problemas de ordem social e econômica considerados benfazejos e altamente edificantes, mas prejudiciais aos bens de cultura do passado.¹²²

O autor em questão, professor da Escola de Arquitetura da UFBA, chamava atenção para dois problemas centrais: a especulação imobiliária, que resultava em crescimento desordenado e na destruição de áreas históricas, e o abandono das áreas rurais quando novos interesses surgiam nos núcleos urbanos.

Estas preocupações não foram somente suas, praticamente todos os conselheiros estavam atentos ao processo de modernização da Bahia, principalmente em relação às indústrias que estavam instaladas no CIA e no COPEC. As visitas de campo do CEC destinavam-se a vários fins: viagens por

¹¹⁹ CALAZANS, José. As atividades do Conselho. In: **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 10, janeiro /dezembro, 1975, p. 133.

¹²⁰ FONSECA, Fernando L. *Op.cit.*, p.83

¹²¹ FONSECA, Fernando L. *Op.cit.*, p.88.

¹²² FONSECA, Fernando L. Ruínas Notáveis. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 05, jul. /dez. 1970, p 86.

interesses culturais, visitas ao CFC, aos conselhos estaduais vizinhos como o do estado de Sergipe, além disso, algumas delas destinavam-se a verificar se as instalações das indústrias, a construção de estradas, rede de esgoto e pavimentação em geral, não estavam afetando monumentos que se localizavam nos arredores das obras.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o CEC, apontou a partir das muitas matérias o quadro não muito otimista da situação na qual se encontrava o legado arquitetônico. Solares antigos no Corredor da Vitória destruídos, dezenas de casarões completamente arruinados na região do Pelourinho, casas e armazéns antigos desaparecidos na região Itapagipana, na zona Rural do Recôncavo, casas, capelas e engenhos inteiramente no chão, além de outros monumentos necessitados de conservação imediata espalhados pelas cidades consideradas históricas.

Diante do exposto, em que aspecto os intelectuais de cultura divergiram, em que sentido afirmaram ou negaram o projeto de modernização da Bahia neste período? É bom deixar claro que estavam trabalhando para um órgão estatal e com fins consultivos e normativos, mas que não necessariamente deveriam ficar isentos de posicionamento em questões que abalavam uma das suas principais preocupações: a proteção do acervo monumental da Bahia.

O ambiente era propositivo a uma conciliação, afinal, afirmava Fonseca, “sabe-se que o antigo e o moderno podem viver lado a lado, sem choques e distorções, desde que cumpram a sua finalidade de bem servir ao homem”.¹²³ Todavia, em seus discursos os embates apareceriam em forma de lutas de representação dentro de um mesmo projeto de governo. Estas representações sobre a Bahia e os baianos refletiam os posicionamentos dos intelectuais do CEC em meio aos outros órgãos e agências estatais. Daí podermos afirmar que estes disputavam um projeto dentro da própria esfera estatal, e que suas “baianidades” refletiam seus anseios.

O projeto antagônico que identificamos, pelos materiais consultados, foram as políticas públicas na área do turismo e suas formulações simbólicas. Estas “baianidades” – representações sobre a Bahia e os baianos, propalados pelos sujeitos e agências estatais com suas propagandas e documentos organizacionais -

¹²³ FONSECA, Fernando L. *Op.cit.*, p.88

refletiam uma determinada forma de ordenamento social e de interesses em disputa, tanto internamente, quanto externamente.

Nas primeiras seções deste capítulo reconstituímos de forma sucinta a trajetória das políticas culturais no Brasil e que efeito tiveram também na Bahia. Um dos embates ficava por conta da corrente patrimonial representada pelo CFC e outra mais técnica. Levamos em conta também o crescimento da indústria cultural e do entretenimento, com destaque para o turismo. O conselheiro Nelson Sampaio¹²⁴ retratou este momento da seguinte forma:

Se quiséssemos resumir as tendências de nossa intelligentsia, apontaríamos as seguintes linhas evolutivas: o declínio da cultura verbal; a diversificação cultural; a preocupação da funcionalidade da cultura; o “desindividualismo” cultural; “o fim dos notáveis”; e valorização da cultura artística. Trata-se das tendências universais, aqui chegadas com certo atraso. O espírito de funcionalidade do conhecimento confere uma orientação pragmática à cultura, fazendo-se servir aos fins da respectiva sociedade e dando realce aos técnicos.¹²⁵

A *intelligentsia* citada pelo conselheiro pode ser considerada uma autoidentificação dele e de seus companheiros do CEC que estavam imersos nas mudanças referidas em seu texto. Já os técnicos a que se refere, portadores da funcionalidade da cultura, na Bahia, estavam representados pelos demais órgãos da estrutura da SEC, principalmente, os mais executivos como o IPAC e a FACEBA. Sampaio parece que antevia a derrota na queda de braços entre a perspectiva cultural do CEC e as proposições do turismo quando admitia que

é fácil, pois, prever que, na década de 70, teremos uma rede mundial de televisão, por meio de satélites; provavelmente se fale pelo telefone para os mais distantes recantos do mundo; gigantescos aviões, de espantosa velocidade, levarão os homens a toda parte, fazendo que cada dia mais o nosso século seja o **século do turismo**[grifo nosso]; a televisão colorida já

¹²⁴ Nelson de Souza Sampaio, advogado e professor, nasceu em 26 de julho de 1914 em Macajuba-Ba e faleceu em 20 de dezembro de 1985. Lecionou Psicologia Educacional no Instituto Normal da Bahia, Salvador em 1938, foi diretor da Penitenciária da Bahia, 1938-1939, professor catedrático de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da Bahia, professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia, de Ciências Políticas da Escola de Administração e de Instituições de Direito da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, diretor da Faculdade de Direito no período entre 1961-1964. Foi presidente do Conselho Estadual de Cultura entre 1968-1972, no qual permaneceu até 1983 Além disto, foi membro dos conselhos e associações: Ordem dos Advogados da Bahia - OAB-Ba, Instituto dos Advogados da Bahia, IGHB, Associação Baiana de Imprensa, Academia de Letras da Bahia. Em funções políticas foi consultor jurídico do Poder Legislativo, 1970-1976. Eleito deputado estadual Constituinte pela União Democrática Nacional-UDN (1947-1951) reeleito pela UDN (1951-1955) e 1955-1959. Fonte: <<http://www.al.ba.gov.br>>. Acesso em: 03 Out. 2011.

¹²⁵ SAMPAIO, Nelson de Sousa. Salvador em 60 anos. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 07, jan-dez 1972, p. 19. Também publicado em **A tarde**, 14/10/1972.

existirá em quase todos os países; os transplantes de órgãos humanos ou as implantações de órgãos artificiais tornar-se-ão quase rotina; o homem viverá mais, apesar de comprimido em supercidades, cada vez mais dependente das máquinas.¹²⁶

No entanto, as críticas mais contundentes à modernização, e consequentemente à atividade turística, vieram dos seus pronunciamentos. Uma identidade baiana, que negava todo este processo, e que resistia segundo Sampaio, estava se perdendo. Mas nem mesmo ela escapava aos impulsos modernizantes.

Entretanto, para uma melhor análise das políticas culturais na Bahia neste período, é preciso estar atento para uma reflexão proposta pela historiadora Sônia Mendonça. Ela nos alerta para um dado importante no quesito metodológico e que não deve passar omissa ao historiador que analisa o Estado. Para ela, deve-se ter o cuidado de “ao decalcar nas fontes oficiais uma dada política pública, correr o risco de naturalizar o conteúdo veiculado pelos documentos como se estes fossem a *política em si*, deixando de vê-los como frutos de embates e disputas”.¹²⁷

Os processos que levam à hegemonia de um grupo ou de uma classe são perpassados por conflitos e interesses na maioria das vezes divergentes. O papel do intelectual é destacado como agente portador dos interesses de grupo que tenta tornar sua visão de mundo universal. Podemos verificar isto nas falas de Nelson Sampaio, a título de exemplo, em seu artigo “*Salvador em 60 anos*”¹²⁸, ao fazer uma análise do processo de modernização da cidade de Salvador e seus efeitos nas últimas seis décadas, mas, em contrapartida, criticando a forma como o turismo se apropriava da cultura para se autopromover.

Indiretamente, refutava as políticas de modernização iniciadas na gestão de ACM prefeito de Salvador e Luís Viana governador (1967-1971) e do primeiro governo ACM (1971-1975) que se utilizava de um uso reiterado da baianidade ou identidade baiana (centrada em Salvador é bem verdade) para promoção de rendimentos econômicos para o Estado. Para ele, o turismo não guardava as características das épocas em sua integridade, comercializando-as “para inglês ver”, como os alimentos em conserva, modificando o verdadeiro gosto. Argumentava ainda, que

¹²⁶ SAMPAIO, Nelson de Sousa. Perspectiva da década de 70. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 04, jul-dez 1969, p.71. Esta matéria foi uma entrevista concedida ao Diário de Notícias em 28 de dezembro de 1969 pelo referido conselheiro.

¹²⁷ MENDONÇA, Sônia. *op.cit.* p. 11.

¹²⁸ SAMPAIO, *op. cit.*

Na invasão de novos costumes de todas as áreas, o turismo certamente guardará algumas amostras de candomblés, da cozinha afro-baiana, do samba de roda, da capoeira. Tudo isso viverá como um folclore dirigido, espécie de flores de estufa. Perdurará, todavia, o essencial da natureza ambiente: as praias cintilantes, o azul do mar, se a poluição não lhe mudar o colorido, a transparência, também azul dos céus, a luminosidade do sol, caso não a tolde o *smog* industrial.¹²⁹

Em outro momento, criticou contra o pessoal das artes, que segundo ele, seriam os beneficiados com essa “onda” do turismo. Ao tempo em que discordava, se conformava com as propostas de modernização, no entanto, não abria mão de uma identidade baiana, que estaria se “desvirtuando” quando reapropriada pelo turismo. No seu dizer,

À medida que a industrialização e a mentalidade industrializante avançam, Salvador se vê ameaçada de tornar-se uma cidade igual a todas as grandes cidades, de perder o seu morno aconchego de terra de lazer, a visão pitoresca dos homens e dos horizontes, o cheiro do incenso, e o gosto do acarajé. Vem-lhe em socorro, entretanto, outra indústria que ela começa a explorar com grandes esperanças, a indústria “sem chaminés”, do turismo. Seus primórdios já superlotam os hotéis, animam a construção de novos, e nos prometem um aeroporto internacional, onde gigantescos supersônicos despejem constantemente levas de gringos, curiosos de ver “o que é que a baiana tem”.¹³⁰

Enquanto o CEC estava preocupado com a preservação dos monumentos históricos, pelos motivos mencionados na seção anterior, Paulo Gaudenzi¹³¹, associava a necessidade da preservação aos ganhos econômicos e turísticos que isto podia render, pois, afirmava que,

Na Bahia e, especialmente em Salvador, as manifestações culturais, os elementos históricos e a paisagem associam-se para criar um encanto e um potencial turístico de alta qualidade. Convém ressaltar que a sua força de atração manifesta-se inseparadamente do seu povo, na sua tradição e nos seus bens culturais e paisagísticos. O seu povo, e os que a visitam, vivem e consomem essas tradições populares, paisagens e monumentos. Assim, desde que esta característica se apresenta, também, como uma potencialidade turística, é necessário preservá-la, aperfeiçoá-la e promovê-la para que se fortaleçam como consequência, a curiosidade e o interesse

¹²⁹ SAMPAIO, *Op. cit.*, 1972, p.18. O CEC foi veementemente contrário a toda forma de publicização de atividades culturais, no intuito de agradar a um grande público. A título de exemplo, o comentário de parecer do conselheiro Godofredo Filho, de que “para fins propagandísticos ou comerciais, venha a prejudicar a genuína fonte de inspiração que se buscou”. Ele se referia ao grupo folclórico VivaBahia que pedia reconhecimento de sua existência e das suas funções como fomentador do folclore baiano ao CEC. FILHO, Godofredo. Parecer 13/75/77. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 11, jan-dez 1976, p.115.

¹³⁰ SAMPAIO, *Idem*, p.17.

¹³¹ Gerente do turismo baiano. Falarei dele mais detalhadamente no próximo capítulo.

dos visitantes. Diante da possibilidade de certas atitudes provocadas pelo cosmopolitismo e outras manifestações, tomadas em nome do turismo, possam vir a desvirtuar as manifestações culturais, especialmente populares, e comprometer o acervo de monumentos e o paisagístico, cabe a todos os baianos e, em particular, ao poder público, ações de proteção desses valores.¹³²

As propostas turísticas estavam mais preocupadas com os valores populares e com a possível exploração dos monumentos históricos para a atração dos turistas; diferentemente do CEC, que enxergava a preservação dos monumentos como a permanência da memória de suas elites. Dizia Gaudenzi que a “reunião de todos os valores naturais e dos elaborados pelo homem constitui o patrimônio cultural de um povo e representa sua herança coletiva”.¹³³ A noção de patrimônio para o dirigente do turismo era mais alargada, pois os consumidores desse patrimônio faziam parte das diversas classes sociais e não somente das elites intelectuais.

No entanto, o CEC não excluía por completo a atividade turística, elogiava o turismo de caráter cultural e apenas indicava que, se a preservação do patrimônio histórico fosse cuidada pelo poder público, o turismo também iria se beneficiar. Afinal de contas, as políticas culturais foram elaboradas tendo em vista o desenvolvimento da Bahia.

Não foi menor serviço o esforço do Conselho no sentido de despertar na comunidade uma consciência orientada para a conservação do seu patrimônio histórico, artístico e paisagístico bem como para a defesa ecológica do ambiente. Esse esforço logrou algumas recompensas iniciais que obteve na imprensa da capital, em algumas personalidades de destaque e em entidades particulares, como A Sociedade de Amigos da Cidade do Salvador. Mas esses primeiros passos apenas mostram a grande entrada que temos à frente, e da qual não podemos recuar. Forçam-nos ao avanço não só as exigências do desenvolvimento da Bahia, mas também as crescentes preocupações em transformá-las num dos maiores centros turísticos do país.¹³⁴

Ratifico que as discordâncias perpassavam pelas elaborações identitárias. Já o cosmopolitismo entendido, em nossa análise, como as atitudes e/ou práticas que

¹³² GAUDENZI, Paulo. Os dengos da Bahia. **Operário do turismo**: retalhos de ideias e pensamentos. Salvador: Omar G, 1999, pp. 89-90. Publicado originalmente em **Jornal da Bahia**. Os Dengos da Bahia, 14/07/1977.

¹³³ GAUDENZI, Paulo. O IPAC-BA. **Operário do turismo**: retalhos de ideias e pensamentos. Salvador: Omar G, 1999, p. 109. Publicado originalmente em **Jornal da Bahia**. Os Dengos da Bahia, 24/11/1977.

¹³⁴ SAMPAIO, Nelson de Sousa. Três anos de Conselho. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 05, jul-dez 1970, pp. 137-145.

interferiam nas questões e na soberania regional/nacional, foi atacado por ambas as partes.

O turismo tem sido muitas vezes atacado por pessoas cuja atividade está relacionada à área cultural ao tentar atribuir-lhe toda a culpa pelas transformações que vão ocorrendo com o passar do tempo, nos locais que exploram a atividade turística. Em relação à nossa velha Salvador, esse fato não é exceção e, de vez em quando, toma-se conhecimento de críticas, na sua maioria injustas, ao trabalho desenvolvido pelo turismo quando lhe imputam culpa pela destruição do patrimônio cultural e paisagístico. Estas acusações não tem razão de ser, ainda mais porque se sabe que o turismo, atualmente, é um dos grandes mantenedores dos nossos monumentos, motivando suas restaurações e uso como atividades rentáveis.¹³⁵

Gaudenzi identifica o cosmopolitismo como um elemento que desvirtuava o caráter popular das manifestações culturais, importantes, na sua visão, para a promoção do turismo, mas, não dava “nome aos bois”.¹³⁶ É de se questionar também, se as atividades turísticas foram as únicas a contribuir para a preservação do patrimônio. O conselheiro Américo Simas Filho apontou em inúmeros artigos da *Revista de Cultura*, que a preservação dos monumentos não era tão simples, pois necessitava de uma metodologia adequada de intervenção, que levasse em conta as populações locais e a intervenção direta dos órgãos especializados. Ao contrário de Gaudenzi, o conselheiro Thales de Azevedo era enfático:

pois é caso de nos guardar contra tudo o que há de mau moral e psicologicamente falando, no cosmopolitismo que nos traz o turismo e na industrialização que inevitavelmente nos tocará com sua obsessão pela ação, pelo ganho, pela competição individualista, tolhendo o gosto pela festa, pelo samba, pelo carnaval, pela compensação do sofrimento pela alegria espontânea e contagiante.¹³⁷

Para ele, a cidade da Bahia – Salvador - passava por um processo de modificações históricas, pois até os meados dos anos 1950, ressentia-se frente ao crescimento de outras grandes cidades do Brasil como Rio, Recife e São Paulo. Estas transformações despertavam certo otimismo pela industrialização, pela

¹³⁵ GAUDENZI, Paulo. O interesse turístico do uso do solo. **Operário do turismo**: retalhos de ideias e pensamentos. Salvador: Omar G, 1999, p. 115. Publicado originalmente em **Jornal da Bahia**, 19/01/1978.

¹³⁶ “A Bahia não foge a essa ameaça de dilapidação de seu patrimônio, pois já existem alguns cultos afro-brasileiros sofrendo falsificações, na tentativa de atingir as dádivas dessa rentável e nova atividade que é o turismo” GAUDENZI, Paulo. O turismo e patrimônio. **Operário do turismo**: retalhos de ideias e pensamentos. Salvador: Omar G, 1999, pp. 93-94. Publicado originalmente em **Jornal da Bahia**, 18/08/1977.

¹³⁷ AZEVEDO, Thales. Cidade e cultura – o caso de Salvador. **Planejamento**. Salvador 6(4), 1978, p. 409.

modernização, pela exploração da cultura de massa, do turismo e pelas possibilidades de exploração do seu patrimônio. Porém, afirmava, que a identidade baiana mais tradicional, jamais iria se adaptar a esta condição, já que

a Bahia felizmente não tem aquela presunção: um dos encantos que descobrem em nossa gente os que visitam a Bahia é que não temos o ar preocupado e sofrido, o gesto brusco, o passo apressado e desatento dos povos dominados pela filosofia do viver para trabalhar.¹³⁸

Na epígrafe desta seção, transcrevi um depoimento de Wanderley Pinho de 1917, no qual problematizava os possíveis caminhos da cultura na Bahia, à época, mencionando os riscos entre a opção pelo nacional ou pelas influências externas. Décadas depois, o CEC posicionava-se mais radicalmente, e colocava o cosmopolitismo como um corpo estranho à cultura baiana.

Mas não será este o momento adequado de inventariar o que ficou perdido, sob tantas formas de consumação, originárias da ignorância, do descaso ou do vício de condicionar-se nossa sensibilidade brasileira e nortista a inspirações e fórmulas alienígenas, incompatíveis com a nossa realidade.¹³⁹

O CEC defendia uma valorização da cultura local que fosse autêntica e, portanto, características das tradições baianas, e descomprometida pelas influências externas trazidas pelo incremento do turismo. Já o turismo foi uma das prioridades da plataforma governamental dos governos baianos, especialmente nas gestões de Antônio Carlos Magalhães, que visavam uma modernização com a “reestruturação dos atuais sistemas de informação e publicidades turísticas, e reestruturação do sistema público de apoio ao turismo e cumprimento de vigoroso programa no setor”.¹⁴⁰

Não só o poder público, mas também, a iniciativa privada teria um papel de destaque na promoção da Bahia, principalmente, pelo uso reiterado de uma “baianidade” mais vendável, como mostraremos em outro capítulo. O CEC também não rejeitava apoio da iniciativa privada para a conservação e preservação do acervo cultural baiano. Muitos foram os pedidos e convocações para que investimentos fossem feitos por parte de empresários, comerciantes e indústria.

¹³⁸ AZEVEDO, Thales. *Idem*, 1978, p. 411.

¹³⁹ II Encontro de governadores para a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 06, jul./dez. 1971, p. 122

¹⁴⁰ Programa de ação do novo governo. **Jornal da Bahia**, Salvador, 16/03/1971.

Havia deste modo, discursos distintos, múltiplas “baianidades” que ajudam a entender os lugares sociais dos grupos, dos indivíduos e a entender aquele período de intensa luta pela imagem da Bahia. Assim, os discursos revelavam três temporalidades imersas em um mesmo processo histórico. A Bahia do passado servia para realçar a importância e grandeza de suas elites, representada pelo seu patrimônio histórico. A Bahia do presente alertava sobre um cuidado para com os efeitos da iminente modernização da Bahia. E por último, a Bahia do futuro, da superação do atraso econômico, das possibilidades de exploração de novas formas de desenvolvimento, como a indústria cultural e o turismo, acompanhadas que foram de novas formas simbólicas de ver e dizer a Bahia, que não foram inéditas, mas que foram exploradas mais veementemente.

Resumimos estas características como sendo o “produto Bahia”¹⁴¹, que se apropriava tanto de uma baianidade mais tradicional quanto daquela, que se remetia aos aspectos da sensualidade, mestiçagem e negritude, propaladas e conhecidas mundialmente através da literatura de Jorge Amado.

A identidade baiana vinculada ao seu patrimônio serviu bem ao turismo e foi reconhecida por Gaudenzi, mas sozinha não dava conta dos desafios de transformar a Bahia num destino turístico dos mais importantes do país. Assim,

É comum ouvir-se dizer que a Bahia, especialmente, Salvador, apresenta características que a fazem sempre lembrada pelos brasileiros, tornando-se assim, um grande produto turístico. A Bahia é frequentemente reverenciada em razão dos seus filhos ilustres; há os que fazem presente em suas histórias, poemas e canções e, para muitos, é motivo de maravilhosas lembranças. Isso é pouco para os que encaram a atividade turística como coisa séria, pois representa um potencial econômico dos mais dinâmicos. Será a Bahia um relevante pólo turístico?¹⁴²

Segundo as estatísticas levantadas por Gaudenzi dos estudos feitos pela Bahiatursa, a maioria dos turistas que aportavam em Salvador era jovem e vinha para o estado no intuito de fazer turismo e “curtir a Bahia”¹⁴³ daí a estratégia de se

¹⁴¹ Representações sobre da Bahia que se transformavam em mercadoria lucrativa e de fácil aceitação pelos turistas – “Produto Bahia” – que o seu autor não fazia questão de provar o contrário: “...já trabalhando em turismo, continuei viajando pelo Brasil e pelo mundo a fora, vendendo o ‘produto’ chamado ‘Bahia’”. GAUDENZI, Paulo. Aprendiz de escriba. **Operário do turismo: retalhos de ideias e pensamentos**. Salvador: Omar G, 1999, pp. 18.

¹⁴² GAUDENZI, Paulo. A demanda turística. **Operário do turismo: retalhos de ideias e pensamentos**. Salvador: Omar G, 1999, p.133. Publicado originalmente em **Jornal da Bahia**, 10/11/1977.

¹⁴³ GAUDENZI, Paulo. Procedência e classificação do turista na Bahia. **Operário do turismo: retalhos de ideias e pensamentos**. Salvador: Omar G, 1999, p.136 Publicado originalmente em **Jornal da**

definir qual imagem da Bahia deveria ser mais propalada, ou seja, “o que vai ser vendido”.¹⁴⁴

As manifestações culturais, o legado arquitetônico e o natural, mas principalmente, a “afirmação da tradicional hospitalidade baiana”¹⁴⁵ serviram de atrativos para o turismo. Além disto, as praias, as comidas típicas, a busca do sol, do folclore, da vida noturna, e de elementos que compunham uma Bahia “mágica”, cheia de “encantos” incrementava a proposta, já que, “não é somente a opinião dos que aqui nasceram, mas de todos os que a conhecem, que os encantos desta terra são realmente grandes e envolventes, capazes de embriagar seus filhos e cativar, para sempre, seus visitantes”.¹⁴⁶

A “célula mãe” serviu como cartão-postal e justificativa de se explorar os monumentos. No entanto, “o produto Bahia” prevaleceu como uma das estratégias de apresentar a Bahia para um público maior e com interesses outros daqueles propalados pelo CEC.

Bahia, 17/11/1977. Cf. GAUDENZI, Paulo. O turismo em Salvador. **Planejamento**. Salvador: 5(2), abr/ jun. 1977, pp. 69-97.

¹⁴⁴ GAUDENZI, Paulo. Zonas de interesse turístico. **Operário do turismo**: retalhos de ideias e pensamentos. Salvador: Omar G, 1999, p.157 Publicado originalmente em **Jornal da Bahia**, 20/10/1977.

¹⁴⁵ GAUDENZI, Paulo. Saudade neles. **Operário do turismo**: retalhos de ideias e pensamentos. Salvador: Omar G, 1999, p.87 Publicado originalmente em **Jornal da Bahia**, 30/06/1977.

¹⁴⁶ GAUDENZI, Paulo. Os dengos da Bahia. **Operário do turismo**: retalhos de ideias e pensamentos. Salvador: Omar G, 1999, p. 89. Publicado originalmente em **Jornal da Bahia**. Os Dengos da Bahia, 14/07/1977.

CAPÍTULO II. BAHIA: “TERRA DA FELICIDADE” E DOS BONS NEGÓCIOS

Este capítulo discute, dentre outras coisas, a permanência do embate entre a perspectiva cultural e a do turismo fora do âmbito do Conselho Estadual de Cultura da Bahia - CEC, a partir de vozes como a do economista Rômulo Almeida e de técnicos governamentais que, mesmo inseridos na estrutura do estado, advertiam para outros caminhos possíveis quando se tratava das políticas públicas de cultura e turismo.

Objetiva trazer ao leitor o modo a partir do qual o turismo foi pensado como uma atividade econômica na Bahia, historicizando esta atividade através das periodizações feitas por pesquisadores e pelo próprio estado, bem como, discutir o menor ou maior grau de intervenção do estado nesta atividade, mapeando seus gestores, autarquias, decisões e dilemas pelos quais se deu a implantação das políticas do turismo na Bahia.

Discorro e problematizo também como cada etapa da evolução do turismo baiano concebeu sua representação de Bahia, baseada em suas concepções de turismo e como esta identidade baiana se deslocou numa dupla perspectiva: de uma baianidade mais tradicional e elitista para uma baianidade mais afeiçoada aos elementos populares e afro-baianos, mas, sobretudo, como os seus usos transmigram de reivindicações políticas para fins mais vinculados às questões econômicas. E no meio deste deslocamento verificamos como a Bahia disputou espaço com outros estados da nação, sobretudo no quesito turismo, reivindicando autenticidade e posse de símbolos da nacionalidade brasileira.

2.1. O binômio cultura/turismo: o debate fora do plenário do CEC

Como vimos no capítulo anterior, muitos dos debates realizados na Bahia, sobretudo, no âmbito das instituições ligadas à cultura e mais especificamente às políticas culturais, estiveram sensíveis a um ordenamento de como elas seriam implantadas. O CEC preocupou-se com a preservação do patrimônio material, dos monumentos de Salvador, em especial o Pelourinho, e do Recôncavo baiano.

A atividade turística, iminente na Bahia, era vista por alguns dos conselheiros como um problema. Para eles, o caráter cosmopolita do turismo retirava dos baianos

as suas características mais tradicionais e isto acarretaria na perda de uma identidade baiana mais voltada ao passado e ligada às tradições de suas elites políticas e culturais. Todavia, eles reconheciam que as suas indicações e preocupações sobre o patrimônio arquitetônico encaminhadas aos órgãos mais executivos, como a Fundação do Patrimônio Cultural e o IPAC, no sentido de restauração dos monumentos, seriam também úteis ao turismo.

O debate sobre turismo e cultura prosseguia para além do âmbito do CEC. Pretendo desta forma, reconstituí-lo a partir de sujeitos que vivenciaram experiências em várias situações diversas, acrescentando, ainda, o componente industrial como vetor de comparação. O objetivo desta discussão é mostrar que o processo de implantação da atividade turística na Bahia, principalmente a partir da década de 1970, foi palco de muitos debates e não foi consensual como nos dias de hoje, onde praticamente na maioria dos planos de governo e de campanhas políticas esta atividade aparece como redentora.

Estes debates, por sua vez, tornaram-se notáveis na medida em que foram publicizados pela imprensa baiana no período. Rômulo Almeida foi um destes sujeitos que deram sua contribuição. Agente público desde os anos 1950 foi um dos pioneiros do planejamento da Bahia. Secretário da fazenda do governo Antônio Balbino (1955-59), idealizador da Comissão do Planejamento Econômico (CPE), criada em 1955, teve destacada participação nos governos baianos como economista, muito embora não tenha tido muito sucesso em suas incursões no mundo da política.¹⁴⁷

Além de ter sido um dos idealizadores do projeto de Implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), participou ativamente do planejamento para o turismo do estado quando elaborou o Primeiro Plano de Turismo do Recôncavo, o PTR.¹⁴⁸

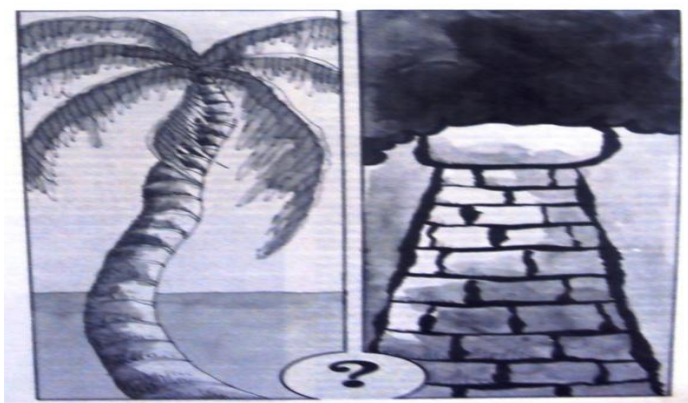
¹⁴⁷ Para maiores informações ver. ALMEIDA, Rômulo de. **Rômulo: voltado para o futuro**. Fortaleza: BNB, 1986. (Entrevistas concedidas a grupos de trabalho da ASEB). Em 1954 foi eleito deputado federal pelo PTB da Bahia, mas frustrou-se por não ter sido indicado por Balbino para sua sucessão nas eleições para o Governo em 1958. Em 1978, já no período militar candidatou-se pelo MDB ao senado sendo derrotado. No entanto, foi uma figura de grande reconhecimento na Bahia.

¹⁴⁸ Este Plano foi pioneiro na Bahia, elaborado em 1971, entre seus objetivos estava a busca pela integração do turismo ao processo em curso de desenvolvimento econômico e social do Recôncavo – região que abrangia Salvador e os municípios do seu entorno, além de regiões próximas como Feira de Santana e Alagoinhas. Cf. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CONDER. **Plano de Turismo do Recôncavo. Resumo**. Salvador: Clan & OTI, 1971, p. 2.

Os governos baianos, a partir de 1967, empenharam-se no sentido de buscar viabilidades econômicas para o estado, uma delas foi a sistematização da atividade turística juntamente com a atividade industrial. A Bahia que na década de 1950 vivenciou o incremento industrial exógeno advindo da instalação da Petrobrás na região (mais especificamente a Refinaria Landulfo Alves), no decorrer dos anos 1960 viu seu parque industrial começar a ser montado com o Centro Industrial de Aratu, projetado como forma de diversificar os núcleos da industrialização brasileira. Neste momento, o que fomentou a indústria baiana foram os incentivos fiscais.

Esta pequena euforia viria, no início da década de 1970, tornar-se uma realidade com o incremento das indústrias metalúrgicas, químicas e siderúrgicas, consolidando-se a partir da fundação do Complexo Petroquímico de Camaçari. Acompanhando este desenvolvimento veio um processo de modernização e expansão da infraestrutura, do operariado baiano e de uma classe média que crescia com as novas atividades instaladas na região metropolitana de Salvador.¹⁴⁹ Estas duas atividades, a indústria e o turismo, poderiam caminhar juntas? Seriam competitivas ou complementares entre si? O dilema que a imagem a seguir nos convida a refletir.

Figura 1



Editorial. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II, nº 19, p. 3, abril 1975. p.34 mensal.

Na visão estatal, elas caminhavam juntas e concorriam para uma melhor distribuição de renda para uma melhoria das condições econômicas e ambientais da vida do baiano. No entanto, os próprios agentes governamentais do turismo

¹⁴⁹ TEIXEIRA, Francisco & GUERRA, Oswaldo. 50 anos de Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espamódica. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, SEI, v. 10, n. 1, pp. 87-98.

admitiam que um planejamento rigoroso no setor era necessário, com a execução de cursos de aperfeiçoamento, capacitação de pessoal etc, haja vista que mesmo com sua natural “vocalização de hospitalidade” a Bahia precisaria de pessoal qualificado para trabalhar na área. Assim,

É muito interessante um garçom baiano e falador, sempre simpático em sua prosa e dócil na sua maneira de tratar os clientes. Entretanto, se este não tiver uma certa dose de técnica, eficiência e classe, terminará por deixar insatisfeitos aos que atender. Quanto às empresas, restaurantes, pousadas e pequenos hotéis dá-se a mesma coisa. O que começa como uma extensão do lar, se não for estruturado como uma empresa não terá condições operacionais e não se realizará como atividade econômica.¹⁵⁰

Esta foi uma constatação de que o turismo estava sendo tratado como um empreendimento de fato. Rômulo Almeida admitia que o turismo diferia da indústria apenas por ser uma atividade terciária e que, portanto, não competiria no uso dos recursos. O relativo desemprego de uma classe média soteropolitana (que não era aproveitada na indústria) renderia mão de obra para as atividades de gerência e para um trabalho menos braçal que, segundo ele, aos poucos, com as capacitações haveria de se ter um quadro de funcionários eficiente. Atestava ainda que a pressão governamental pelo crescimento do turismo levava a improvisar garçons, gerentes e outros profissionais, pois na Bahia não havia um programa rigoroso de recursos humanos para a área.¹⁵¹

O Rômulo Almeida dos anos 1970, à época presidente da Consultoria e Planejamento (CLAN), que elaborou em colaboração com o escritório espanhol OTI, o PTR, acreditava na centralidade da indústria como principal atividade econômica para a Bahia e que o turismo era uma atividade paralela, porém promissora. No planejamento baiano à época da CPE, Rômulo Almeida pouco ou nada enfatizou sobre o turismo, como veremos mais adiante, então, os escritos por nós pesquisados, talvez sejam os únicos em que o economista, de fato, analisou mais profundamente o turismo.

Para os agentes governamentais, o turismo era a “carta escondida na manga”, o aspecto no qual a Bahia deveria se sobressair sobre os demais estados por conta de todas as suas potencialidades: paisagística, história, belezas naturais e

¹⁵⁰ Turismo e Indústria. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II, nº 19, p. 4, abril 1975. p.34 mensal.

¹⁵¹ Turismo e Indústria. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II, nº 19, p. 4, abril 1975. p.34 mensal.

sua singularidade cultural. Porém, o impacto ambiental/ecológico e os efeitos negativos do seu incremento, serviam de parâmetro tanto para a indústria quanto para o turismo. O CEC alertou a comunidade baiana em muitas ocasiões, advertindo para o cuidado com os monumentos próximos às indústrias. Em relação aos aspectos culturais, Rômulo Almeida e o CEC compartilhavam de uma opinião um pouco parecida. Nas suas palavras,

penso que o turismo pode ser predatório e geralmente a experiência mostra que este tem sido destrutivo da cultura local. Mas em nosso caso, em que existe um complexo de inferioridade na cultura local e por outro lado esta não é muito conservadora em termos de natureza, turismo pode ser útil.¹⁵²

A fala de Rômulo Almeida era respeitada pelos gerentes do turismo, mesmo quando o professor o atestava como sendo também uma atividade predatória. Havia a percepção de que um dos mais respeitados economistas baianos enxergava nesta atividade um elemento importante para a Bahia. Apesar das críticas à atividade turística, para Rômulo, esta deveria funcionar como estímulo à política de preservação ambiental e do desenvolvimento industrial:

O turismo exige um patrimônio turístico, um capital turístico, necessitando realmente que se cultive a paisagem, que se defenda a paisagem e, a nosso ver, a maior importância do turismo na estratégia de uma sociedade como a nossa não é tanto a renda que este deixa diretamente, mas pelo pretexto que dá para valorizar objetivos que são socialmente desvalorizados, como seja a preservação e recuperação do patrimônio artístico, histórico e da paisagem¹⁵³

Novamente entramos numa discussão controversa. Seria mesmo o turismo um elemento que ajudava na preservação do patrimônio? O Pelourinho, símbolo da Bahia, considerado um dos trechos mais significativos da cidade de Salvador nos ajuda a incrementar esta discussão. Os investimentos na área foram contingentes e subsidiados pelo estado baiano, pela UNESCO, pela Organização dos Estados Americanos e, mesmo assim, as contradições da região não foram resolvidas.

O Pelourinho foi um dos trechos do Centro Histórico de Salvador que mais recebeu recursos públicos e, no entanto, o problema social da prostituição, das

¹⁵² Prof. Rômulo Almeida – depoimento. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II, nº 19, p. 5, abril 1975. p.34 mensal.

¹⁵³ Prof. Rômulo Almeida – depoimento. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II, nº 19, p. 5, abril 1975. p.34 mensal.

moradias precárias, do lixo, da violência, das drogas não se resolvia. As matérias jornalísticas nos servem para perceber o quadro social e o cotidiano desta parte da cidade, que para muitos pesquisadores era o cartão postal da cidade da Bahia. No entanto, um depoimento nos chama atenção para um dos problemas graves da capital até os dias de hoje, e assim explicitava que “Salvador depois do título de cidade do turismo, os turistas a chamam de cidade montinhos de lixo. Pensei até em revidar a ofensa do visitante, porém duvidei. Hoje Salvador é uma cidade lixo”.¹⁵⁴

Outro debate feito à época que nos remetia às prioridades da preservação do Centro Histórico de Salvador pode nos iluminar para pensar a relação entre a cultura e o turismo na Bahia. O professor de arquitetura da UFBA Mario Mendonça de Oliveira¹⁵⁵, que também foi conselheiro do Conselho Estadual de Cultura no biênio 1973/1975, e atuou como diretor do IPAC entre 1975-1979, no então governo de Roberto Santos, foi sujeito importante nesta discussão. Ocupou diversos cargos de chefia comissionados na prefeitura de Salvador, exercendo funções relativas ao restauro e conservação de bens culturais da capital. Discorria Mendonça,

Reconheço a importância do turismo, mas guardo algumas reservas quanto ao aspecto cultural. É que em quase todo o mundo o turismo é que carrega a cultura a reboque, quando deveria ocorrer o contrário, ou seja, o desenvolvimento cultural é que teria de atrair o interesse dos turistas.¹⁵⁶

A preocupação com o lado humano era em demasiado enfatizada, principalmente quando se tratava das pessoas que habitavam os centros históricos:

(...) Mário Mendonça explica que a função do órgão que dirige, de acordo com as recomendações das reuniões internacionais com entidades como a UNESCO, para estudar o problema, é procurar, na restauração dos seus prédios, contribuir para a promoção do homem que é usuário desse centro histórico.¹⁵⁷

¹⁵⁴ Depoimento de Antonio da Silva. Seção Cartas. **Correio da Bahia**, 16 janeiro de 1979.

¹⁵⁵ Ver currículo lattes <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783046E4>>. Acesso em: 22 Ago. 2012.

¹⁵⁶ Pelourinho. Restaurado o conforto, nasce o Centro cultural. In: **30 anos do IPAC nos jornais**. IPAC, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. Salvador, 1997, p.201. Publicado originalmente em *O globo*, Rio de Janeiro, 19/08/1976.

¹⁵⁷ Fundação diz que o problema social do Pelourinho é grave. In: **30 anos do IPAC nos jornais**. IPAC, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. Salvador, 1997, p.206. Publicado originalmente em *Jornal da Bahia*, 06/09/1978.

Seus posicionamentos seguiam a lógica do diretor da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, o antropólogo Vivaldo da Costa Lima. Para ele,

Quando se fala em recuperação do Pelourinho geralmente se esquece o problema, a meu ver, mais importante da área; o problema humano de seus moradores, inclusive e especialmente o das centenas de prostitutas que ali moram. A fundação, em seu plano de ação, necessariamente integrado com outras agências governamentais e assistenciais, está precipuamente interessada nesse ângulo da questão. É sem dúvida um desafio à Fundação o problema da prostituição localizada nas zonas históricas da cidade. E certamente não pode ser resolvido a curtíssimo prazo, como alguns sugerem e outros poucos mesmo recomendam expressamente.¹⁵⁸

Em outro depoimento, Vivaldo Lima argumentou a não centralidade do turismo para áreas históricas,

O Pelourinho não é do turista. Trata-se de conservar e restaurar o maior conjunto arquitetônico do Brasil, preservando a sua estrutura física, mas ao mesmo tempo melhorando as condições de vida e de suas moradias. O turismo é uma consequência. É claro que para o turismo será melhor um Pelourinho livre do lixo, da escuridão, da sujeira e da miséria, com seus prédios veneráveis. Com as melhorias que estamos provendo, os turistas serão beneficiados disso como os moradores, mas estes é que tem que ter em primeiro lugar os benefícios desta reforma.¹⁵⁹

Fernando da Rocha Peres, historiador - também foi do CEC (ver Quadro 03, Capítulo I), mas neste momento, um dos quadros governamentais - foi mais duro em relação à crítica dos projetos que visavam incorporar o turismo às questões culturais. Percebemos isto, numa fala sua no meio desta matéria:

De nada adianta a apresentação de ricos projetos que o historiador Fernando Peres, do Patrimônio Nacional prefere chamar de planos - para a reestruturação do Pelourinho, se não existir uma coordenação entre os poderes municipal, estadual e federal. E a razão é simples; O Pelourinho é hoje, mais uma questão social do que um problema de simples preservação histórica. E Peres questiona “de que adiantaria projetar – e isso significa algo que deve ser colocado em prática – se ignoramos o lado humano da questão?” Para preservar a zona do Pelourinho, o tombamento foi importante. Mas garante Peres, “não suficiente” (...) ¹⁶⁰

¹⁵⁸ Pelourinho: Integração humana é primeira meta. In: 30anos do IPAC nos jornais. **IPAC, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural**. Salvador, 1997, p.186. Publicado originalmente em A Tarde, 22.10. 1969.

¹⁵⁹ Pelourinho dez anos depois, a mesma questão – O turismo ou a comunidade? In: 30anos do IPAC nos jornais. **IPAC, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural**. Salvador, 1997, p. 211. Publicado originalmente em Jornal da Bahia 17/06/1979.

¹⁶⁰ Pelourinho – uma questão política, a definição do patrimônio. **Correio da Bahia**, 25/01/1979, p. 06.

Lembrar que esta matéria foi veiculada pelo *Correio da Bahia* jornal de propriedade do grupo liderado por ACM, fundado em janeiro de 1979. ACM naquele momento era oposição ao governador Roberto Santos, seu antigo aliado, e por isso percebemos que o tom das matérias do jornal era crítico ao governo e denunciador dos problemas mais visíveis da cidade, como por exemplo, a má conservação dos monumentos públicos e os assaltos constantes aos turistas.

Apesar de estarem dirigindo órgãos que seguiam os parâmetros e diretrizes do MEC e, em especial do IPHAN, que entendia o patrimônio de forma conservadora, estes baianos demonstravam uma preocupação para além dos pressupostos da cultura sob a égide da ditadura militar.

Ademais, foi no calor destes debates que a atividade turística foi se desenvolvendo na Bahia, incorporando posições de indivíduos como Rômulo Almeida e perscrutando intelectuais para os seus quadros gerenciais.

O turismo idealizado por parte da intelectualidade baiana vinculada ou não aos órgãos estatais levava em consideração o lado humano, a valorização da cultura como antecedente ao turismo, porém, não descartando a atividade turística como um componente para o desenvolvimento da economia baiana. Semelhante ao CEC pensava-se no binômio cultura/turismo com cautela.

2.2. Turismo: “A indústria sem chaminés”

O estado na Bahia teve um papel interventor muito forte (no sentido de planejamento) quando se tratava de turismo. Na verdade, a década de 1950 conheceu na Bahia uma experiência planejadora para a economia do estado. As décadas subsequentes foram de certa forma, uma continuidade desse caráter planejador.

O estado a que me refiro, é pensado *strictu sensu*, ou seja, as ações governamentais da sociedade política (quem dirige o estado). No entanto, ele é permeado pelas lutas sociais no seio da sociedade civil e o seu caráter é definido em grande parte pelo maior ou menor grau de atuação dos diversos segmentos sociais.¹⁶¹

¹⁶¹ FONTES, Virgínia. Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil. **Reflexões Impertinentes**. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005. A concepção que a autora estabelece conforma-se

O gerenciamento do turismo na Bahia, no decorrer do século XX, foi marcado pela oscilação entre um maior teor de centralização de suas ações e a participação do setor privado na execução, principalmente no quesito de obras e equipamentos, e também as flutuações do mercado externo. As primeiras medidas do setor na Bahia, por exemplo, foram feitas pela iniciativa privada. O publicitário João Dórea confeccionou o primeiro Plano Diretor de Turismo em 1954 e apresentou à prefeitura de Salvador. Todavia, o reconhecimento por parte do setor público veio em 04 de dezembro de 1951 através da Lei Estadual nº 242.

Em 1961 o primeiro mapa turístico da cidade de Salvador foi confeccionado pela iniciativa privada e por um estrangeiro, o suíço Manu Nasser, numa época em que só o Rio de Janeiro e São Paulo tiveram esta preocupação.

Segundo Queiroz, o turismo baiano pode ser entendido a partir de 4 fases: Fase 1 – Implantação: a institucionalização do turismo baiano (até 1962); Fase 2 – A transição: constituição de elementos fundamentais à mudança do modelo de desenvolvimento turístico (1963-1971); Fase 3 – O incremento da ação institucional: 1971 a 1990; e a Fase 4 – A evolução da gestão turística nos anos 90: o turismo assume o status de atividade econômica prioritária.¹⁶²

A primeira fase, consoante Queiroz, vai de 1930 a 1962 e se caracterizou pela administração e gerência da prefeitura de Salvador. Esta fase foi marcada por certo amadorismo, além de que, não se tinha a percepção do turismo como uma atividade econômica propriamente dita.

Rômulo Almeida, em depoimento para a SIC, falava que o turismo como atividade organizada, era bem recente na Bahia, logo,

De modo bastante intuitivo, sem os procedimentos técnicos aconselhados pelas experiências internacionais, esta atividade tão rendosa e estimulante e, ao mesmo tempo, tão perigosa para nossos valores culturais, iniciou-se com o saudoso governador Otávio Mangabeira.¹⁶³

Os turistas que chegavam à Bahia em sua grande maioria eram estrangeiros, ávidos por conhecer as belezas naturais e principalmente as estâncias hidrominerais

com a noção de estado ampliado, no qual, o maior ou menor grau de decisão de poder dependerá das pressões no seio da sociedade civil. Como estamos tratando de um estado autoritário no pós 1964 (baliza da pesquisa) a população pouco ou quase nada foi consultada, além disto, os canais de repressão inibiam uma participação mais ampla da sociedade nas decisões estatais.

¹⁶² QUEIROZ, Lúcia Aquino de. A evolução do sistema institucional público do turismo baiano. **Bahia Análise & Dados**. SEI Salvador – BA, setembro 2001 v.11 n.2. pp.20-28.

do interior baiano. O Hotel da Bahia, construído em 1951, era um dos poucos que ofereciam condições aos visitantes mais exigentes, pois, não havia a preocupação com hospedagens, receptividade de turistas, e, além disto,

a insuficiência da rede de hotéis, as dificuldades de acesso rodoviário, a falta de mão-de obra especializada para o setor foram, desde o começo, barreiras duras de transpor. O escritor Vasconcelos Maia, que ainda hoje é ligado ao setor e já dirigiu, há quase vinte anos, o Departamento de Turismo da prefeitura de Salvador, lembra que nessa época quase nada se conseguia fazer em termos de turismo amplo. O Plano Diretor, que foi escrito pelo publicista João Dórea, era muito bom em termos promocionais, mas nada acrescentava ao problema dos hotéis, à sua quase total carência.¹⁶⁴

Mesmo assim, as primeiras leis e órgãos que regulamentavam o turismo surgiram neste período. Em 1951 foi instituída a taxa de turismo; em 1953 estabelecido o Conselho Municipal de Turismo (CMT) e a Diretoria Municipal de Turismo (DMT), todos, órgãos municipais.¹⁶⁵

A expectativa de Salvador tornar-se um destino turístico e o entusiasmo da Bahia com as medidas modernizantes no setor cultural, como uma maior visitação dos baianos aos teatros, museus, cinemas, livrarias etc, marcaram o imaginário soteropolitano da década de 1950. Na visão de Carvalho,

A partir de então, Salvador poderia ser a cidade síntese pretendida por muitos baianos. Ter-se-ia aqui a junção harmoniosa do antigo e das belezas naturais com o moderno. Salvador, “o berço da civilização brasileira”, era a terceira cidade do país e a mais bela de todas, onde o progresso tornava-se uma realidade. Essas ideias, correntes à época, deveriam justificar o projeto de implantação de uma indústria do turismo na Bahia.¹⁶⁶

No final dos anos 1950 o Governo do estado entrava em cena, porém muito timidamente. Com a elaboração do Programa de Recuperação Econômica da Bahia (PLANDEB) – foi criada junto à CPE do Governo Balbino, uma subcomissão para o turismo. Segundo o documento, a CPE possuía 11 subcomissões, cujo número poderia variar de acordo com as necessidades do estado. Foram elas: transportes, energia, agricultura geral, produção animal, armazéns, empreendimentos especiais

¹⁶³ Um depoimento. In: **Bahia:** tierra de los buenos negocios. Salvador, Secretaria de Indústria e Comércio - SIC, Bahiatursa, 1978, p.20.

¹⁶⁴ **Bahia:** tierra de los buenos negocios. Salvador, Secretaria de Indústria e Comércio - SIC, Bahiatursa, 1978, p.19.

¹⁶⁵ **BAHIATURSA 30 anos 1968-2008.** Salvador: Empresa de Turismo da Bahia, mai. 1998, p. 22.

de organização da economia, desenvolvimento e localização industrial, trabalho e mão de obra, indústria artesanal e doméstica, **turismo** e, por último, finanças.¹⁶⁷

Para a CPE, o turismo não era prioridade e deveria servir para divulgar de forma conjugada as possibilidades industriais do estado. Não tinha interesse em trazer turistas para a Bahia e nem mesmo construir hotéis, as preocupações se remetiam ao estádio (Fonte Nova), ao teatro, ao Museu do Estado do Forte de São Pedro, o Jardim Zoológico de Salvador, a estância de Cipó e alguns solares antigos.¹⁶⁸ Concomitantemente às ações do governo, a prefeitura de Salvador criava o Departamento de Turismo e Diversões Públicas (DTDP). A principal ação deste órgão foi a criação do Conselho Municipal de Turismo, extinto na década seguinte. Já no período em que a Bahia voltou a ser governada por Juracy Magalhães (1959-1963) ainda dentro dos propósitos da CPE, fora elaborado o Plano Diretor do Turismo, pensando o turismo como gerador de divisas a partir da cultura, sobretudo, pelos eventos realizados no Museu de Arte Moderna da Bahia.¹⁶⁹ Neste mesmo período surgia a TV na Bahia – concorrente forte aos propósitos de divulgação das artes, música e eventos culturais durante o governo de Juracy.

Outra periodização para o turismo baiano foi feita por Gaudenzi¹⁷⁰ e a Bahiatursa,¹⁷¹ em livro comemorativo dos seus 30 anos de existência em 1998, em plena vigência do carlismo e já criada, em 1995, a Secretaria de Cultura e Turismo presidida pelo mesmo Gaudenzi. Assim, a atividade turística foi dividida em um primeiro momento que correspondeu ao início da década de 1970, quando Antônio Carlos Magalhães (ACM) assume seu primeiro mandato como governador e também quando foi elaborado o Plano de Turismo do Recôncavo.

¹⁶⁶ CARVALHO, Maria do Socorro Silva. **Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)**. Salvador: EDUFBA, 1999, p.100.

¹⁶⁷ BALBINO, Antônio. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa**. Imprensa oficial, Salvador, 7 abri. 1956, p.12.

¹⁶⁸ CPE. In: BALBINO, Antônio. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa**. Imprensa oficial da Bahia, Salvador, 7 abril de 1958, pp. 310-312.

¹⁶⁹ BORGES, Eduardo José Santos. **“Modernidade negociada”, cinema, autonomia política e vanguarda cultural no contexto do desenvolvimentismo baiano. (1956 -1964)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História. UFBA, Salvador, 2003, p. 63.

¹⁷⁰ GAUDENZI, Paulo. Três momentos e uma decisão. In: **Bahiatursa 30 anos 1968-2008**. Salvador: Empresa de Turismo da Bahia, mai. 1998, pp. 9-12.

¹⁷¹ Percebemos uma supervalorização por parte dos agentes do turismo da época, como construtores da ideia do turismo como fator econômico. Com a derrota do carlismo nas eleições para o governo do Estado em 2006, a equipe que há anos gerenciou o turismo baiano saiu de cena. Em seu lugar novos atores e sujeitos que merecem uma análise posterior sobre como esta atividade foi pensada durante o governo do PT.

O segundo momento apontado pelo documento veio a partir de 1979, quando ACM volta ao governo da Bahia e toma a decisão de “promover um grande programa de interiorização do turismo – Caminhos da Bahia -, com ações de marketing, aperfeiçoamento de mão de obra e construção de balneários e hotéis”.¹⁷²

O terceiro momento apontado pelo documento foi novamente um retorno de ACM ao poder, em 1991, com o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (Prodetur). Neste período, o turismo passa a contar com investimentos de agências internacionais, a pensar grandes projetos e complexos turísticos, entretanto, escapa à nossa análise e ao período que propomos investigar.

De todo o modo, pensamos que este documento foi elaborado muito mais como uma reafirmação de que todo o desenvolvimento do turismo baiano foi mérito do grupo carlista do que um momento comemorativo. Em sua narrativa, o turismo estava ruim ou em queda nos governos opositores e antecessores a Antônio Carlos Magalhães. Assim teria acontecido na gestão de Roberto Santos (1975-1979) e Valdir Pires (1987-1991).

No primeiro, o governo de Roberto Santos, apesar de o documento da Bahiaturisa ter silenciado boa parte de seus projetos, realizou muitas ações, a exemplo do projeto do Centro de Convenções da Bahia – elaborado em seu governo -, dos programas de incremento à estadia do turista em períodos de baixa estação, a viabilidade da ocorrência dos Voos Turísticos Domésticos (VTD), dentre outras medidas.¹⁷³

Já no governo Valdir Pires, fez-se alusões à ingerência e inoperância governamental, além de uma associação aos maus tempos da economia nos anos 1980. Seria também silenciar, pela minha parte, a não visibilidade, ou em outras palavras, a pouca atenção dada aos atos sobre o turismo no governo Luiz Vianna Filho (1967-1971), embrião da fase institucionalizada do turismo e gestão na qual a própria Bahiaturisa foi criada.

Ademais, as periodizações de Queiroz e da Bahiaturisa convergem em alguns aspectos, sendo que a primeira, diferentemente da segunda, não negligencia as ações do turismo antes de 1970. Na verdade, o documento de 1998, é um grande

¹⁷² GAUDENZI, Paulo. Três momentos e uma decisão. **BAHIATURSA 30 anos 1968-2008**. Salvador: Empresa de Turismo da Bahia, mai. 1998, p. 10.

¹⁷³ Roberto diz o que fez em um ano pelo turismo da Bahia. **Viverbahia**, Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiaturisa. Ano III, nº 30, p. 14, mar. 1976.44 p.Mensal

cronograma das realizações turísticas na Bahia ao longo destas últimas décadas, no entanto, como mostramos, os períodos mais enfatizados foram as gestões carlistas.

O período que este trabalho abarca, por sua vez, corresponde consoante a divisão de Queiroz, ao intervalo entre as fases 2 e 3. Foi aquele momento de transição em que propostas foram feitas e executadas a nível de prefeitura e depois através do Governo do Estado, a começar pela criação em 1964 da Superintendência de Turismo do Salvador (SUTURSA), em substituição ao antigo DTDP. Ela não durou muito e foi extinta em 1973, ano em que a prefeitura saía de cena para deixar momentaneamente a atividade nas mãos do Governo do Estado. Neste mesmo período, mais especificamente em 1963, inaugurava-se a BR 116, importante acesso da Bahia para o Rio de Janeiro, possibilitando, via corredor rodoviário, um maior fluxo de turistas para a Bahia.

Todavia, assim como o contexto econômico nacional influenciou em muitos dos caminhos da Bahia pós 1964, as políticas do turismo federais nortearam as baianas. Sobre o turismo no Brasil, as preocupações iniciais com esta atividade remontam aos anos finais da década de 1920, a partir de alguns regulamentos expedidos pelo Governo Federal numa tentativa de resolver formalidades aduaneiras e expedição de passaportes.¹⁷⁴ Ressalto, porém, que trato de medidas institucionalizadas e do reconhecimento desta atividade pelos órgãos públicos. Decerto, o turismo enquanto atividade caracterizada pela movimentação de pessoas de um lugar a outro, para fins de passeios, visitas, é bem anterior e não temos registro preciso.

O decreto nº 24.393, de 13 de junho de 1934¹⁷⁵, por sua vez, marcou a primeira ação do estado nacional no quesito turismo, que definiu à época, um convênio do Brasil com a Argentina tratando desde o seu fomento ao transporte de passageiros entre os países. Daí para frente, uma variedade de leis surgiram versando sobre o turismo e que culminou em uma legislação mais sólida, no período da ditadura militar.

¹⁷⁴BRASIL. Decreto-Lei 18.408, de 25 de setembro de 1928, está disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18408-25-setembro-1928-563028-publicacaooriginal-87134-pe.html>>. Tratou das questões dos passaportes e vinha assinado pelo então presidente Washington Luís e pelo baiano Otávio Mangabeira, Ministro das Relações Exteriores.

¹⁷⁵BRASIL. Decreto nº 4.393, de 13 de junho de 1934, disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24393-13-junho-1934-551460-publicacaooriginal-67976-pe.html>>. Acesso em: 29 Nov. 2012.

No governo JK, ainda nos anos 1950, o turismo foi considerado indústria, e para sua regulamentação foi criada a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR). Em 1962 ela foi extinta e no ano de 1966, durante o governo de Castello Branco (1964-1967), foram criados o Conselho Nacional de Turismo (CONATUR) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), ambos pelo Decreto-lei nº 55 de 18 de novembro de 1966, esta última posteriormente renomeada de Instituto Brasileiro de Turismo, mas permanecendo com a mesma sigla.¹⁷⁶

O mesmo decreto que estabeleceu estas instituições definiu nesse momento a Política Nacional de Turismo, com vista ao processo amplo de industrialização proposto pelo governo de Castello Branco. Nos governos seguintes, de Costa e Silva (1967-1969) e o do presidente Médici (1969-74), as medidas estenderam-se, visando uma correta utilização dos incentivos fiscais, assim como pelo fortalecimento da estrutura institucional do governo no setor. A política do turismo seria conduzida de acordo com as seguintes diretrizes básicas:

I- Incrementação, quanto ao turismo internacional, da participação do Brasil nas correntes turísticas tanto pela renda alta quanto pela média. Isso significa dispor de infraestrutura de hotéis; realizar esforço de redução substancial das tarifas de transporte aéreo com a Europa e Estados Unidos; e dispor de roteiros turísticos prioritários, em nível nacional e no quadro da América Latina. II- Intensificação das correntes turísticas internas para roteiros turísticos prioritários, em ação conjunta com estados e municípios. III - revisão de critérios de aprovação dos incentivos fiscais, em consonância com as diretrizes apresentadas tendo em vista o fortalecimento da iniciativa nacional.¹⁷⁷

O turismo na Bahia durante os governos que sucederam o golpe civil-militar, assim como as políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio histórico e artístico, como vimos no capítulo anterior, lograram posição importante como uma possibilidade econômica que desenvolvesse o estado. No entanto, esta atividade se mostrava ainda bastante nova para a época. Não havia cursos superiores de turismo na Bahia e poucos se aventuravam nesta empreitada. Todavia, os governos da Bahia passaram a planejar, pensar e executar medidas de fomento a esta atividade.

¹⁷⁶ O Decreto-lei nº 55 de 18 de novembro de 1966, que definia a Política Nacional de Turismo, está Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10055imprensa.htm> Acesso em: 29 nov. 2012. Para uma melhor discussão sobre a legislação do turismo ver NAGABE, Fabiane e MACHADO, Alisson Bertão. **Políticas públicas e turismo: uma análise das diretrizes nacionais direcionadas ao setor a partir dos documentos jurídicos (1934-1977)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

¹⁷⁷ BRASIL. Presidência da República. **Metas e bases para ação do governo**. Brasília, 1970, p.92.

Nos anos de 1970, um vigoroso planejamento da área turística foi implementado pelos governos baianos. A percepção, por parte dos dirigentes, era de que a Bahia vivia numa inércia em relação ao setor turístico. Afinal de contas uma retórica constante de superação do “enigma baiano”¹⁷⁸ foi recorrente, pois “historicamente a Bahia, não obstante suas riquezas paisagísticas, arquitetônicas, folclóricas, não desenvolvia suas potencialidades turísticas face à quase total inexistência de acomodações suficientes e apropriadas”.¹⁷⁹

A preocupação com os equipamentos de turismo era prioridade. Neste período grandes hotéis de classe internacional foram construídos em Salvador, como foi o caso do Salvador Praia Hotel (1972), o Oton Palace (1974), o Hilton e o Meridien (1975), principalmente para atender as demandas de um público internacional. Os grandes hotéis em Salvador até então eram o Hotel da Bahia, construído nos anos 1950, localizado na Praça do Campo Grande, e o Plaza, em 1961, situado na Avenida Sete de Setembro. Todavia, os pequenos hotéis, sobretudo, para a classe média, também estavam em etapa de construção ou concluídos. No quadro abaixo temos os dados da construção de hotéis entre os anos de 1971 a 1973.

Quadro 05: Hotéis em funcionamento na Bahia

Tabela I
HOTÉIS EM FUNCIONAMENTO, EM CONSTRUÇÃO, PROJETOS ANUNCIADOS E COM AMPLIAÇÃO PREVISTA.
(Situação entre Janeiro de 1971 a Dezembro de 1973)

Especificações	Número Total	Número de Aposentos	Número de Leitos
1. SALVADOR	49	3.999	8.109
– Adaptados	18	452	1.015
– Construídos	5	416	832
– Em construção	9	1.438	2.876
– Ampliados	1	55	110
– Com ampliação prevista	2	70	140
– Em projeto	14	1.568	3.136
2. INTERIOR DO ESTADO	21	780	1.668
– Adaptados	1	6	12
– Construídos	7	320	748
– Em construção	3	164	328
– Com ampliação prevista	2	60	120
– Em projeto	3	230	460
– Em restauração	1	não previsto	não previsto
– Anunciados	4	não previsto	não previsto
Total	70	4.779	9.777

FONTE: CFT

Fonte: Extraído de MAGALHÃES, Antônio Carlos. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa**. Imprensa Oficial da Bahia, Salvador, 31 março de 1972, p.6.

¹⁷⁸ Como já explicamos a noção de “enigma baiano” é muito mais abrangente do que proponho aqui. Entretanto, sua referencia nos ajuda também a entender como a atividade turística não passou por bons momentos.

¹⁷⁹ MAGALHÃES, Antônio Carlos. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa**. Imprensa Oficial da Bahia, Salvador, 31 Mar de 1972, p.4.

Muitas destas ações, numa primeira fase, entre os fins dos 1960 e no início dos anos 1970, foram possíveis devido à idealização do Sistema Estadual de Turismo composto por três órgãos: O Conselho Estadual de Turismo (CET), a Coordenação de Fomento ao Turismo (CFT) e a Bahiatursa. O CET era um órgão colegiado e consultivo que dentre outras atribuições estava incumbido de rever a legislação sobre os incentivos fiscais – principalmente o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - para os hotéis e empreendimentos turísticos que se instalassem na Bahia. Cerca de 14 hotéis tinham recebido isenção total do ICMS e mais 10 estavam em curso de aprovação em 1971.¹⁸⁰

Assim como na indústria, a política de incentivos fiscais por parte dos governos baianos foi uma estratégia comum também para o turismo. Não encontrei documentação específica sobre o CET, o que não permitiu fazer um mapeamento dos seus integrantes, como eram nomeados, de que ramo vinham e quais outras questões eram colocadas em pauta de discussão sobre o turismo baiano.

Já a Coordenação de Fomento ao Turismo era um autarquia da Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), e dentre as suas atribuições estava a coordenação dos grandes projetos que perpassavam pela atividade turística, como os da revitalização da Baía de Todos os Santos e a orla marítima de Salvador. Cuidava também da classificação e fiscalização dos empreendimentos hoteleiros. Na segunda metade da década de 1970, houve a reformulação do Sistema Estadual de Turismo, sendo a sua principal medida, o convênio do governo baiano com o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) em 1977.

Neste período, o governo da Bahia priorizou a atividade turística como importante componente da economia baiana, incluindo em seu subsistema do Turismo: a Bahiatursa, a Empreendimentos Turísticos da Bahia (EMTUR), a administradora do Centro de Convenções da Bahia (CONBAHIA) e o Instituto do Patrimônio Artístico da Bahia (IPAC) – criado em 1973, sob o nome de Programa de Preservação e Aproveitamento do Patrimônio Monumental de Salvador dentro da estrutura da Coordenação de Fomento à Indústria e Comércio, tendo evoluído ao longo dos anos para abranger todo o estado.¹⁸¹

¹⁸⁰ BAHIATURSA. **Relatório**. Vol. I, 1971.

¹⁸¹ BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Relatório quadrienal 1979/83**. Salvador, SIC, 1983, pp.172-176

No entanto, alguns “espinhos” perfuravam o turismo baiano. Os empresários do ramo hoteleiro deviam muito dinheiro ao seu principal credor, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Além disto, a construção de novos hotéis inviabilizava-se em Salvador, considerada área lotada para este empreendimento. Os recursos estavam disponíveis apenas para investimentos no interior do estado. Segundo matéria na imprensa,

Os hotéis de luxo da Bahia devem ao governo Cr\$ 1 bilhão. A dívida começou com o dinheiro que o Banco do Nordeste emprestou aos empresários do setor, entre 1976 e 77 a juros baixos. Depois veio a correção monetária e os investimentos atingiram uma taxa de 48 por cento ao ano. Os empresários que construíram com o dinheiro os hotéis mais luxuosos da Bahia, como o Meridien, o Praia do Sol e o Vila Velha estão calados.¹⁸²

Duas saídas foram contabilizadas para resolver o impasse. A primeira delas a estatização dos hotéis acompanhada da compra das ações pela EMBRATUR, opção descartada de imediato pelo governo, e a segunda refletida pela seguinte argumentação:

A dívida de Cr\$ 1 bilhão que os hotéis baianos têm com o Banco do Nordeste pode ser resolvida com medidas de outro tipo, principalmente incentivando o fluxo de visitantes. Para isso, diz Antônio Carlos Gomes, o governo do estado está concluindo o Centro de Convenções e Feiras da Bahia que só neste ano vai trazer 116 mil pessoas a Salvador. Acrescentando mais um terço de acompanhantes, são mais de 150 mil pessoas visitando a cidade e se hospedando nos hotéis.¹⁸³

O Centro de Convenções da Bahia foi projetado no Governo Roberto Santos em 1978 e concluído em 1979 na gestão de ACM em parceria com a EMBRATUR, localiza-se na praia de Armação na orla de Salvador e ocupa uma área de 270 mil metros quadrados.

¹⁸² Dívidas dos hotéis baianos com o governo sobem a CR\$ 1 bilhão. **Correio da Bahia**. Salvador, 24 de janeiro de 1979.

¹⁸³ Fomento ao Turismo não subscreverá às dívidas. **Correio da Bahia**. Salvador, 24 de janeiro de 1979. Antônio Carlos Gomes era o presidente da CFT à época.

Figura 02



Centro de Convenções da Bahia. SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Relatório quadrienal 1979-1983**. Salvador, SIC, 1983, p.171.

Ele foi a saída para compensar a estagnação da construção de hotéis, ao tempo em que se tornou a opção para congressos, feiras e para o chamado turismo de eventos, principalmente em baixa estação. O quadro a seguir mostra a quantidade de eventos que este equipamento abrigou.

Quadro 06

QUADRO 1
CENTRO DE CONVENÇÕES DA BAHIA – CONBAHIA
NÚMERO DE EVENTOS E PARTICIPANTES
JULHO – 1979 / MARÇO – 1983

ANOS	EVENTOS	PARTICIPANTES		
		VISITANTES	LOCAIS	TOTAL
1979	25	15.200	133.870	149.070
1980	28	7.240	221.890	229.130
1981	76	16.700	254.300	271.000
1982	104	30.750	494.900	525.650
1983	20	800	20.000	20.800
TOTAL	253	70.690	1.124.960	1.195.650

FONTE: CONBAHIA

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Relatório quadrienal 1979-1983**. Salvador, SIC, 1983, p.167.

No segundo governo ACM, foi procedida a unificação dos três órgãos: a EMTUR, a Bahiatursa e a Conbahia, ao tempo em que foram extintos o CETUR e a CFT. Esta unificação culminou posteriormente em diversas ações, dentre elas, a inauguração do primeiro curso de turismo em faculdade baiana e o retorno das ações turísticas em nível municipal com a criação da Empresa de Turismo de Salvador (Emtursa), ambas em 1984.

No que tange à participação na gestão do turismo baiano no recorte temporal que baliza esta pesquisa, percebemos uma centralização por parte do Estado na maioria das ações, não havendo muito diálogo com a sociedade civil, com os agentes envolvidos da iniciativa privada e com a sociedade em geral, apesar de, em alguns documentos da época, constassem diretivas para uma maior participação dos segmentos sociais.

O PTR, em 1970, apesar de não ter sido realizado em sua integridade indicava para uma gestão participativa e uma maior interação entre poder público e iniciativa privada. Ademais, o modelo de intervenção foi chamado por Queiroz¹⁸⁴ de “paternalista”, por não ter levado o turismo a ser uma atividade de ponta em relação à indústria, por exemplo, mas por outro lado, foi a partir da atividade turística que a Bahia se tornou mais notada no cenário nacional, através de representações identitárias veiculadas pela mídia e pelo próprio estado, gerenciadas por técnicos que tiveram atuação forte no planejamento turístico.

2.3. Paulo Gaudenzi: “operário do turismo”

O projeto de profissionalização do turismo baiano foi agenciado dentro do estado da Bahia a partir da Bahiatursa e de seus técnicos. Esta empresa, criada através do decreto estadual nº 2.563, de 28 de agosto de 1968, nasceu no âmbito da Secretaria dos Assuntos Municipais e Serviços Urbanos, e passaria em 1971 para o âmbito estatal, compondo a estrutura da Secretaria da Indústria e Comércio do governo do Estado da Bahia (SIC). Em 1973 muda de nome e de razão social passando de Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S/A – Bahiatursa, para Empresa de Turismo da Bahia S/A.

Dentre suas atribuições principais, de início, estavam a construção de Hotéis por todo o estado da Bahia. Porém, no decorrer de sua existência e concatenada com o projeto de ampliar a oferta de serviços e instalações turísticas na Bahia, a empresa passou a ter mais atribuições, como nos aponta seu relatório, expondo quatro itens prioritários:

1. Preservação do patrimônio natural, histórico, cultural e desenvolvimento do potencial turístico do estado; 2. Desenvolvimento do setor de serviços e equipamentos turísticos, visando dotar o estado de requisitos necessários

¹⁸⁴ QUEIROZ, *op cit.*

ao pleno atendimento da demanda turística; 3. Ação mercadológica, visando a expansão do fluxo turístico que se destina ao estado, em escala nacional e internacional; 4. Divulgação da Bahia com o objetivo de incrementar o fluxo turístico.¹⁸⁵

Como vimos, o último item versava sobre a divulgação da Bahia, que a Bahiatursa não se furtou a fazer através de vários panfletos promocionais, cartilhas, folders, a revista *Viverbahia* e através dos inúmeros eventos promovidos no Brasil e no exterior. Esta propaganda da Bahia será melhor estudada no próximo capítulo. Todavia, no quadro abaixo traçamos um panorama de seus dirigentes abordando vários aspectos que permitem uma melhor visualização do seu papel como organizadora da atividade turística na Bahia.

Quadro 07. Bahiatursa

GOVERNO	VINCULAÇÃO	PRESIDENTE E DIRETORES	OBJETIVOS E METAS
1968-1971 Luiz Viana Filho	Secretaria de Assuntos Municipais e Serviços Urbanos da prefeitura de Salvador	Adelmar Cardoso Linhares e Antônio Carlos Porciúncula Moisés (presidentes) José Isaías Mascarenhas e Cley Andrade (diretores)	Construção de hotéis na capital e no interior, gerenciamento das estâncias hidrominerais
1971-1975 Antônio Carlos Magalhães	Secretaria de Indústria e Comércio do Governo do Estado da Bahia.(SIC)	Manoel Figueiredo de Castro (presidente) José Calazans Filho, Maurício Magalhães Stern e Herval Marques Pedreira (diretores)	Planejamento e estabelecimento de metas a serem alcançadas pelo turismo baiano.

¹⁸⁵ BAHIATURSA. **Relatório**. Salvador. SIC, 1972.

1975 – 1979 Roberto Santos	Secretaria da Indústria e Comércio	Mário de Macedo Costa Calmon de Bittencourt (presidente) Marinaldo Moradillo Mello, Carlos Alberto Medrado Santos, Eustórgio Lima Cavalcanti ¹⁸⁶ e Antônio Lins Freire (diretores)	Prioriza os eventos locais, passa a administrar o carnaval de Salvador, implementa os VTD
1979-1983 Antônio Carlos Magalhães	Secretaria da Indústria e Comércio	Paulo Renato Dantas Gaudenzi (presidente), Eduardo José Batista do Nascimento, Eustórgio Lima Cavalcanti, Dionísio de Souza Martins e Virgínio José Ferreira Loureiro (diretores)	Interiorização da atividade turística, revitalização das economias locais, voos internacionais, divulgação internacional da Bahia.

Fonte: Relatórios Bahiatursa: 1971, 1972, 1976, 1979, 1983; **BAHIATURSA 30 anos 1968-2008**. Salvador: Empresa de Turismo da Bahia, maio 1998; e QUEIROZ, Lúcia Aquino de. A evolução do sistema institucional público do turismo baiano. **Bahia Análise & Dados**. SEI, Salvador – BA, setembro 2001 v.11 n.2. pp.20-28.

Manoel Figueiredo de Castro¹⁸⁷ foi um dos presidentes da Bahiatursa e também Secretário da Indústria e Comércio na segunda gestão ACM. Foi um sujeito central no gerenciamento do turismo enquanto atividade econômica. A sua atuação nos ajuda a entender este outro projeto em nível de políticas públicas de estado, que estava em processo e que, paralelamente, estava de olho em muitas das questões que se discutiam no CEC, principalmente em relação às abordagens sobre o patrimônio cultural.

¹⁸⁶ Foi conselheiro do CEC.

¹⁸⁷ Formado em economia em 1964 na UFBA, onde também foi professor na Escola de Administração. antes de assumir a SIC em 1979, fez cursos sobre turismo na Universidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul e um curso de especialização para Técnicos de Desenvolvimento Turístico, promovido pela Sudene. Trabalhou no Banco do Brasil como bancário e na Construtora Odebrecht, além de ter participado do Conselho Estadual de Turismo e da Comissão de Turismo Integrado do Nordeste. Estas informações foram retiradas da nota de composição do Segundo Governo de ACM em 15 de março de 1979 no Correio da Bahia.

Neste período, várias figuras de potencial técnico e universitário despontaram como agentes governamentais. Manoel Castro, Fernando Talma¹⁸⁸, dentre outros, que foram arregimentados para exercer funções de gerenciamento. O interessante notar é que muitos destes quadros técnicos vinham de uma militância política que contrastava com a ideologia empreendida pela ditadura militar. Seu depoimento é revelador desta contradição,

(...) eu era da esquerda independente, fui até do PC, dois ou três meses (...)veio o movimento militar e eu fui deposto. Era diretor do sindicato dos bancários, presidente do diretório acadêmico e segundo representante do Conselho Universitário (...) ACM já naquela época, e mesmo depois da prefeitura, tinha uma relação de amizade... aí me convidou pra trabalhar na Bahiatursa; alertei sobre meu passado, ele disse que não tinha nada.¹⁸⁹

Os governos baianos que sucederam imediatamente o desenrolar do golpe civil- militar de 1964 recrutaram seus quadros nas hostes da política e, a maioria deles vinculados aos seus apoiadores e correligionários, assim o foi com os governadores Lomanto Jr.(1963-67) e Luís Viana Filho (1967-71). Diga-se de passagem quadros recrutados na própria elite baiana. Com ACM no governo outra lógica foi implementada, ou melhor, uma nova estratégia política de recrutamento de quadros técnicos que privilegiava, no depoimento do próprio governador, “essencialmente a avaliação da competência, capacidade funcional e integridade moral (...)”. Afirmava ainda, o governador, “escolhi entre os mais capazes para os cargos, não entre os mais próximos, ou os que se arrogavam direitos à partilha do poder”.¹⁹⁰

Esta estratégia servia para minar os outros grupos que disputavam os espaços políticos, como os vianistas, os lomantistas e os juracisistas. Este agenciamento de quadros que não comungavam ideologicamente, mas que foram se incorporando paulatinamente foi chamado por Paulo Fábio de “esquerda carlista”. No período da chamada distensão, da abertura política iniciada com o governo Geisel (1975-79), este autor aponta que os mesmos quadros técnicos passaram a servir de trunfo político para o grupo carlista em consolidação. Mário Kertész, por

¹⁸⁸ Economista da CPE no início dos anos 1960, assumiu a SIC de 1971 a 1975.

¹⁸⁹ CASTRO, Manoel. Depoimento em 05.08.2000 *apud* DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma:** a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 427.

¹⁹⁰ MAGALHÃES, Antônio Carlos. **Mensagem anual de prestação de contas à Assembleia Legislativa.** Salvador, Governo do Estado da Bahia, 1972, p.8.

exemplo, que havia sido secretário de Planejamento em 1971, foi nomeado prefeito de Salvador no período 1979-1981.

Paulo Gaudenzi foi diferente, e por isso mesmo, considero-o como um intelectual orgânico¹⁹¹, aquele nascido no seio do próprio movimento que sustenta as bases materiais e políticas de um regime e também como “organizador da cultura”, no sentido de gerenciar não somente o planejamento, mas as ações do turismo baiano.

Paulo Gaudenzi, baiano de Salvador, nascido em 5 de Janeiro de 1945, com formação acadêmica em História e Economia, foi figura importante na elaboração da política institucional do turismo na Bahia. Inseriu-se nos órgãos estatais em 1968 na SIC e no ramo turístico na primeira gestão de Antônio Carlos Magalhães como governador, inicialmente em 1973, assumindo como técnico responsável pelo planejamento do turismo baiano na Coordenação de Fomento do Turismo - CFT.

Figura 03



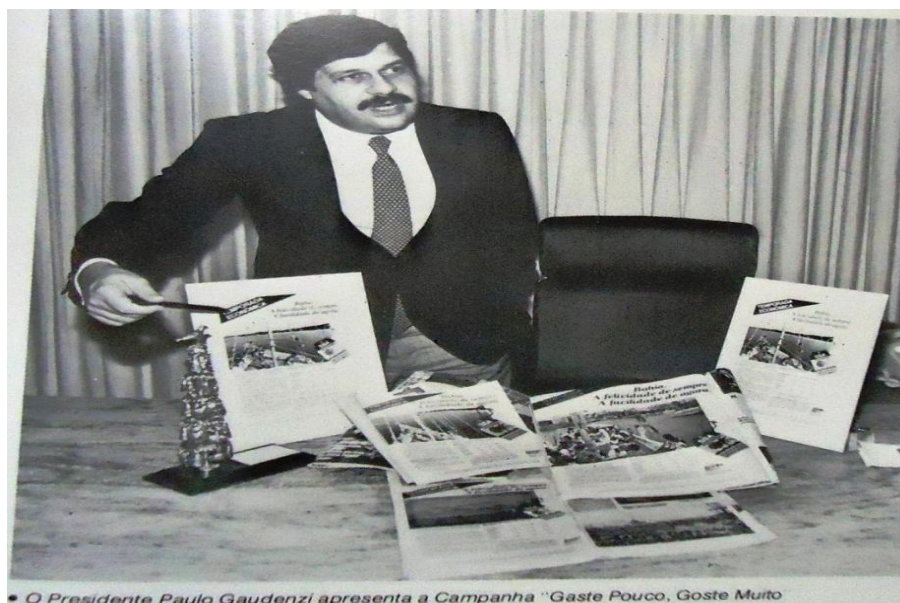
Da esquerda para a direita. Clériston Andrade (ex-prefeito e diretor do BANEB), Manoel Castro, Antônio Carlos Magalhães e Gaudenzi no lançamento do programa Caminhos da Bahia. Fonte: BAHIATURSA. Relatório (1979-1983). Salvador, SIC, 1983.

Em 1979, o posto que lhe coube foi a presidência da Bahiatursa, da qual saiu em 1987, para voltar na terceira gestão de ACM como governador (1991-1994). Em 1995 foi criada a Secretaria de Cultura e Turismo, da qual foi seu mentor e secretário, permanecendo até 2007.

¹⁹¹ GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: 4 ed. Civilização Brasileira, 1982.

Escreveu inúmeras matérias sobre o turismo, ainda como economista da CFT e intitulou-se como “operário do turismo” por conta da sua dedicação a estudos, pesquisas e ações como gerente do turismo baiano. Estes escritos, publicados na imprensa local durante a década de 70, e em periódicos de outros estados, refletiram o quanto o turismo foi pensado em seus aspectos minuciosos como, por exemplo, a quantificação de pesquisas que revelavam o que os turistas mais gostavam na Bahia, ou quais monumentos preferiam visitar, o tempo mínimo de permanência na cidade, e, sobretudo, as dezenas de campanhas publicitárias que coordenou. Abaixo verificamos Gaudenzi aparecendo para divulgar as campanhas que estimulavam o turista a visitar e a permanecer na Bahia. Foi o caso da campanha “gaste pouco goste muito”:

Figura 04



Fonte: BAHATURSA. Relatório (1979-1983). Salvador, SIC, 1983.

Duas décadas anteriores a Gaudenzi, os gerentes do turismo não evidenciavam tanto assim a figura do turista, e retratavam que os problemas urbanos da cidade de Salvador, as condições higiênicas, a vida da cidade em si, deveriam ser mais importantes do que receber o turista, pois desta forma, os baianos evitariam perder as suas características singulares para simplesmente agradar o turista. A preocupação girava no sentido de que Salvador se transformasse numa grande cidade como as outras, para que apenas deste modo pudesse atender às demandas

turísticas. Um destes sujeitos/dirigentes que chamaram atenção para o problema foi José Valladares, que em 1951, assim discorria:

Não sinto a menor simpatia pela preocupação de muitos baianos com o turismo. Que a cidade da Bahia seja rica de atrativos turísticos - ninguém poderá contestar. Mas será uma tristeza no dia em que, ao invés de pensarmos em nossas coisas, à nossa maneira e de acordo com nossas convicções, nos pusermos a pensar no conforto, curiosidade, gosto e caprichos do turista. Não será desta forma que a Bahia progredirá. Sejam cordiais com os que nos dão a honra de sua visita; mas não sejamos subservientes.¹⁹²

Já Gaudenzi, decorridos pouco mais de 20 anos, centralizava todo o esforço em torno do turista, para ele “o turista deverá ser sempre considerado como mais determinante em nossa convivência, com a capacidade de gerar para os baianos e todos os que vivem no local, uma acentuada quantidade de recursos”.¹⁹³ Esta percepção nos faz perceber uma mudança significativa, na qual as características baianas deveriam incrementar cada vez mais a presença do turista e esta, diferentemente do passado, é que alavancaria o turismo baiano. Assim alertava Gaudenzi que,

as autoridades ligadas à área do planejamento, - e o que é mais importante – lideradas pelas autoridades turísticas, enxergam que a atividade do turismo não pode, de forma alguma prescindir de seu produto, isto é, o que vai ser vendido: suas manifestações culturais, o legado arquitetônico e o natural.¹⁹⁴

Os estudos da SIC apontavam que os locais preferidos pelos turistas que visitavam a Bahia perfilavam os três itens apontados por Gaudenzi. Outro dado interessante e que foi pensado pelos técnicos baianos foi a percepção de que alguns dos aspectos típicos de grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo – mas que faltavam a Salvador, a exemplo da vida noturna e o setor de compras - deveriam ser compensados através da exploração dos aspectos considerados mais singulares. Desta forma,

¹⁹² VALLADARES, José, *apud* CARVALHO, Maria do Socorro Silva. **Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)**. Salvador: EDUFBA, 1999, p.103. José Valladares foi durante os anos 1940 diretor do Museu do Estado da Bahia.

¹⁹³ GAUDENZI, Paulo. Saudade neles. **Operário do turismo: retalhos de ideias e pensamentos**. Salvador: Omar G, 1999, p.87 Publicado originalmente em **Jornal da Bahia**, 30/06/1977, p.87.

Salvador apresenta-se como grande vendedora de um artesanato rico. Por outro lado, a grande quantidade de artistas nascidos ou que nela vivem enriquecem seu potencial. A comida típica afro-brasileira é uma das mais fortes expressões da Bahia, fazendo com que sua cozinha se coloque em posição de destaque até internacionalmente.¹⁹⁵

Os depoimentos de Gaudenzi foram incursões de um agente governamental sobre diversos aspectos da vida social e econômica da Bahia. Analiso seus escritos evitando os excessos e previsões que fez à época, mas em contrapartida, entendendo-o como um dos construtores de significados e representações sobre uma dada imagem da Bahia que foi articulada, pensada e implementada como práticas que davam sentido ao investimento estatal na área turística.

Vejamos o que Caio Luiz de Carvalho, dirigente de Turismo de São Paulo e prefaciador do livro *Operário do Turismo*, disse ao seu respeito: “costumo brincar ao apresentá-lo a desconhecidos dizendo tratar-se do homem que inventou a baianidade e aquele que transformou sua Bahia, num grande e carismático destino turístico nacional e internacional”.¹⁹⁶ Talvez Carvalho tenha exagerado um pouco, ao creditar Paulo Gaudenzi como o inventor da baianidade e como único responsável pelo êxito do turismo baiano.

As representações da Bahia, segundo Gaudenzi, deveriam compor o quadro favorável para que esta atividade se desenvolvesse. No entanto, ele sabia que era necessária toda uma infraestrutura adequada para tornar a atividade lucrativa e viável, afirmando que

Na Bahia, o turismo vem tomando corpo e apresenta-se como uma das principais alternativas econômicas para várias cidades, especialmente para Salvador. À medida que as cidades se especializam nas atividades do setor terciário, terão que aprimorar, de forma crescente, seus serviços e, dentre eles, os voltados para as atividades turísticas.¹⁹⁷

Como técnico do turismo trabalhou no planejamento e apontou as diretrizes desta atividade. A experiência acumulada o levou à gestão do turismo baiano

¹⁹⁴ GAUDENZI, Paulo. Zonas de interesse turístico. **Operário do turismo: retalhos de ideias e pensamentos**. Salvador: Omar G, 1999, p.157 Publicado originalmente em **Jornal da Bahia**, 20/10/1977.

¹⁹⁵ GAUDENZI, Paulo. O turismo em Salvador. **Planejamento**. Salvador. 5(2) abril/ junho 1977, p. 83.

¹⁹⁶ GAUDENZI, Paulo. **Operário do turismo: retalhos de ideias e pensamentos**. Salvador Omar G, 1999, p.8.

¹⁹⁷ GAUDENZI, Paulo. Turismo e Patrimônio. **Operário do turismo: retalhos de ideias e pensamentos**. Salvador: Omar G, 1999, p. 93. Publicado originalmente em **Jornal da Bahia**, 18/08/1977.

quando dirigiu grandes projetos. A percepção de que a Bahia possuía características singulares e que isto deveria ser utilizada de alguma forma, não aleatoriamente, mas de forma consistente e pensada, foi a grande estratégia de Gaudenzi. Como ele mesmo elucidava, “os encantos da Bahia, sempre louvados pelos artistas, filhos da terra ou não, ajudaram a enraizar nos brasileiros um apelo aos mistérios, dengos e feitiços da Bahia, incluindo seu povo.”¹⁹⁸

Gaudenzi cunhou a expressão “viver baiano”,¹⁹⁹ que para ele refletiu a comunhão na década de 1970 de uma parcela de aspectos que unidos serviam para identificar os baianos e a Bahia. O turismo, segundo ele, sintetizou tudo isto, mas o percurso histórico desta atividade nem sempre foi convergente aos aspectos elencados anteriormente, como veremos a seguir.

2.4 A política do turismo e suas apropriações da “baianidade”

Esta seção objetiva perceber quais imagens da Bahia estavam associadas à atividade turística, ou pelo menos, o que foi produzido enquanto representação, paralelamente às investidas públicas na área. Constatamos que as características da Bahia escolhidas como importantes para serem divulgadas variavam conforme a concepção do que se entendia por turismo em cada período que analisamos.

No entanto, alerto o leitor que as representações da Bahia serviram também para marcar espaço político. Dois casos foram emblemáticos²⁰⁰ e merecem uma pequena explicitação, antes de adentrarmos aos usos mais econômicos das representações pelo turismo.

As representações da Bahia são bastante antigas e difíceis de se marcar no tempo. Alguns estudiosos acreditam que desde a chegada dos portugueses aqui, nos meados do século XVI, que a Bahia se diferenciava das demais regiões pelas

¹⁹⁸ GAUDENZI, Paulo. Procedência e classificação do turista na Bahia. **Operário do turismo: retalhos de ideias e pensamentos**. Salvador: Omar G, 1999, p.135. Publicado originalmente em **Jornal da Bahia**, 17/11/1977.

¹⁹⁹ “A Bahia, especialmente a cidade do Salvador, sua capital, vive, durante os meses de verão, uma época repleta de eventos religiosos misturados ao sincretismo, decorrente de tradições portuguesa e africana, resultando em festas e cultos, hoje, bem baianos. Este legado é, atualmente, responsável por parte daquilo que, comumente, convenciou-se chamar ‘Viver Baiano’ e, mais recentemente, ‘Viver Bahia’” GAUDENZI, Paulo. As festas de Largo. **Operário do turismo: retalhos de ideias e pensamentos**. Salvador: Omar G, 1999, p.99. Publicado originalmente em **Jornal da Bahia**, 16/01/1978.

²⁰⁰ O autonomismo na primeira metade do século XX e o carlismo a partir dos finais da década de 1960.

suas características próprias.²⁰¹ Durante o século XIX, uma literatura já se reportava às mulheres baianas como figuras representativas da sensualidade e da graciosidade.²⁰² Quando se tratava de reivindicar um projeto político como foi a independência brasileira, por exemplo, alguns políticos baianos que defendiam o ideal e um horizonte republicano para o Brasil no início do século XIX (deputados das cortes) a consideravam uma nação à parte - o “povo baiano” - diferentemente das outras províncias e em posição similar de grandeza em relação a uma identidade nacional ainda precária.²⁰³

Nas décadas iniciais da República, como vimos em Leite²⁰⁴, a Bahia perdera o seu espaço político e se apresentou por meio dos discursos de suas elites letradas, que também eram políticas, como contraponto a outras identidades regionais que buscavam uma representatividade dentro da nação. No pós-1930, o movimento autonomista também reivindicou um espaço para a Bahia, mas desta vez em contraposição ao governo federal, marcado por forte centralização. Na Bahia, o autonomismo²⁰⁵ representou em grande medida uma referência a determinados elementos da baianidade, aparecendo em seus discursos a recorrência à própria expressão.²⁰⁶

A “baianidade” autonomista atendeu a interesses políticos e se reportava para a defesa de uma Bahia tradicional, dos valores do seu passado e dos seus filhos ilustres, desamparados que estavam com a nova situação política do estado. Esta elite não se contentava com a intervenção de Getúlio Vargas. Na verdade, era uma elite liberal, ansiosa de voltar ao poder e que tinha em suas hostes nomes

²⁰¹ RISÉRIO, Antônio. **Uma história da cidade da Bahia**. 2 ed. Rio de Janeiro, Versal, 2004; _____. Uma teoria da cultura baiana. In: GIL, Gilberto. **O poético e o político e outros escritos**. Rio de Janeiro, Paz e terra. 1988.

²⁰² MOURA, Milton. **Carnaval e baianidade: arestas e curvas na coreografia da identidade do carnaval de Salvador**. Tese (doutorado). FACOM/UFBA, Salvador, 2001. Este autor faz menção à personagem Rita Baiana do romance *O Cortiço* de Aluísio Azevedo.

²⁰³ JANCSÓ, Istvan e PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência de um identidade nacional brasileira). In. MOTA, Carlos Guilherme.(Org.) **Viagem Incompleta**. São Paulo: Editora SENac, 1999.

²⁰⁴ LEITE, *op. cit*, 2005.

²⁰⁵ Durante o processo de implantação das interventorias, houve, a nível nacional, movimentos voltados para a defesa da manutenção da autonomia estadual. De um modo geral, esses movimentos podem ser classificados, guardadas as devidas especificidades regionais, de autonomistas: opunham-se à intromissão direta do poder central na estrutura político-administrativa dos estados, através dos interventores. SILVA, Paulo Santos. **Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador: EDUFBA, 2000.

²⁰⁶ “Contra esses é que o autonomismo se levanta, como uma bandeira da baianidade. Uma bandeira que não almeja criar distinções entre os brasileiros, nem pretende excluir os filhos de outros estados

importantes da política baiana como Otávio Mangabeira, Antônio Balbino, Simões Filho etc. Na década de 1930, disputaram eleições para o legislativo e foram reprimidos pelo golpe de 1937. Já no pós-Estado Novo, organizam-se na Concentração Democrática Autonomista, unindo as oposições contra os aliados de Vargas. Esta união resultou na vitória de Octávio Mangabeira para o governo da Bahia em 1947.

Entendo que nos anos 1930, o próprio lema da Concentração Autonomista de que “a Bahia ainda era a Bahia” refletia uma identidade do grupo e um projeto político alternativo ao centralismo de Vargas, ao passo que “reintegrar a Bahia a posse de si mesma” também representou, na segunda metade da década de 1940, um sentimento de autonomia. Desta forma, observo a baianidade destes segmentos como expressão de um momento singular da história da Bahia: a perda de espaços políticos no cenário nacional ao longo das primeiras décadas republicanas e que se intensificou com a chamada revolução de 1930.

Uma boa parte da elite baiana havia sido exilada e expurgada pelo poder central. Em resposta a isso, mobilizações pragmáticas foram tomadas, mas, também, no campo simbólico foram perpetradas representações que expressavam seus anseios na tentativa de estabelecer um consenso entre os baianos. Na década de 1940, especificamente no pós-Estado Novo, os autonomistas chegaram ao poder na figura de Otávio Mangabeira. Tal fato evidenciou a associação das características da baianidade aos valores que representavam a democracia, o civismo (entenda-se aí também a garantia dos direitos civis como o voto) e a defesa das liberdades. No dizer do próprio Mangabeira, “um dos aspectos que reputo como mais importantes é o de melhorar os costumes brasileiros, porque a democracia é por sua índole, regime civilizado, de boa educação democrática, sem educação, sem regras civilizadas, já deixa de ser democracia”.²⁰⁷

Assim, as características mais expressivas da Bahia e que foram elemento de identificação para os autonomistas foi o forte teor regionalista, o caráter cívico dos baianos, as suas potencialidades, os seus valores que engrandeciam a nação e, sobretudo, o sentimento de baianidade que deveria mover os baianos contra o

que vivem e trabalham, concorrendo para a grandeza e o progresso da Bahia”. BPEBA. Seção de Periódicos. Que é autonomismo. **A Tarde**.11/05/1950.

²⁰⁷ MANGABEIRA, Otávio. **Sem a confiança pública o governo não resolve o problema nacional**. In: BPEBA. Seção de Periódicos. *A Tarde*, Salvador, 03/07/1946.

momento desfavorável, que segundo eles, foi marcado pela chamada “Era Vargas” e os seus seguidores na Bahia.

Passados alguns anos, já no período da ditadura militar, principalmente a partir de 1967 e no decorrer da década de 1970, outra figura que teve relevante importância no processo de modernização baiana se apropriou também de representações da Bahia – muito mais para construir uma imagem pública favorável em tempos de ditadura do que reivindicar um espaço perdido.²⁰⁸ Este sujeito foi Antônio Carlos Magalhães.²⁰⁹

Faço a ressalva de que nosso objeto não é um estudo da apropriação da baianidade por ACM, mas ressalto, porém, que é importante frisar ao leitor que este sujeito procurou associar sua imagem às representações da Bahia que foram utilizadas também pelas políticas do turismo. Alguns estudiosos afirmaram que ele foi um político midiático, sobretudo na década de 1980, quando adquire os direitos de retransmissão da TV Globo e a partir disto constrói um império das comunicações na Bahia.²¹⁰

A “idade média”²¹¹, com menos intensidade é verdade, se apresentou, a nosso ver, já na década de 1970, quando este mesmo sujeito procura se associar ao que considera a melhor representação da Bahia. Nos anos finais da década de 1960, e principalmente no decorrer dos anos 1970, quando a Bahia esteve sob a liderança de Antônio Carlos Magalhães, observador atento e sensível aos grandes debates no tempo dos autonomistas, uma nova apropriação de características da Bahia passa a ser veiculada, agora, com outros contornos.

Estudos importantes sobre Antônio Carlos Magalhães²¹² demonstram o quanto sua ação junto aos militares foi importante, e o quanto seu carisma e tradição aliados

²⁰⁸ Ao privilegiar estes dois movimentos políticos baianos, respectivamente, o autonomismo e o carlismo, não negligenciamos que outros agrupamentos se furtaram a utilizar o arcabouço simbólico de representações da Bahia e dos baianos para fins de uso político.

²⁰⁹ Nascido em 1927 em Salvador-Bahia ingressou na vida pública em 1954, como deputado estadual pela UDN, elegendo-se posteriormente deputado federal, prefeito biônico de Salvador (1967-1970), Governador por três vezes (1971-1975) (1979-1983) e (1990-1994), ocupou a presidência da Eletrobrás no Governo Geisel e foi Ministro das comunicações no governo Sarney e, em 20-07-2007 morreu exercendo o mandato de senador da República.

²¹⁰ RUBIM, Antonio Albino Canelas. **ACM: poder, mídia e política**. Salvador: [s.n], 2001.

²¹¹ Expressão que associa o êxito político de ACM aos usos midiáticos de sua imagem. RUBIM, *idem*.

²¹² Ver DANTAS NETO, Op. Cit. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. Ver DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. Tese (Doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2009, onde o autor nos coloca as disputas intestinas entre as frações das elites baianas na conquista de espaços políticos durante a ditadura militar. Dias nos mostra como o carlismo foi bem sucedido em suas operações políticas frente aos outros grupos dominantes: os juracissistas, os vianistas e os lomantistas.

a um ambiente autocrático foram decisivos para seu êxito. Também pelos seus próprios discursos ficava evidente a sua vinculação ao projeto da “Revolução de 64” e a sua defesa à premissas deste projeto,

A síntese que a revolução de março está realizando, e que a autentica como verdadeira revolução reside nas reformas para o desenvolvimento econômico, social e político - reformas desejadas e apoiadas na sociedade nacional, porque empreendidas em seu único benefício. Muitas dessas reformas, ou quase todas, seriam impossíveis no clima de ordem e estabilidade política em que foram efetuadas, sem a ação revolucionária, inclusive sem a plenitude dos poderes que revolucionariamente se concedeu ao executivo.²¹³

Antônio Carlos Magalhães teve a “sensibilidade” de apropriar-se das representações de Bahia, tanto aquelas que se reportavam a uma Bahia elitista e intelectual quanto àquela Bahia de Jorge Amado²¹⁴, da presença dos elementos sensuais, afro-baianos e populares. A percepção disto lhe rendia uma imagem favorável, mesmo em tempos de regime ditatorial. As suas aparições públicas serviam para mostrar as obras da modernização nas quais estavam presentes os políticos aliados (geralmente os ministros), elementos do povo, figuras religiosas, baianas de acarajé e artistas. Isto fazia confluir para si uma identidade da qual todos os baianos deveriam compartilhar.

Peter Burke, em estudo sobre as representações de Luís XIV, enfatizou como a imagem do monarca foi construída ao longo de seus 72 anos de reinado na França no século XVII.²¹⁵ Resguardada a distância temporal para a Bahia contemporânea, o autor traz importante contribuição para pensarmos como a propaganda estava a serviço do poder e quais foram os seus efeitos sobre o mundo externo, no caso os súditos do rei, os estrangeiros e a posteridade.

Na Bahia, ACM não só se preocupou com sua imagem, mas também com a publicidade do estado, como verificamos no tópico propaganda do seu plano de governo. Em seu artigo, primeiro expressava:

A publicidade dos órgãos da administração pública estadual fica centralizada no gabinete do governador. As entidades da administração

²¹³ MAGALHÃES, Antônio Carlos. **A revolução de 1964 e os seus reflexos na vida brasileira.** Discurso proferido na ESG em 29 de março de 1972. (impresso).

²¹⁴ Ver AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos:** Guia das Ruas e dos Mistérios da Cidade do Salvador. 2 ed., São Paulo: Livraria Martins Editora S.A, 1982.

²¹⁵ BURKE, Peter. **A fabricação do rei:** a construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

indireta, inclusive sociedades de economias mistas em que o estado não possua o controle acionário, observarão instruções especiais expedidas pelo mesmo gabinete.²¹⁶

Um exemplo emblemático disto foi a cena do carnaval de 1975, com os músicos Dodô e Osmar em capa do Diário Oficial daquele ano, e a referência à execução música “a Bahia vai bem”²¹⁷ de Batatinha e Ederaldo Gentil, que se reportava ao momento de desenvolvimento da Bahia. A matéria era enfática no agradecimento dos músicos inventores do trio elétrico ao governador. Nas palavras dos músicos,

Este ano sairemos no tradicional caminhão e levaremos a fóbica em cima, arrodeada, de um bolo com 25 velas em homenagem ao jubileu de prata. O tema será “a Bahia vai bem”, numa prova do nosso reconhecimento ao trabalho do governador Antônio Carlos.²¹⁸

ACM foi um político que, como poucos, aproveitou-se de momentos como estes, nos quais sua imagem fosse positivada e associada aos elementos de uma identidade baiana vinculada ao aspecto festivo e carnavalesco. Em resposta à sua modernização, o apoio e a “negociação” com artistas baianos era evidente. Falava o governador desta forma aos músicos, “para que vocês tenham condições de exportar sua música, que considero a mais autêntica de todo o Brasil”,²¹⁹ expressando a sua “baianidade”.

É interessante flagrar, e para o historiador muito mais ainda, os sujeitos históricos em seus conflitos e tensões. Para o nosso caso, o projeto modernizante estava em processo e ACM como um dos seus dirigentes sabia negociar estas tensões, trazendo para si ganhos políticos e imagéticos. A socióloga Patrícia Pinho²²⁰ mostra justamente isso, a relação entre os grupos negros que se organizavam em blocos afros e o Estado, representado pelas suas políticas de Cultura e Turismo. O choque que foi a entrada pela primeira vez de um bloco afro na avenida, o Ilê Aiyê em 1974, precisou ser intermediado pelo governo, para que não

²¹⁶ Programa de ação do novo governo. **Jornal da Bahia**, 16 março de 1971, p.4.

²¹⁷ Letra e música de Ederaldo Gentil e Batatinha gravada pelo primeiro em 1976 e executada um ano antes no carnaval por Dodô e Osmar. A letra era a seguinte: “A Bahia vai bem, como vai meu bem querer, A Bahia vai bem, obrigado a você; O estado que mais se agiganta; A paisagem mais linda do nosso país, trabalhando com amor e cantando; O povo baiano é um povo feliz.”

²¹⁸ Governo garante participação do trio elétrico no carnaval da Bahia. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, ano LIX, nº 9964, 24 janeiro, 1975.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ PINHO, Patrícia de Santana. **Reinvenções de África na Bahia**. São Paulo: Annablume, 2004.

desagradasse setores de apoio no setor carnavalesco, que não aceitavam, a incorporação dos elementos afros.

A maneira como a imprensa baiana reagiu às aparições de ACM não eram diferentes, principalmente na ocasião de sua posse como governador em 1971. O empresariado baiano manifestava o seu apoio ao governo em repetidas notas nos principais jornais da capital:

A Federação das Indústrias, o CEIBA, o SESI e o SENAI integrados no movimento de desenvolvimento do estado procuraram dar maior impulso às suas atividades técnicas e sociais em perfeita comunhão com o governo, através de uma fecunda política de mãos dadas, objetivando proporcionar à comunidade baiana níveis de progresso e bem estar à altura dos seus justos anseios. Neste momento em que o Dr. Antônio Carlos Magalhães assume os destinos da nossa terra, o empresariado industrial reafirma sua confiança inabalável na continuidade do processo de desenvolvimento da Bahia.²²¹

A cartilha governamental²²² no término do mandato, em 1975, refletia as representações (discursos que ordenam a realidade) do processo de modernização dirigida em seu governo. Pensar a cartilha é colocar os aspectos culturais em evidência na construção da identidade, os sistemas representativos e os seus usos políticos. Todavia, não são representações “soltas”, desvinculadas, pelo contrário, remetiam a um pano de fundo, ou estrutura bem maior, a modernização baiana.

A imagem de ACM era associada a um novo momento pelo qual passava a Bahia, desconstruindo o “enigma baiano” e apresentando uma “Bahia nova”, mostrada sem pobreza, desigualdades sociais, conflitos e com um pé no desenvolvimento, aliás, dizia ACM que “em nosso Estado não há possibilidade de eclipse, porque nele brilha o sol do desenvolvimento”.²²³

Se esta associação aos elementos da baianidade lhe rendeu frutos políticos neste período, é difícil mensurar, pois as escolhas e nomeações a cargos eletivos dependiam muito mais da aproximação com os militares do que da escolha popular. No entanto, podemos perceber que a nível de políticas públicas os rendimentos foram muitos, sobretudo quanto ao uso destas representações para fins econômicos.

²²¹ Mensagem da indústria. **Tribuna da Bahia**, 15 de março de 1971, p. 10.

²²² MAGALHÃES, Antônio Carlos. **A Bahia constrói seu futuro sem destruir seu passado (cartilha)**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1975. Nesta cartilha são apresentados os resultados dos quatro primeiros anos do governo ACM, destacando as suas ações com fotografias se suas obras modernas em meio aos elementos considerados tradicionais. Associação que define, de fato, o título da cartilha.

Se falar de uma Bahia “com seu passado glorioso, suas honrosas tradições, o valor de seus filhos, o seu enorme potencial, a grandeza de sua vontade (...)”²²⁴ servia para rememorar as tradições de suas elites políticas, por outro lado, reforçava a ideia de que Salvador, principalmente, deveria ser

a cidade de todos os brasileiros, custódia de nossas mais autênticas tradições e onde se casam, harmoniosamente, passado e presente, história e progresso, culto de fé e crença inabalável na força do homem. Cidade do sincretismo religioso, da miscigenação afetiva, do comportamento cordial e da hospitalidade. Cidade não somente para exigir ao turista extasiado seus valores estéticos, seu exotismo ou seu pitoresco,²²⁵ como ainda metrópole de conforto, lazer e segurança para seus habitantes.

ACM já dava sinais de alguns dos elementos a serem explorados pelo turismo, no entanto um passeio histórico nos obriga pensar em mais elementos. Penso nisto baseando-me na periodização feita por Queiroz²²⁶. Durante a primeira fase do turismo, como já falamos, as investidas tímidas e o público mais internacional do que nacional, exigiram representações mais voltadas para uma caracterização dos baianos a partir do que se veiculou através da literatura.

Nesta época surgiam os guias de turismo. Estes cumpriam a função dupla de informar o turista sobre a cidade e, ao mesmo tempo, narrar, a partir de uma linguagem mais literária, figuras populares, lugares da Bahia, especialmente Salvador, e aproximar ao máximo o cotidiano da velha capital para o seu leitor. Como resposta a uma demanda pequenina de turistas e voltado mais para a exploração de aspectos da vida cultural baiana e do casario antigo das cidades históricas, estes guias, resumidamente, “constituem-se como demonstração dessa ‘verdade interior’ da Bahia, descrita essencialmente popular e como doadora de valores intrinsecamente nacionais para o Brasil como um todo”.²²⁷

Posso ainda considerar esta série de livros publicados desde a década de 1940 como uma espécie de guias turísticos especializados. Alguns deles apareciam com nomes sugestivos, Jayme Góes escreveu “*Festas tradicionais da Bahia*”; Carlos Torres, “*A Bahia cidade feitiço*”; e “*Imagens da Terra e do Povo*” foi escrito por

²²³ Bahia: o sol do desenvolvimento. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, ano LIX, nº 9691 e 9602, 11 de novembro de, 1973.

²²⁴ MAGALHÃES, Antônio Carlos. O discurso do novo governador. **A Tarde**, 16 de março de 1979.

²²⁵ MAGALHÃES, Antônio Carlos, *idem*.

²²⁶ QUEIROZ. *Op. cit.*

²²⁷ PINHO, Osmundo S. Pinho. “**A Bahia no fundamental**” **Notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade**. São Paulo: Rev. bras. Ci. Soc. vol. 13 n. 36, 1998, p.7.

Odorico Tavares. O mais famoso deles é o livro de Jorge Amado “*Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios*”.

Alguns destes guias baianos são da primeira metade do século. São exemplos as publicações de Afrânio Peixoto de 1945 e Manuel Querino²²⁸ que teve nova edição publicada no ano de 1955. O detalhe é que fotografias e pinturas de artistas baianos do período ressignificavam o conteúdo incorporadas às matérias dos originais. Carybé mesmo, na reedição de “*A Bahia de Outrora*”, ilustrou as passagens que retratavam os lugares, os monumentos históricos e os festejos populares de Salvador. Este guia de Manoel Querino tem suas particularidades. Ele foi um misto de pré-propaganda dos festejos populares da Bahia, do candomblé, temperado com uma antropologia dos costumes baianos, das “superstições” e de uma história factual da importância da Bahia nos eventos nacionais como a Guerra do Paraguai.

No plano nacional, outros escritores como Gilberto Freyre se preocuparam em definir quem era a Bahia e os baianos²²⁹. Por sua vez, no guia e livro de Jorge Amado, “*Bahia de Todos os Santos*” (1945), o cenário e os tipos baianos são referências centrais. Amado apesar de contribuir bastante para a divulgação da Bahia negra, não abandona aspectos identitários que foram representativos das elites, a exemplo dos notáveis baianos como Castro Alves e Rui Barbosa, assim como a referência ao patrimônio natural e religioso baiano.

Segundo Encarnação, o diferencial mesmo de sua obra – considerando que Amado não foi pioneiro na Bahia a positivar a cultura afro-baiana - foi o alcance dela, chegando a vários estados do Brasil e no exterior.²³⁰ Os demais guias circulavam apenas na Bahia e quiçá em Salvador. A prefeitura comprava alguns exemplares, mas sua distribuição não era relevante, até mesmo porque o público leitor era de fora do estado e não se tinha a preocupação da receptividade, como veremos mais adiante.

²²⁸ PEIXOTO, Afrânio. **Breviário da Bahia**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1945. QUERINO, Manuel. **A Bahia de outrora**. 3 edição. Salvador: Progresso, 1955. A primeira edição é de 1916. O livro de Querino é nitidamente um livro de memória e o de Afrânio uma mistura de memória, curiosidades e homenagem à Bahia, no entanto, cumpriam também uma função de divulgação da Bahia, fato que não compromete a sua inserção como “guias” de turismo.

²²⁹ FREYRE, Gilberto. *Bahia e baianos*. Apresentação de Edson Nery da Fonseca. Salvador: Fundação das Artes, 1990.

²³⁰ ENCARNÇÃO, Elisângela Sales. **A Bahia imaginando-se nação**: discursos que forjaram uma identidade cultural baiana entre as décadas de 1940 e 1970. Dissertação (Mestrado) -. Programa de Pós-graduação em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia, 2010.

Jorge Amado como um dos proponentes desta “baianidade” nos falava em uma identidade baiana como um “estado de espírito”, ou seja, para os não baianos, turistas e estrangeiros era possível tornar-se baiano assimilando o que considerava uma vivência específica:

Baiano que dizer quem nasce na Bahia, quem teve este alto privilégio, mas significa também, um estado de espírito, certa concepção de vida, quase uma filosofia, determinada forma de humanismo. Eis porque homens e mulheres nascidos em outras plagas, por vezes em distantes plagas, se reconhecem baianos. (...) E como baianos são reconhecidos, pois de logo se pode distinguir o verdadeiro do falso. Aqui entre nós: tem gente que há vinte anos tenta obter seu passaporte de baiano e jamais consegue, pois não é fácil preencher as condições e como diz o moço Caymmi, nosso poeta, “quem não tem balangandãs não vai ao Bonfim”.²³¹

A literatura baiana do período, a musicografia, em especial as canções de Dorival Caymmi, representaram uma Bahia mais popular e negro-mestiça, em contraposição à uma Bahia elitista que emergia da maioria dos discursos dos políticos da época.

Todavia, os elementos afro-baianos, em especial o candomblé, não foram exclusividade dos literatos baianos apenas, eles foram apropriados também pelos artistas modernistas de *Caderno da Bahia*. Esta revista foi uma das possibilidades de expressão de artistas baianos de tornar a Bahia moderna, através da arte, ressignificando-a partir de símbolos afro-baianos.²³²

No entanto, isto não anulava que discordâncias existissem e expressassem atitudes de repúdio ao vincular as representações da Bahia a elementos da religiosidade popular negra. O cenário baiano ainda permeava certa rejeição no plano simbólico desta associação que implicava na prática, certamente, um ambiente de relações hostis aos afro-baianos, mesmo estes sendo a maioria da população da capital.

Tiago Groba salienta, em sua pesquisa, que os estudos antropológicos promovidos pela Universidade da Bahia, a gestão de Anísio Teixeira à frente da Secretaria de Educação e Cultura do governo Otávio Mangabeira (1947- 1951) além dos debates na imprensa baiana, alertavam sobre as potencialidades turísticas que a Bahia tinha e que não estavam sendo exploradas como deveriam. Para ele, estes

²³¹ AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos**: guia das Ruas e dos Mistérios da Cidade do Salvador. 32 ed. Rio de Janeiro: Record, 1982, p. 26.

aspectos conjugados, favoreceram para uma virada modernista nas artes baianas ancorando-se em valores afro-baianos, principalmente o candomblé.²³³

Poucos anos depois, quando chegou ao poder Antônio Balbino (1955-59), a preocupação não mais se concentrava exclusivamente nos aspectos artísticos da Bahia. O planejamento, a indústria e o desenvolvimento do estado passaram a ser os temas mais recorrentes. O turismo ainda não era a “bola da vez”. O governo se preocupou com a divulgação da Bahia inserindo em seu planejamento um item intitulado “propaganda turística”, e financiando um *stand* da Bahia na Feira Internacional de Nova York em 1957. Neste evento,

além de uma amostra dos recursos naturais da Bahia, obtido com a colaboração da Bolsa de Mercadorias, a CPE apresentou no seu stand de vendas vários produtos manufaturados e industrializados no estado, convindo ressaltar um mostruário da fábrica Fratelli Vita, bem como os de sementes oleaginosas e produção artesanal. Foi também apresentada uma parte artística – com trabalhos de Caribé, Mário Cravo e outros artistas baianos, de modo a documentar o movimento moderno em nosso meio. No setor de arte histórica foram apresentados alguns elementos de arte sacra, móveis, etc. Vasta documentação fotográfica, mostrando o contraste do antigo e do moderno.²³⁴

Nesta fase do planejamento baiano, o chamado ao turista combinava o lado moderno, portanto, associando Salvador como uma metrópole, ao lado dos mistérios e prazeres que se mesclavam. Como a rede hoteleira era pequena e os atrativos de serviços também, as imagens projetadas valiam-se do que a cidade tinha de natural e de histórico para oferecer.

Carlos Torres, em *Bahia cidade feitiço*, cuja primeira edição datada de 1957 foi financiada pelo governo Balbino, corroborava com a visão deste governo, ao afirmar que:

O turista, de modo geral, viaja pelo desejo de encontrar, além do progresso material das grandes metrópoles, novidades, emoções diferentes e a Bahia preenche esses requisitos com vantagem. A riqueza dos seus templos e de suas alfaías, o encanto das suas paisagens, o romantismo dos seus solares, o pitoresco de suas fortalezas, a graça dos seus ascensores, os mistérios dos seus subterrâneos, o feiticismo de suas fontes, a poesia de suas lendas, o caráter folclórico de suas festas, o apetitoso de suas comidas e o

²³² GROBA, Tiago Santos. “**Um lugar ao sol**”: Caderno da Bahia e a virada modernista baiana. 1948-1951. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 2012.

²³³ GROBA, Tiago Santos. *Idem*.

²³⁴ CPE. In: BALBINO, Antônio. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa**. Salvador: Imprensa oficial da Bahia, 7 abr. 1958, pp. 310-312.

saboroso de suas frutas, a evocação de suas músicas e a proclamação da beleza de suas mulheres, tudo isto prende e enleva os que a visitam.²³⁵

Na década de 1960 – que corresponde à segunda fase do turismo baiano – aconteceu de maneira propositiva, a inserção da atividade turística como forma de angariar dividendos para o estado, mas sem pensá-lo em termos de receptividade e infraestrutura por exemplo. O seu caráter era mais cultural. Sobre o Plano de Turismo desenvolvido pelo governo de Juracy Magalhães (1959-1963), Borges comenta que “o Plano Diretor do Turismo exprime, diretamente, a preocupação já presente na sociedade baiana, de instituir um diálogo sem conflitos entre o antigo e o novo, a fim de alcançar a síntese cultural baiana”.²³⁶

Nesta fase da “modernização negociada”, expressão de Borges, o turismo baiano poderia explorar as novidades modernas como as amostras culturais, as exposições de escultura, pintura e música, e os seminários temáticos na Universidade da Bahia, além dos eventos do Museu de Arte Moderna – maior realização no plano cultural deste governo – bem como usufruir da “velha Bahia” com seus casarios e construções antigas. Apelava para uma Bahia moderna que não excluía o seu lado rústico e paisagístico, explorados constantemente e veiculados pelos filmes que tinham a Bahia como cenário.²³⁷

Porém, é mesmo a partir dos anos de 1960 que esta “modernidade negociada” passa a ter traços mais definidos. O turismo é pensado como atividade econômica com um planejamento forte na área, ao tempo em que as narrativas identitárias sobre a Bahia, para acompanhar este processo - digamos que de profissionalização do turismo – estivessem mais interessadas em uma Bahia homogênea em seus símbolos afro-baianos, “sensuais”, “mágicos”.

A arte produzida na Bahia neste período não aparecia como algo representativo para agradar aos turistas. A modalidade “shows” musicais era mais aprazível ao turista, já que, o interessante era mantê-lo consumindo material e simbolicamente as coisas da Bahia.

Havia uma maior exacerbação sobre os aspectos de uma suposta singularidade baiana. Os monumentos históricos, as paisagens, não desaparecem

²³⁵ TORRES, Carlos. **Bahia, cidade feitiço**. 6. ed. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1973, p. 9.

²³⁶ BORGES, Eduardo José Santos. **“Modernidade negociada”, cinema, autonomia política e vanguarda cultural no contexto do desenvolvimentismo baiano. (1956 -1964)**. Dissertação (Mestrado) em História. UFBA. Salvador: 2003, p. 63

²³⁷ Ver por exemplo os filmes de Glauber Rocha e do cinema novo baiano.

no processo de busca do visitante para o estado. Este trecho abaixo resume de forma sucinta esta Bahia que acompanhou a profissionalização do turismo, já nos anos de 1970,

Bahia, terra da felicidade. Cantada em prosa e verso, a Bahia é um convite permanente à inspiração dos músicos, poetas e gente que vem dos quatro cantos do mundo. O ritmo calmo e descontraído, a terra cheia de encantos e mistérios, o povo alegre e hospitaleiro, conquistam a simpatia de milhares de pessoas que, todos os anos chegam à Bahia. Eles vem de todas as partes, atraídos pelas histórias contadas por quem já viveu as belezas naturais, conheceu sua arquitetura e a fantástica cultura formada por brancos, negros e mulatos. Uma exuberante paisagem tropical revela que, na Bahia, a natureza teve sua máxima inspiração. Ela é um cenário magnífico para um incomparável patrimônio arquitetônico colonial, respeitado mundialmente pela sua grandiosidade e beleza. Nos solares, fortes, igrejas, conventos, monumentos e museus, estão imortalizados mais de quatro séculos de lutas, conquistas, arte e aventuras. A Bahia é o berço da civilização brasileira. Grande parte do que o país tem de mais autêntico nasceu aqui. A emoção do Descobrimento em Porto Seguro, o orgulho da primeira cidade do Brasil: Salvador, as lutas da Independência no Recôncavo e a heroica resistência aos invasores estão vivos na atmosfera da Bahia. Com seus aspectos naturais, históricos e culturais tratados com dignidade, a Bahia conquistou novos espaços para o desenvolvimento de sua economia através da atividade turística. Esse desenvolvimento se caracterizou pela tomada de consciência do extraordinário patrimônio turístico do estado e sua utilização em benefício da comunidade baiana.²³⁸

Este período coincide com o slogan “Bahia, land off happinnes”²³⁹ – em português, “Bahia terra da felicidade” – que o governo da Bahia adotou para atrair o turista e principalmente uma nova modalidade que surgia naqueles anos: os agentes de viagem – indivíduos que marcavam os roteiros de passeio, intermediavam a compra de passagens e a hospedagem, dentre outras demandas dos visitantes. O referido slogan não era original, na verdade, é uma apropriação de um verso da música “Baixa do Sapateiro” de Ary Barroso, que tocou no rádio nos anos 1940-1950.²⁴⁰

O público internacional passou a ser novamente foco do governo, mas desta vez com um fluxo bem maior devido à implantação dos voos internacionais ligando Salvador às principais capitais europeias. A Bahiatursa promoveu dezenas de eventos no Brasil e no exterior, sendo os mais importantes a Semana da Bahia em

²³⁸ Bahia Turismo. **Relatório (1979-1983)**. Salvador, 1983. Essa transcrição, como um todo, recupera diversos elementos da baianidade do início do sec. XX.

²³⁹ **BAHIATURSA 30 anos 1968-2008**. Salvador: Empresa de Turismo da Bahia, mai. 1998.

²⁴⁰ MARIANO, Agnes. **A invenção da baianidade**. São Paulo: Annablume, 2009, p.229. A autora nos informa que a música foi gravada em 1938 por Carmen Miranda e foi parte de trilha sonora de “Você já foi à Bahia?” filme de Walt Disney.

Portugal (1980) e a Semana da Bahia em Nova York (1982), contando com a presença de Pelé e Jorge Amado.

Atendendo às demandas da baixa estação - neste mesmo período de maior visibilidade da Bahia no exterior - começou a aparecer o interior baiano, com suas paisagens e tipos regionais. No entanto, a baianidade soteropolitana não ficou abalada. A Chapada Diamantina reservava um importante destino em baixa estação, assim como os sertões baianos com suas paisagens secas e imagens “pitorescas” que despertavam a curiosidade dos visitantes. Mas o que se priorizou mesmo foram os municípios que margeavam a BR 101, como Porto Seguro e adjacências, o Recôncavo baiano e o Litoral Norte.

Este projeto de interiorização do turismo intitulou-se “Caminhos da Bahia” (1979) e serviu para divulgar a vastidão do território baiano, sem, no entanto priorizar suas identidades regionais face à soteropolitana. Este período também é marcado pela forte atuação mercadológica dos organismos estatais, como a Bahiatur, reforçando cada vez mais uma “Bahia para turista ver”. A aposta em eventos e em campanhas publicitárias foi uma das saídas mais fáceis para incrementar a economia baiana.

Com o slogan “saúde neles”²⁴¹, a campanha veiculada através de outdoors, televisão e jornais, pedia à população que se apresentasse aos turistas do mesmo jeito hospitaleiro, com a mesma boa vontade e o mesmo sorriso, com que, durante o ano inteiro atendia aos conterrâneos. Esta campanha da Bahiatur, iniciada no Governo de Roberto Santos e intensificada na segunda gestão do governador Antônio Carlos Magalhães (1979-1983), servia de exemplo para ressaltar a importância do turismo para a economia e como este era tratado como fator econômico. A atração, permanência, estadia do turista constituíam-se em uma das estratégias da ação dos governos baianos na década de 1970, e para tal, a utilização de um repertório de representações sobre a Bahia e os baianos foi uma das estratégias simbólicas para colocar o estado como um dos principais destinos do turismo no Brasil.

A Bahia disputava com os outros estados da federação, sobretudo, o Rio de Janeiro, São Paulo, e os estados do Nordeste, demandas turísticas, investimentos da iniciativa privada e verbas federais, como verificamos em diversos documentos e

²⁴¹ GAUDENZI, Paulo. Saúde neles. **Operário do turismo: retalhos de ideias e pensamentos**. Salvador: Omar G, 1999, p.87 Publicado originalmente em **Jornal da Bahia**, 30/06/1977.

relatórios da Bahiatursa. Na campanha de 1980, “Gaste pouco goste muito”, por exemplo, a rede hoteleira da Bahia colocou diárias 10 por cento mais baratas que os hotéis do Rio e de São Paulo da mesma categoria.²⁴²

O vizinho estado do Ceará era um competidor natural da Bahia na atração de turistas, sobretudo, depois da criação da Empresa de Turismo do Ceará (Encetur), criada em setembro de 1971, três anos depois da Bahiatursa. Uma representação identitária cearense mais voltada aos valores sertanejos passa a ser deixada de lado em detrimento de uma identidade pautada em valores litorâneos, enfatizando os tipos humanos do jangadeiro, as belezas naturais de sua capital Fortaleza, para atender às demandas turísticas. Assim,

É tempo de construir. É tempo de se olhar para o Ceará. Estado de maior evidência no Nordeste de hoje. Lá existem as maiores oportunidades de investimento, no momento. Lá se encontram as condições mais favoráveis para a aplicação das deduções fiscais – através de empresas planejadas em função dos recursos naturais da região e da disponibilidade de mão de obra apta à qualificação e especialização. Incentivar o desenvolvimento, incentivar o esquema infraestrutural e coordenar as funções das entidades públicas econômico-financeiras são agora tarefas prioritárias da Administração Estadual. O Ceará acelerou o passo, rumo à integração nacional. Portanto, invista!²⁴³

O extrato da matéria nos permite perceber duas questões centrais: a) o processo de desenvolvimento do turismo a nível nacional objetivava o incremento desta atividade como fator de desenvolvimento econômico e integração nacional; b) identidades regionais foram reforçadas como aconteceu na Bahia ou sofreram mutações como no Ceará; ao tempo em que concorreram entre si na busca de visitantes.

Estas disputas estavam colocadas também num campo de “lutas de representações”, quando, principalmente, Bahia e Rio de Janeiro reivindicavam, por exemplo, a origem de um dos símbolos identitários nacionais: o samba.²⁴⁴ Paulo Gaudenzi, dirigente da Bahiatursa, retratou esta disputa, comentando a posição do

²⁴² **BAHIATURSA 30 anos 1968-2008**. Salvador: Empresa de Turismo da Bahia, maio 1998, p.47.

²⁴³ Este trecho é um extrato de reportagem da VEJA, 28/04/1971, extraído do artigo de OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Turismo, cultura e natureza**: a produção de uma memória sobre o Ceará nos anos 1970. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299108778_ARQUIVO_ArtigocompletoANPUH2011%5b1%5d.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2012.

²⁴⁴ Este trecho é um extrato de reportagem da VEJA, 28/04/1971, extraído do artigo de OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Turismo, cultura e natureza**: a produção de uma memória sobre o Ceará nos anos 1970. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299108778_ARQUIVO_ArtigocompletoANPUH2011%5b1%5d.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2012.

sambista baiano Ederaldo Gentil sobre o projeto “O samba nasceu na Bahia”, que segundo Gaudenzi, afirmava, “poderá vir a contribuir para uma discussão de grande importância para a cultura popular brasileira e defesa das ‘coisas’ da Bahia que estão sendo destruídas ou transferidas para outros centros sob os mais diversos rótulos”.²⁴⁵ Reivindicar a origem do samba, uma expressão da nacionalidade, para a Bahia era mais um elemento da construção e afirmação de elementos identitários.

O caso do “Cabra”, o escravo da Ordem Terceira do Carmo de Salvador, Francisco das Chagas –, era motivo de uma rivalidade “saudável” entre Bahia e Minas Gerais pela autenticidade e grandiosidade da arte barroca brasileira.²⁴⁶ Escultor baiano do século XVIII – que segundo Mário Cravo Neto foi melhor que Aleijadinho, Francisco das Chagas foi o autor da obra “O Cristo atado à Coluna”, principal atração do Museu da Ordem Terceira, que fica no Convento do Carmo. Atrativos também do turismo, a arte e a escultura coloniais localizadas nas partes históricas da cidade eram bastante visitadas, daí a visibilidade dada a este escultor baiano, no sentido de forçar uma visita ao centro histórico de Salvador.

Estes dois exemplos que escolhi serviram para mostrar que o turismo receptivo na Bahia necessitou de artifícios dos mais variados para se afirmar. A partir das mudanças que foi sofrendo, o turismo trouxe consigo um deslocamento das representações da Bahia, sobretudo para utilização econômica, como demonstrei.

Nossa discussão, porém, caminhou no sentido de mostrar, também, que houve, a partir de uma literatura voltada para divulgar e mostrar a Bahia, um repensar de uma identidade baiana mais pautada em valores afro-baianos e populares. Esta identidade perpassou por uma maior valorização do cotidiano afro-baiano, com sua gente, suas sociabilidades e o “habitat” soteropolitano, marcado por todo um ambiente de “magia”, “misticismo” e “feitiço” retratados pelos guias.

²⁴⁴ O que por sinal é uma disputa que vem desde a década de 1930, pelo menos. Penso eu que até antes disso.

²⁴⁵ GAUDENZI, Paulo. **O operário do turismo**. Salvador: Omar G, 1999, pp.97-98 e publicado originalmente em Jornal da Bahia. **O samba nasceu na Bahia**, 22/12/1977. Este projeto originou-se de uma polêmica num programa de TV entre baianos e cariocas. Os sambistas baianos, fundamentados nas pesquisas feitas pelo historiador Cid Teixeira, argumentavam que o primeiro samba gravado teria sido “Isto é Bom” de Xisto Bahia em 1914 e não “Pelo telefone” de Donga em 1917. Outro elemento a ser usado em favor da Bahia era a ideia de que a precursora do samba seria a Chula, ritmo cultivado na Bahia.

²⁴⁶ O Cabra foi mais importante que Aleijadinho. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III, nº 34/35, pp. 2-5, jul/ago. 1976.64 p. Bimestral.

Quando estas mesmas imagens, sobretudo as que se referiam à religiosidade popular e afro-brasileira, passam a ser incorporadas pelas políticas oficiais do Estado baiano com vistas a atrair os turistas e investimentos no setor, notamos uma convergência para o plano das representações de uma Bahia negro-mestiça operando como construção de uma imagem pública que se constituiu num produto diferenciado para os turistas.

CAPÍTULO III. VIVERBAHIA: A SOLUÇÃO DO IMPASSE PARA OS EMBATES ENTRE A CULTURA E O TURISMO NA BAHIA.

O presente capítulo destina-se a estudar a trajetória da revista *Viverbahia*, apontando para a historicidade deste periódico no que diz respeito à materialização de representações da Bahia que estimularam a atenção e a vinda de turistas para o estado, incrementando sua economia. Desvendar o conteúdo ideológico, as intencionalidades da veiculação de uma Bahia mais negro-mestiça, aliada a elementos do seu passado, nos faz constatar que a sua proposta editorial tentava solucionar muitas das querelas debatidas nos primeiros capítulos desta dissertação e respondia a expectativas econômicas. As formas de recepção, tanto do periódico enquanto publicação quanto das representações por ele veiculadas, nos ajudam a decifrar o seu público receptor e também os sentidos atribuídos ao que se publicava. Para tanto, foi necessário contextualizar o momento cultural da Bahia no pós-ditadura, refletindo as influências, inclusive contraculturais, que marcaram a emergência e o pioneirismo da imprensa especializada em turismo na Bahia e quiçá no Brasil.

3.1 No princípio era o Verbo.

O processo de modernização que a Bahia viveu nos anos que se seguiram ao golpe civil-militar, de certo modo, representou uma continuidade e uma ruptura em relação às questões culturais. A Bahia passou a ser vista pelo mundo, desde os anos 1950, a partir de sua cultura. Este momento ficou conhecido como o período da “Renascença Baiana”, do “Avant-Garde na Bahia”,²⁴⁷ época de intensa movimentação nas artes, no teatro, no cinema, no mundo intelectual, sobretudo pelo desenvolvimento da Universidade Federal da Bahia.

Estas atividades inseriam a Bahia no circuito de uma modernização cultural que negociava com os aspectos históricos e com o que ficou do passado. O turismo passou a entrar em pauta para os governos, pois se via nele uma possibilidade de incremento econômico como ficou constatado no capítulo anterior.

²⁴⁷ RISÉRIO, Antônio. Uma teoria da cultura baiana. In: GIL, Gilberto. **O poético e o político e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

Foi o incremento da indústria, por sua vez, que deu cara nova ao período em que a Bahia viveu sob a ditadura militar. Desde a implantação da Petrobrás (anos 1950) que o estado almejava buscar a superação de seu atraso econômico, na visão de suas elites. As consequências do golpe de 1964 representaram um novo momento político e econômico para o Brasil. Segundo Renato Ortiz, ele foi a continuidade do processo iniciado com JK nos anos 1950, mas que teve suas especificidades, pois

dentro deste quadro, as relações entre cultura e estado são sensivelmente alteradas em relação ao passado. O processo de racionalização, que se manifesta, sobretudo no planejamento das políticas governamentais (em particular a cultural) não é simplesmente uma técnica mais eficaz de organização, ela corresponde a um momento de desenvolvimento do próprio capitalismo brasileiro.²⁴⁸

A efervescência cultural continuava e aquilo que se convencionou chamar de “vazio cultural”²⁴⁹ não correspondeu na prática à intensa produção no teatro, música, cinema etc. No entanto, foi o período em que houve a intensificação do mercado e da circulação dos bens materiais, culturais e simbólicos. Numa acepção mais específica do termo, estes bens materiais, culturais e simbólicos também seriam os produtos da chamada cultura de massa, muitos deles propagandeados pelos meios de comunicação como a TV, o rádio, os periódicos e as telecomunicações via satélite.

Esta expansão do mercado atuava conjuntamente com a institucionalização de um modelo cultural que visava a integração nacional orientada pela ideologia da Segurança Nacional implementada pelo Estado brasileiro, que

é percebido como centro nevralgico de todas as atividades sociais relevantes em termos políticos, daí uma preocupação com a integração nacional. Uma vez que a sociedade é formada por partes diferenciadas, é necessário pensar uma instância que integre, a partir de um centro, a diversidade social.²⁵⁰

²⁴⁸ ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p.81.

²⁴⁹ Duas referências que retratam o tema serão utilizadas por nós e ambas desconstruem esta expressão ao mostrar que este período foi um dos que mais se produziu espetáculos de teatro, exibições em salas de cinema e mesmo a circulação de periódicos alternativos. Estas obras são: LEÃO, Raimundo Matos de. **Transas na cena em transe: teatro e contracultura na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009; e MOREIRA, Sônia Virgínia. As alternativas da Cultura (anos 60/70). In: STOTZ, Eduardo Navarro et al. **Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no Regime Militar**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

²⁵⁰ ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.115.

Vimos isto na elaboração das políticas culturais implementadas pelos diversos órgãos, como o Conselho Federal de Cultura e os seus respectivos conselhos estaduais, além das políticas do turismo gerenciadas pelo estado, que se apropriaram de elementos da cultura popular para construir uma identidade nacional e, no caso da Bahia, reforçar uma identidade baiana.

A ditadura militar a partir dos seus atos de exceção cerceava os direitos e as prerrogativas constitucionais. A censura foi um dos instrumentos que atacavam a liberdade de expressão e os canais que poderiam contestar os projetos da ditadura. Mas nenhuma forma de dominação persevera sozinha, ela sempre produz formas de resistência, seja ela mais silenciosa ou aberta.

Coincidentemente o mundo ocidental passava por um processo de mudanças socioculturais significativas, e que contestavam um modelo de sociedade burguesa pautados em comportamentos pré-estabelecidos. Surgiam então os movimentos chamados de contracultura. Assim podemos definir que,

As ideias da contracultura surgem nos Estados Unidos, mas não se restringem ao universo norte-americano. O movimento configura-se como uma força marcadamente conflitante com o *status quo* e inconformado com a institucionalização da vida. Considerada como uma “invasão bárbara” avança contra os valores que sustentam a sociedade mundializada pós-Segunda Guerra, notadamente aquela que vive a política da segurança, consequência da Guerra Fria. Ao extrapolar as fronteiras do sítio onde brota transcultura-se, contaminando setores da juventude.²⁵¹

Estes movimentos materializavam-se nos diversos setores da sociedade, principalmente nas atividades artísticas, no teatro, no cinema e na imprensa. A chamada “cultura alternativa” na imprensa é o que mais nos interessa para perceber um duplo movimento que ocorreu na Bahia entre os anos finais de 1960 e no decorrer na década de 1970: a emergência de uma imprensa alternativa e a incorporação de tais experiências/sujeitos em projetos governamentais/oficiais.

De um modo geral, podemos dizer que os jovens foram os protagonistas do movimento contracultural onde quer que ele tenha se estabelecido. No Brasil e na Bahia não foi diferente. Periódicos alternativos surgiram como uma possibilidade de contestação e como resposta ao autoritarismo implantado pelos militares e pelos civis engajados no projeto de integração nacional. O *Pasquim*, surgido em 1969, no

²⁵¹ LEÃO, Raimundo Matos de. **Transas na cena em transe: teatro e contracultura na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 33.

Rio de Janeiro, talvez fosse a referência mais conhecida nossa, como um dos principais veículos alternativos nacionais.

Na Bahia, destacamos três “nanicos”, assim também designados à época, o *Verbo Encantado* (1971-1972), *Boca do Inferno* (1976) e *Invasão* (1977).²⁵² De uma forma geral, estes três jornais responderam às seguintes premissas: a) foram desorganizados administrativamente e juridicamente, o que os levou ao ocaso logo cedo; b) a censura não os atingiu diretamente; c) apesar de uma razoável distribuição, tiragem e conteúdos veiculados, os três faliram e não tiveram condições econômicas de se sustentar; d) propuseram uma nova forma de fazer jornalismo na Bahia; e) tinham em seus plantéis colaboradores de expressão nacional e até internacional; f) buscaram cada um em sua especificidade um nova linguagem para noticiar aos baianos.

O *Boca do Inferno* circulou na Bahia em 1976 e teve quatro volumes, sendo que o último teve problemas de circulação. Era um jornal mais de cunho político, trazendo em suas páginas denúncias da realidade social soteropolitana, mas, em estilo alternativo, linguagem simples e coloquial. Tinha em suas hostes jornalistas como Gustavo Falcón e artistas de nível nacional como Henfil.

O interessante perceber é que o jornal era sensível a elementos da religiosidade afro-baiana. Segundo Gileide Vilela, “o Exú que o jornal adota como mascote em apoio à sua logomarca, remete ao Sig do Pasquim. Ele é, no imaginário do candomblé, uma espécie de embaixador intermediário entre os deuses e os homens”.²⁵³ Na percepção da pesquisadora, “no ideário da liderança do jornal, a busca de uma identidade regional passava pela consideração dos signos populares”.²⁵⁴ Tal evidência nos faz pensar que cada vez mais a exploração de referências afro-baianas se tornavam constantes na imprensa.

Já o *Invasão* circulou apenas em uma única edição, em 1977. Era o “primo” mais “radical” do *Boca do Inferno*, com uma linguagem e um conteúdo mais crítico e político. Tinha no seu corpo editorial nomes como Cid Teixeira, Gustavo Falcón,

²⁵² O *Verbo* talvez fosse o que mais tenha se aproximado da contracultura, principalmente pelo uso de uma linguagem informal, alusão ao movimento contracultural internacional, e ao seu formato jornalístico nada convencional. Os outros dois com menos características da contracultura, mas, com um forte teor alternativo, ou seja, fugia dos trâmites legais, oficiais e ainda tinham um teor mais político. Na verdade, esta imprensa nanica, pode ser considerada uma mistura de elementos alternativos e contraculturais, até mesmo porque estes dois conceitos perpassam por múltiplas definições.

²⁵³ VILELA, Gileide et al. **Os baianos que rugem: a imprensa alternativa na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1996, p.123.

Chico Pinto, Rômulo Almeida e outros, compondo uma equipe com profissionais e colaboradores das mais diversas áreas de atuação.

Todavia, nos interessa de imediato o jornal *Verbo Encantado* para entendermos como emergiu o periódico especializado em turismo do Governo da Bahia: a revista *Viverbahia*. Mas o leitor deverá se perguntar qual a relação existente entre um jornal dito contracultural e um periódico oficial do governo em plena ditadura militar? É de se discutir a questão se o *Verbo* era mesmo de contracultura, pois na acepção da historiadora Heloísa Faria Cruz não podemos caracterizar um periódico como um todo, dando-lhe uma alcunha de “liberal”, “conservador” ou “alternativo”, mas sim, entendê-lo em seu contexto específico de atuação.²⁵⁵

Um pouco do que expressa esta vontade alternativa foi assim demonstrada por Armindo Bião, um de seus idealizadores,

O **Verbo**, por seu prenome, parece representar uma busca pela modernidade. De fato, seu primeiro editorial afirma "verbo é o que distingue uma coisa da outra". Trata-se bem aí da busca do racional e do razoável. No entanto, em seu sobrenome, na palavra **Encantado**, define-se o substantivo "verbo" em combinação com o "mito" e, portanto, como algo, aparentemente, contraditório com essa ideia bem lógica de modernidade, mas bem, também, de acordo com um novo ar do tempo, bem mais complexo, que parecia, então, querer surgir.²⁵⁶

O *Verbo Encantado* circulou junto à grande imprensa, como encarte da *Tribuna da Bahia*, tinha uma tiragem razoável, chegando até a 50 mil exemplares, e era vendido nas bancas. Tinha um número bem tímido de anunciantes. Pela sua materialidade não poderia ser classificado como alternativo, já que, “a cultura alternativa também pode ser considerada como um meio encontrado por poetas, artistas, músicos, jornalistas (entre outros), para veicular suas produções na sociedade usando meios não convencionais pra um padrão pré-definido de cultura”.²⁵⁷ O caráter mais alternativo advinha de seu conteúdo e estilo linguístico, aproximando-se mais de uma forma usual e coloquial, rompendo assim a rigidez da ditadura militar.

²⁵⁴ *Idem.*

²⁵⁵ CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, nº 35, dez. 2007: 253-270.

²⁵⁶ Disponível em: <<http://armindobiao.blogspot.com.br/2011/07/o-verdadeiro-verbo-encantado.html>>. Acesso em: 27 Out. 2011.

²⁵⁷ MOREIRA, Sônia Virgínia. As alternativas da Cultura (anos 60/70). In: STOTZ, Eduardo Navarro et al. **Vinte anos de resistência**: alternativas da cultura no Regime Militar. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p. 29.

A primeira constatação sobre o *Verbo* é que uma parte dos jovens que iniciaram este projeto foi arregimentada para a *Viverbahia*. Nos anos iniciais, contou com Armindo Bião²⁵⁸ na condição de editor dos vinte e um primeiros volumes, e depois com os jornalistas Luciano Diniz e Caio Navarro Filho, além da equipe técnica de fotografia e editoração. Outros jornalistas, como Enéas Guerra do *Boca do Inferno*, também fizeram parte da *Viverbahia*.

Armindo Bião conta como foi o contato que lhe possibilitou ingressar no projeto da *Viverbahia* na ocasião dos festejos juninos na cidade de Cachoeira:

De fato, fiquei mais uns dias no chalé, colaborando com Roberto Pinho²⁵⁹ e Nando (citado na letra da canção "Meu nome é Gal"), na pós-produção da festa, que incluía a Feira do Porto, o São João propriamente dito e a celebração da vitória local na Guerra da Independência, de 25 de junho... e pudemos conversar muito... Assim surgiu o convite de Roberto para que eu fosse trabalhar na BAHIATURSA, no grupo que ele estava então formado para cuidar de pesquisa e produção editorial, na esteira do projeto iniciado por François Benhamou... o que resultou na revista **ViverBahia**, palavras que proferi juntas para isso, na esteira do **Verbo Encantado**, onde eu fizera o mesmo, mas como parte agora de um grupo também liderado por Alex Peirano Chacón, com Enéas Guerra Sampaio, Toinho Cientista (depois eu levaria amigos, Luciano Diniz, Carlos Ribas, Aristides Alves, Marco Antonio Queiroz, José Cerqueira Filho, da aventura do **Verbo**)... Buscava-se afirmar a singularidade baiana, em termos de turismo, e fugir do tradicional SSS (*sex, sun and sea*)... e viu-se que seria bem a forma de viver dos baianos que deveria ser o foco de tudo... De 1972 a 1975, além de trabalhar ao lado de Antônio Miranda em vários outros sãos jões e feiras do porto em Cachoeira, de viajar muito por toda a Bahia e produzir diversos folhetos, fui editor de 21 números dessa revista (oficial, mas com linguagem e diagramação bem experimentais, talvez até "algo desbundada", como o **Verbo**...).²⁶⁰

A segunda questão que nos interessa é perceber quais as influências que o Verbo representou na construção de narrativas identitárias que incrementaram a proposta de *Viverbahia*. Qual "baianidade" é possível apreender do Verbo? Gileide Vilela nos propõe a seguinte ideia

²⁵⁸ Armindo Bião, baiano de Salvador, ator e encenador, licenciado em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (1975), especialista em Ecoturismo Cultural pela SUDENE/ EMPETUR (1978), mestre em Interpretação Teatral pela Universidade de Minnesota (EUA, 1983), mestre (1987) e doutor (1990) em Antropologia Social e Sociologia Comparada pela Universidade René Descartes Paris V Sorbonne (França) e pós-doutor em Estudos Teatrais e Literários. Durante os anos de 1973 e 1975 foi editor da *Viverbahia* e de várias séries de folhetos de promoção turística. Dados extraídos da plataforma Lattes.

²⁵⁹ Um dos fundadores e responsável por algumas ações do Centro de Estudos Afro-Orientais, CEAO, que na década de 1960, a partir da Bahia, inaugurou as políticas de aproximação entre o Brasil e a África. Participou dos projetos de revitalização do Recôncavo Baiano e, dentre eles, o tombamento e conversão de Cachoeira em Monumento Nacional.

²⁶⁰ Depoimento de Armindo Bião, disponível em: <<http://armindobiao.blogspot.com.br/search/label/Verbo%20Encantado>>. Acesso em: 27 Out. 2011.

A ausência de censura nos seus 22 números pode indicar tanto o pequeno alcance social do jornal quanto à sua priorizada idealização da baianidade. Ser baiano ali significava “não estar nem aí” para a textura autoritária do regime, nem para reação ética, mas equivocada, da esquerda convencional, presa a posturas políticas e manifestações culturais inadequadas.²⁶¹

A partir do depoimento de Álvaro Guimarães, um dos editores do *Verbo*, percebemos que a proposta do jornal, apesar de dizer que não tinha linha editorial,²⁶² optava pelo não engajamento em partido político ou quaisquer outras agremiações políticas. O estilo de vida estético, ou melhor dizendo, a aparência física, demonstrava algo meio deslocado, uma das características do movimento contracultural, que almejava “um desejo de viver o presente, diluindo-se a noção de futuro”²⁶³, atitude que não excluía o enfrentamento ao autoritarismo. Afirmava ele que,

Nós tínhamos pressões de outro tipo, éramos todos cabeludos como a época mandava, usávamos brincos, calças de cetim com barriguinha de fora, alguns mais ousados usavam batom, todo aquele modelito era muito chocante... Tinha a coisa da androgenia muito forte...²⁶⁴

O relato demonstrava um estilo de vida mais alternativo, esta “baianidade” que representou o “verão do desbunde” na virada de 1971/1972 – período em que o jornal circulou. No entanto, nos arriscamos a dizer que o *Verbo* rugia por uma Bahia alternativa, mas que também serviu de propaganda turística, levemente, mas cumpriu este papel. Os que queriam “Paz e amor” eram convidados a visitar a praia de Arembepe no litoral norte baiano, atração para um público hippie, pois,

²⁶¹ VILELA, Gileide et al. **Os baianos que rugem**: a imprensa alternativa na Bahia. Salvador: EDUFBA, 1996, p. 118. s

²⁶² Quando perguntado pela leitora Maria da Glória da Tijuca- Rio de Janeiro sobre “Qual a linha editorial do *Verbo*?” Os editores responderam: “ E tem linha? Editorial tem, sempre. Na página atrás da frente. Uma única linha. Corrente”. In: Cartas do Leitor. **Verbo Encantado**, nº 14, janeiro, 1972. Em outro depoimento o leitor de Salvador perguntava: “ Não entendo a linha do *Verbo*. Toda vez que algum leitor indaga seriamente recebe evasivas como resposta. Então?”. Os editores responderam: “Meu santo, já foi dito e cantado que *Verbo* não tem linha. Quem tem linha é costureira, e linha Corrente. Nós apenas deixamos livre a cuca e a pena”. In: Cartas do Leitor. **Verbo Encantado**, nº 15, fevereiro, 1972.

²⁶³ LEÃO, Raimundo Matos de. **Transas na cena em transe**: teatro e contracultura na Bahia. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 35

²⁶⁴ GUIMARÃES, Álvaro. Apud, VILELA, p. 118.

“Arembepe continua lá. Em todos os planos, planejamentos, todos os campos de batalha, de lida, labuta, de transa e tranza”.²⁶⁵

A apelação à estação do verão, o convite ao sol e às praias, um apelo ao *modus vivendi* que representaria uma Bahia mais afeiçoada à informalidade e distante da dita cultura oficial foi uma de suas marcas. Os editores afirmavam, “já estamos bem espalhados por aí pelo país, aumentamos a tiragem e cada vez a luz é maior, é verão”.²⁶⁶

O *Verbo* se auto definia como “superastro nacional, baiano, brasileiro, universal. Hoje poeta come amendoim, o Verbo come coentro, feijoada, cultura, tempero e glória”.²⁶⁷ A partir desta citação evidenciamos sua circulação nacional e sua designação como baiano legítimo, acusado até de “bairrista” na opinião de uma leitora carioca:

Alô Bahia, aí vou eu curtir o verão com vocês. O Verbo já me ensinou tudo. Tou sabendo já das praias, da festa, da Bahia toda. Acabo de ter uma discussão com meu irmão, ele acha que o Verbo é um guia turístico da Bahia feito por um grupo de baianos bairristas. Brigamos, mas fizemos logo as pazes quando resolvemos viajar. Partimos depois de amanhã. Deixem um pedacinho de mar pra gente. Prometi a meu irmão pedir a vocês para manerarem um pouco no bairrismo, é mesmo, manerem um pouco.²⁶⁸

O *Verbo* buscava ser mais realista na apresentação dos lugares soteropolitanos, por exemplo, sobre o Maciel, a revelação de que o “brega”, ou prostíbulo, era a céu aberto.²⁶⁹ Nesta mesma edição uma crítica ao péssimo estado de conservação do elevador Lacerda, principal via de acesso entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta.

Este aspecto nos ajuda a compará-lo com a *Viverbahia*, que será melhor analisada na próxima seção, ao percebemos que nos símbolos identitários confluíam em muitos aspectos, ao apresentar uma Bahia de praias, de Sol, de “prazeres”, mas divergiam em relação à apresentação dos conteúdos. No *Verbo*, Bião é irreverente, e até satírico; em *Viverbahia*, divulga as liturgias e rituais cristãos, apresentava, grosso modo, uma Salvador sem contradições, afinal de contas, acredito, o consenso servia melhor quando se tratava em atrair pessoas para o local.

²⁶⁵ Editorial. *Verbo Encantado*, nº 19, março, 1972.

²⁶⁶ Editorial. *Verbo Encantado*, nº 13, janeiro, 1972.

²⁶⁷ Editorial. *Verbo Encantado*, nº 16, fevereiro, 1972.

²⁶⁸ Cartas do Leitor. *Verbo Encantado*, nº 12, janeiro, 1972.

²⁶⁹ A flor do Maciel. *Verbo Encantado*, nº 12, janeiro, 1972, p. 20.

Acrescento ainda que, para além da afirmação de um jornalismo eminentemente baiano, a proposta do *Verbo* aliava uma representação identitária dos baianos que mostrava os elementos afro-populares, os filhos da terra, aos aspectos mais universais da contracultura, como por exemplo, a música rock internacional.

Uma das nossas hipóteses é de que a institucionalização da cultura durante a ditadura, principalmente com a criação de órgãos como o CEC, limitava e selecionava o apoio do Estado para as publicações. Portanto, uma imprensa “alternativa” foi esquecida pelo poder público, interessado mais em divulgar e publicar produtos vendáveis e, por outro lado, obras que ajudassem na consolidação de um projeto de integração.

Existiu, na verdade, uma espécie de censura econômica, e as dificuldades financeiras falaram mais alto, tanto que boa parte dos editores foi parar na estrutura do governo. Armindo Bião chegou mesmo a declarar que seu ingresso na *Viverbahia* ajudou a pagar as dívidas que o *Verbo* deixou.

No Brasil uma extensa jurisdição tratou da censura aos materiais para leitura. No entanto, seria bastante simplista afirmar que a extinção destes “nanicos” se deve apenas à censura durante a ditadura militar brasileira. Para a Bahia esta hipótese está descartada. Na Bahia não foi o endurecimento do regime que fez surgir os alternativos, como o foi em São Paulo e no Rio, e nem tampouco o engajamento político, acreditamos que foi mais uma necessidade de se fazer uma “imprensa baiana”, de renovar os seus códigos internos e principalmente de propor e mostrar uma sociabilidade diferente do modelo habitual, apimentada com traços baianos.

Com a chegada de Bião à *Viverbahia*, adotou-se uma linguagem diferente para abordar a “propaganda” turística, que em muito contribuiu para propósitos mais mercadológicos e vinculados à divulgação de uma “baianidade” que servisse como atrativa para o turismo. É do que trataremos nas próximas páginas.

3.2 *Viverbahia*: uma revista especializada em turismo

O Brasil de finais dos anos 1960 e início dos 1970, ainda era um país em vias de se urbanizar e modernizar. O Sudeste do país já havia ultrapassado o número de pessoas vivendo nas cidades, em detrimento do campo. No Nordeste brasileiro, em especial na Bahia, a população ainda era predominantemente rural e vivia no

interior.²⁷⁰ Salvador tornava-se uma metrópole aos poucos, mas ainda guardava “ares” do passado.

Em relação à escolaridade, a maioria das pessoas ainda estava excluída do mundo das letras, mesmo a Ditadura Militar tendo implantado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) numa tentativa de se diminuir o número de analfabetos e iletrados. Na Bahia, o contingente estatístico de leitores não era dos melhores. Ao consultarmos o Anuário Estatístico da Bahia no ano de 1972, por exemplo, vimos que os índices de analfabetismo chegavam a quase metade dos baianos e a um terço dos brasileiros.

Os leitores baianos se restringiam a um público universitário, a uma classe média emergente e em ascensão, devido à possibilidade de emprego com a chegada das indústrias, e a poucos que se aventuravam no mundo da leitura. O rádio ainda se constituía como veículo importante de informação. Ao seu lado, com mais intensidade a TV chegava aos lares daqueles que podiam adquirir o equipamento. Os grandes jornais circulavam regularmente e as revistas nacionais também, a exemplo de *Veja* e *Manchete*, tendo esta última alcançado tiragens elevadas, batendo os 200 mil exemplares.²⁷¹ Vale lembrar que mesmo a censura estando em voga, *Viverbahia* não foi atingida, afinal de contas foi editada no governo dirigido pelos aliados dos militares.

De modo geral, o cenário para a imprensa escrita não era dos melhores, apesar de circularem grandes jornais diários, algumas poucas revistas científicas e culturais. O que dizer então de um periódico especializado em uma atividade pouco explorada até então na Bahia? *Viverbahia* apareceu no mercado editorial baiano em novembro de 1973 como um periódico especializado em turismo, um dos pioneiros no Brasil. Seu surgimento marcou a substituição de uma série de folhetins promocionais da Bahiaturisa que circulavam na capital baiana e que não tinham uma regularidade de distribuição. Em seu primeiro editorial ficamos cientes dos seus objetivos:

²⁷⁰ Nos anos de 1950 a população urbana era de apenas 25,87%, nos anos 1960 era de 33,55% e nos anos 1970 este número aumentou para 41,41%. Estas informações foram retiradas do ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador: SEI, V. 1, 1972.

²⁷¹ Sobre a circulação dos bens culturais e a indústria cultural, ver. ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense. Sobre a TV na Bahia ver o excelente artigo de MATOS, Rita de Cássia Aragão e MABEL, Sarah. **Flagrantes em Tela: A Televisão na Bahia (1960-1985)**. III Encontro Baiano de Estudos em Cultura, CULT. UFRB, Cachoeira, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/Flagrantes-em-Tela-A-Televisa%C3%83%C3%89o-na-Bahia-1960-1985.pdf>>. Acesso em: 16 Jun. 2012.

O petróleo tem quentura; a pimenta faz chiar; calculem dessa mistura que fogo vai resultar! Viver poesia e fantasia atento à rima e ao real porque o sol queima, o mar molha e o fogo arde. Viver Bahia revista de informações turísticas substitui os folhetos mensais de eventos e acrescenta novos temas, hotéis, comes e bebes, serviços. É resultado impresso da mistura homem natureza. Para viver Bahia há que se conhecer o povo caboclo moreno mulato. Águas, terras, ares, mato, por inteiro esta revista informa.²⁷²

Pela primeira vez houve a preocupação de se ter um veículo de informações turísticas, financiado e organizado pelo órgão oficial de Turismo. Como vimos acima, a revista indica que uma de suas preocupações é informar, mas não somente; a nosso ver, contribuiu como espaço de veiculação de representações da Bahia e dos baianos que ajudaram a reconstruir uma identidade local/regional.

A sua linha editorial vai neste sentido, divulgar a Bahia e suas potencialidades turísticas, retratando aspectos que remetem a uma identidade particularizada. Mas sobre isto exploraremos nas páginas seguintes em outra seção. Além disso, a revista era parte de um projeto maior, como afirmava Manoel Castro, presidente da Bahiatura, em inauguração da Central de Informações Turísticas da Praça da Sé, no centro de Salvador:

Para nós é motivo de grande alegria a entrada em funcionamento desta Central de Informações. Com ela completa-se a estrutura básica do sistema de atendimento turístico que conta hoje com postos nos pontos mais estratégicos e de maior influência de turistas e de uma equipe de mais de 30 recepcionistas, além de um trabalho regular de impressão de mapas, roteiros e a revista Viverbahia, ou seja, toda uma linha editorial destinada a prestar informações amplas, exatas e atualizadas aos turistas.²⁷³

Estas centrais estavam espalhadas por toda cidade. Além da Sé, existiam mais oito: no Aeroporto, na Estação Rodoviária, no Mercado Modelo, na BR 324, Km 23, próximo ao Posto da Polícia Rodoviária na entrada da cidade, no Ferry-Boat, na Igreja de São Francisco no Centro Histórico, no Porto da Barra e na Igreja do Bonfim. Eram nos pontos estratégicos de visitação e nos locais de estadia do turista onde a *Viverbahia* podia ser encontrada. Só para lembrar ao leitor que este projeto

²⁷² Editorial. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatura. Ano I nº 01, p. 02, nov. 1973.31 p. Mensal. O trecho em negrito foi uma transcrição feita pela revista do poeta baiano Lulú Parola, num programa de rádio em 1940.

²⁷³ Governador inaugura Central de Informações Turísticas. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Salvador, 3 de janeiro, 1975, pp.1-2. Nesta matéria encontra-se o depoimento de Castro.

da Central de Informações integrava o Sistema Estadual de Turismo, da qual fazia parte a Bahiatursa e que marcaria a fase de profissionalização do turismo baiano.

O espaço de atuação da *Viverbahia* era a esfera pública e seu tempo o presente, aliás, consoante Tânia Luca, as revistas intervêm para deixar sua marca no presente, fato que a converte em um objeto histórico e passível de ser historicizada. Elas não estão interessadas no futuro como o livro, “pode-se afirmar que as revistas ocupam um lugar intermediário entre a transcendência dos livros e a transitoriedade dos jornais”.²⁷⁴ Este dado até pode nos parecer desfavorável, mas contraditoriamente, pode ser útil para nos revelar a relação que tinha com seu contexto político, cultural ou econômico e também, as formas de se relacionar com ele.

A partir do que diz Manoel Castro, que também fazia parte do Conselho Editorial da *Viverbahia*, percebemos esta vontade de intervir no presente:

Independentemente do papel que a revista possa cumprir como elemento de defesa e valorização do patrimônio turístico e, em especial, das nossas manifestações artísticas e culturais, parece-nos inquestionável o fato dela poder desempenhar simultaneamente importante papel na fixação do visitante, aumentando a sua permanência e contribuindo de modo relevante para aumento da receita turística, justificando, também, no campo econômico merecer o apoio da área empresarial.²⁷⁵

A imprensa, a nosso ver, deve ser entendida como porta-voz dos interesses de determinados grupos sociais que disputam projetos na sociedade. A *Viverbahia* como uma publicação do governo cumpria a função de fomento ao turismo, ao tempo que buscava se vincular aos grupos empresariais que desfrutavam diretamente do turismo. Além das empresas públicas que vinculavam suas propagandas na revista como o Banco do Estado da Bahia - Baneb e o Desenbanco, grandes empresários do ramo hoteleiro, a exemplo do grupo proprietário do Hotel Meridien, e as companhias aéreas, como a Varig, interessadas em maior fluxo de visitantes para Bahia, anunciavam em *Viverbahia*. Enfim, não era somente um projeto governamental, interessava em muito à iniciativa privada.

Por outro lado, havia uma preocupação com um alinhamento entre o incentivo à vinda dos visitantes para fins exclusivamente turísticos, aliada aos aspectos

²⁷⁴ LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

²⁷⁵ Editorial. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II nº 18, Mar. 1975.34 p. Mensal.

culturais da Bahia, que abrangia monumentos históricos, a cultura popular e as manifestações artísticas baianas. Manoel Castro validou esta premissa em depoimento:

A decisão de editar *Viverbahia* foi determinada pela carência de informações especializadas e sistemáticas sobre serviços, equipamentos e eventos de interesse turístico no nosso estado. A iniciativa objetivava ainda, oferecer um moderno e ágil instrumento editorial de informação e divulgação das manifestações culturais na Bahia, face ao entendimento de que a importância do setor turístico, como uma atividade de real significação econômica no âmbito estadual, está solidamente vinculada ao seu ambiente cultural e artístico.²⁷⁶

Viverbahia, portanto, é um espaço de articulação de um projeto e não somente de divulgação dele. Fazia turismo de caráter cultural. Esta afirmação, em nossa opinião, servia como resolução do impasse para o binômio cultura/turismo. A revista resolvia em seu projeto editorial as fissuras entre a proposta cultural do CEC e os tecnocratas do turismo. Ela seria a “comunhão” dessa dicotomia.

Este argumento é pautado numa correlação entre o plano prático e em nível das representações da Bahia e dos baianos, que incorporavam valores da cultura afro-baiana e também dos elementos mais tradicionais de uma cultura das elites. Assim, *a priori*, nem o turismo desvirtuava a cultura e nem a cultura deixava de ter o seu espaço, pelo menos é o que me parece. Isto acontecia em várias vias: a) os monumentos históricos como locais de visita, logo, forçando o poder público a garantir sua preservação; b) os intelectuais e sujeitos da cultura apareciam na revista apresentando suas atividades para reconhecimento da comunidade baiana; c) a apresentação do turismo como a “indústria sem chaminés”, viável economicamente para o estado, ao mesmo tempo que servia de fomento à cultura.

A partir deste depoimento, ratificamos nossa análise de que a revista cumpria o papel de fomento ao turismo, aliando o antigo ao novo,

O que oferece *Viverbahia*, comida, bebida, coisa antiga e nova, o que ver ouvir e viver a terra, a gente, oferece realidade, folia e prece. E como aranha vive do que tece iluminada pelos céus do mundo e lua. Estrelas, mar que espelha o sol, apontando Bahia, como esta revista aponta a seguir o que a Bahia oferece.²⁷⁷

²⁷⁶ *Idem. Ibidem.*

²⁷⁷ **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano I nº 01, p. 12, nov. 1973.31 p. Mensal.

Sobre a degradação do Pelourinho, palco de discussão polêmica quando se tratava de sua restauração, da intervenção do estado e da opinião dos intelectuais sobre possíveis soluções, a revista era otimista, afinal de contas, em praticamente todas as edições ele aparecia como um dos principais atrativos da Bahia. *Viverbahia* assim resolvia o impasse, afirmando que

Este quadro só começou a ser modificado nos últimos anos, quando algumas artistas instalaram seus “ateliers” na área, e a indústria do turismo descobriu a importância e a beleza dos monumentos arquitetônicos do Pelourinho.²⁷⁸

Viverbahia circulou entre novembro de 1973 e junho de 1980, quando deixou de existir, segundo Paulo Gaudenzi, devido aos altos custos e um não retorno do custo-benefício. Foram 50 edições recheadas de informações, com a divulgação das manifestações culturais e serviços que nos possibilita reconstituir um pouco da História da Bahia durante estes anos. Décadas mais tarde, a revista voltou a ser editada, em 1999, por um grupo privado, a Cooperativa de Comunicação e Marketing (Coopercom), mas sob autorização da Bahiatura para usar o título original, e no Governo Jacques Wagner (2006), mais precisamente em 2007.²⁷⁹

Podemos dividir a sua proposta editorial em dois períodos, ou melhor, duas fases, marcadas por momentos distintos da atividade turística no estado e também por equipes editoriais diferentes. A primeira fase correspondeu aos primeiros 21 números, sob a editoria de Armindo Bião e boa parte da equipe que integrou o *Verbo Encantado*. Esta fase foi marcada por um processo de experimentação gráfica, uma linguagem mais poética e lírica e até nos arriscamos falar que a revista ensaiou aspectos contraculturais. A segunda fase, mais formal nos aspectos jornalísticos, representou a consolidação de um projeto gráfico afeiçoado aos trâmites comerciais.

Em formato impresso, tamanho pequeno se comparada aos periódicos convencionais, monocromática, se preocupou em mostrar a Bahia através de uma linguagem simples que aproximasse o leitor ao conteúdo por ela exposta. Enfatizava a vivência do povo da terra, se baiano, e se turista ao que eles visitassem. Desta forma:

²⁷⁸ Pelourinho 1976. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatura. Ano III nº 33, p. 20. Jun. 1976. 40 p. Mensal. A matéria retratava a controvérsia do nome pelourinho e falava da recuperação e suas etapas, enaltecendo a ação governamental.

Sobre o modo de falar dos baianos, temos a dizer que é, como todo o falar, algo que só ouvindo ou falando. Escrever é outra coisa que só lendo e escrevendo. *Viverbahia* é de redação baiana própria, por nascença e vivência. Assim também os jornais e revistas baianas. *Viverbahia* é parcela. É a parte desta imprensa que se especializou em Bahia: a terra, o povo, seu tempo. Sua linguagem é filtro de uma imagem vivenciada dia a dia no trabalho e fora dele. Experiência acumulada também na teoria. A técnica da vivência e esta, daquela.²⁸⁰

O nome da revista expressava um propósito nítido: “viver a Bahia”, sentir seu cotidiano era objetivo que a revista fazia valer aos seus visitantes. Seus editores apostavam nos passeios pela cidade, tais como as opções de visitação aos monumentos e às praias, na visibilidade da cultura local, expressa pelas festas populares, principalmente o carnaval – destaque na revista - e pelo (re)conhecimento da religiosidade afro-baiana, dentre outros elementos. Sobre a capoeira, por exemplo, mais uma característica da cultura local, não bastava apenas saber da sua existência, era necessário também a participação e o conhecimento de cada movimento:

Quando circular pelas ruas de Salvador, principalmente se for um sábado, você encontrará rodas de capoeira. Uma outra manifestação própria da terra, que é motivo da principal reportagem desta edição. Nas cinco primeiras páginas, você vai saber o que significa o “aú”, “benção”, “cocoinha”, “rabo de arraia” e outros golpes e contra-golpes utilizados pelos negros para se defenderem dos senhorios, nas fugas por dentro do mato. A beleza plástica da dança-luta e a agilidade dos seus movimentos serão melhor apreciados se você estiver sabendo a finalidade de cada movimento, o ritual da luta.²⁸¹

No entanto, alertava que não bastava apenas a visitação e o conhecimento, mas que era preciso saber participar, principalmente quando se tratava dos rituais religiosos. Desta forma, sugeria ao turista:

Se você nunca foi a um candomblé da Bahia, observe as seguintes regras: não leve máquina fotográfica; observe logo ao chegar onde se colocam os homens e as mulheres antes de escolher onde ficar; bermuda; shorts roupa preta em geral, não dão entrada; se mandarem fazer uma coisa faça: o mínimo é aceitar regras há séculos já testadas.²⁸²

²⁷⁹ Em 1999 e no ano 2000 foram números isolados e a partir de 2007, sua veiculação foi sequencial.

²⁸⁰ Editorial. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II nº 21, jun. 1975. 40 p. Mensal.

²⁸¹ Editorial. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II, nº 25, out.1975. 40 p. Mensal.

²⁸² Editorial. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano I, nº 08, ago.1974. 40 p. Mensal.

Ao pesquisar referenciais bibliográficos sobre a revista *Viverbahia*, encontrei muito pouca coisa, na verdade apenas dois trabalhos. O artigo de Milena Oliveira²⁸³ num congresso para jornalistas e uma dissertação da área de linguística, da autoria de Jacqueline Marcelino, sobre uma fase recente da revista (mais especificamente o ano de 2008).²⁸⁴ Há um grande desconhecimento por parte da segunda autora citada a respeito da primeira versão da revista nos anos 1970. Jacqueline Marcelino enfatiza, em seu trabalho, as traduções em inglês das matérias veiculadas pela revista de dois eventos importantes, o carnaval e o São João. Na fase inicial da *Viverbahia*, não encontrei registros de matérias bilíngues, apesar da existência de um público internacional e de pedidos de alguns leitores por matérias em língua estrangeira.

Já o artigo de Milena Oliveira faz um estudo sobre a trajetória editorial da revista, especialmente na sua primeira fase. Entretanto, não analisa a revista em sua totalidade e nem a insere no contexto mais amplo das políticas públicas do turismo – aspecto que não desmerece o seu trabalho. Também não explora o conteúdo identitário com mais abrangência, aspecto prioritário em nossa análise. Alguns equívocos que se referem à observação mais empírica da revista são cometidos pela autora, a exemplo do destaque dado a uma seção chamada por ela de “Perfis”, inexistente por sinal.

Milena Oliveira chega a afirmar sobre a *Viverbahia* que “suas reportagens não eram necessariamente elaboradas com base em fatos concretos, que estivessem no centro das atenções”.²⁸⁵ Talvez o que quisesse falar era que o tipo de jornalismo que *Viverbahia* fez não estivesse interessado, por exemplo, em noticiar fatos diários como cobertura de acidentes, jogos esportivos, noticiário político etc. A revista foi grande divulgadora de discussões em pauta na Bahia no que se referia ao seu desenvolvimento econômico, foi debatedora das questões culturais, trazendo matérias de cunho informativo sobre as atividades artísticas. Cobriu noticiário esportivo de forma diferente, resgatando figuras esportivas de grande importância, mas desconhecidas do público, como a tenista baiana Patrícia Summers

²⁸³ OLIVEIRA, Milena C. **Elementos para uma história da imprensa na Bahia:** a revista *Viverbahia*. GT História da Mídia Imprensa. Florianópolis, abril de 2004. Disponível: <www.almanaquedacomunicacao.com.br/files/others/milena_oliveira.doc>. Acesso em: 08 fev. 2012.

²⁸⁴ MARCELINO, Jacqueline Laranja Leal. **Análise do processo tradutório sob a perspectiva discursiva:** reportagens turísticas da revista *ViverBahia* sobre festas populares. Salvador, Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Humanas. Campus I. Universidade do Estado da Bahia. 2011.

Medrado,²⁸⁶ tricampeã nacional no esporte. Do ponto de vista econômico, propagandeou, principalmente, o processo de modernização da Bahia, positivando-o.

A grande contribuição percebida por nós do referido artigo foi a percepção da mudança de sua equipe editorial e consequentemente do formato da revista. O problema é que Milena Oliveira aponta que tal mudança de perspectiva se deve ao ingresso de jornalistas profissionais e à saída da equipe anterior. Faço, porém, uma análise divergente, pois, depois da saída de Armindo Bião, dois de seus colegas do *Verbo* assumiram o conselho editorial, portanto, a perspectiva não mudou tanto assim. Na verdade, nos idos de 1975, período de grande fluxo de visitantes, o turismo na Bahia passou a crescer vertiginosamente, fato que exigiu da revista uma maior preparação, qualidade e maior poder de informação.²⁸⁷ No entanto, continuou preservando muitas de suas características da primeira fase, como a ênfase numa linguagem mais alternativa.

A segunda fase começou com a edição de número 21 de junho de 1975, tendo Luciano Diniz como editor, que participou da experiência do *Verbo Encantado*. Armindo Bião ficou como gerente da APRO, a Agência de Programação, responsável pela edição de *Viverbahia*, que desde o início de sua publicação foi financiada pela Secretaria da Indústria e Comércio. A partir deste momento, Bião se retira do projeto de *Viverbahia* para não mais voltar.

As edições nº 01 e 02 tiveram uma tiragem de 9 mil exemplares e a partir da terceira edição até à vigésima primeira, ou seja, durante a primeira fase, ela foi acrescida para 10 mil exemplares, vendidos nas bancas de jornais de Salvador pelo valor de CR\$ 2,00. Nas centrais de informações ela era também vendida, mas às vezes distribuída gratuitamente. A revista também era disponibilizada em forma de assinaturas.

Nas primeiras edições de sua segunda fase, houve um aumento vertiginoso dos números, sua tiragem passou para 30 mil exemplares nas edições nº 23 e nº 24 (respectivamente, agosto e setembro de 1975), para daí em diante e até

²⁸⁵ OLIVEIRA, Milena C. *Op. cit.* p.4

²⁸⁶ O tênis chegando mais. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano V, nº 44, pp. 44-48. jul/set 1978.64 p.Trimestral.

²⁸⁷ Em 1975, por exemplo, *Viverbahia* informa que, segundo estudos da Bahiatursa, 92.566 pessoas se hospedaram em hotéis de Salvador e, no mesmo período, em 1976, 139.085 mil turistas se hospedaram, registrando um grande aumento. Fluxo turístico. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III nº 31, p. 30, abri/mai 1976.40 p. Mensal.

o quinquagésimo número (último exemplar dessa fase, datado de junho de 1980), se estabilizar em 20 mil exemplares. Luciano Diniz continuou como editor até o número nº 23 (agosto de 1975), sendo sucedido pelo jornalista Caio Navarro Filho, também de experiência participativa no jornal *Verbo Encantado*, que ficou na coordenação do projeto até outubro de 1976, na edição conjunta de nº 36/37. A partir daí *Viverbahia* ficou sob a edição do também jornalista Césio Oliveira até o encerramento de suas atividades em junho de 1980.

Durante esta segunda fase, a revista passa a explorar mais as cores, com um formato maior, chegando a ter 64 páginas em muitas edições. Até a edição nº 33 (junho de 1976), *Viverbahia* circulou mensalmente, passando depois a ser bimensal e trimestral nas últimas edições, fato que demonstra as dificuldades financeiras.

A seção “tabloide de serviços”, que existia desde seu primeiro volume, fica mais completa, com o aumento de páginas e trazendo mais informações sobre transportes, pequenos mapas de áreas turísticas de Salvador, além de endereços, telefones de hotéis, pousadas, restaurantes e bares. As alternativas culturais como teatros, galerias de arte, exposições nos museus da cidade, cinema, passam a ser mais divulgadas para os turistas, que só se queixavam da falta de indicação dos preços dos serviços. Os candomblés também eram divulgados em uma seção especial.

Na segunda fase, além das modificações nas feições gráficas aconteceram outras mudanças que foram além da materialidade do periódico, pois, a nosso ver, incrementaram ainda mais os objetivos do seu projeto editorial. Três novas seções foram criadas: “Monumentos”, “Cultura” e “Imagem”.

Na seção “Monumentos”, eram mostrados dois monumentos baianos por página, acompanhados de fotografia, detalhe que influenciava na escolha do turista ao visitar. Uma comparação com o CEC se faz necessária. Enquanto este estava preocupado com a preservação dos monumentos baianos, *Viverbahia* fazia o trabalho de divulgação deles, contando sua história e principalmente as coisas que os turistas pudessem ver. Vale ressaltar que a narrativa tinha característica factual, focado em datas e nos grandes acontecimentos que se relacionavam ao monumento destacado, como foi o caso do Forte de São Marcelo. Ademais, o leitor/ turista teve acesso há um variado acervo do patrimônio material, ainda remanescente, principalmente de Salvador.

A seção “Cultura” se restringia a apenas uma página, que além do texto trazia junto consigo uma fotografia de uma personalidade baiana abordada, geralmente em seu local de atuação. Nomes já carimbados no seio intelectual baiano apareceram para o grande público. Era intenção da revista mostrar, também, que nem só de praias, sol e curtição viviam os baianos. O leitor tinha em mãos um texto que abordava a vida de algum baiano que se dedicou a uma atividade de relevo intelectual, seja na universidade, ou mesmo à frente de algum movimento cultural. O antropólogo Thales de Azevedo, por exemplo, apareceu na edição nº 31 (maio de 1976),²⁸⁸ apresentando uma pesquisa então recente sobre “o namoro à antiga”. A revista enfatizava, ainda, a importância deste baiano na consolidação da antropologia brasileira enquanto ciência.

O professor da UFBA Valentin Calderón, à época diretor do Museu de Arte Sacra da Bahia, lembrava aos baianos a importância das pesquisas sobre a pré-história do estado e o interesse, transcreve a revista, pela “indiscutível importância em manter, conservar e visitar os museus tanto para a população local quanto para os turistas”.²⁸⁹ Os museus também eram lembrados como pontos de visitação turística.

As pesquisas na área de etnologia e história da Bahia foram divulgadas a partir da importância do historiador Frederico Edelweis na criação do Centro de Estudos Baianos da UFBA²⁹⁰, mas também, paralelo à divulgação da produção intelectual, vale registrar que nesta mesma seção, baianos alertavam sobre problemas vigentes na sociedade. Foram os casos de José Carlos Capinan, na edição nº 25,²⁹¹ ao escrever a coletânea de contos “Ciclo de navegação”, no qual dissertava sobre o ocultamento da importância da cultura popular da Bahia face ao processo de comercialização da mesma; e do antropólogo Pedro Agostinho, professor da UFBA, que alertava para o extermínio não só biológico, mas cultural dos povos indígenas baianos.²⁹²

²⁸⁸ Thales um antropólogo analisa o amor à antiga. Seção Cultura. In: **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III nº 31, p. 36, abri/mai 1976.40 p. Mensal.

²⁸⁹ O estudante das artes de toda a humanidade. Seção Cultura. In: **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III nº 27, p.11, dez. 1975.40 p. Mensal.

²⁹⁰ Edelweis basta falar de biblioteca. Seção Cultura. In: **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III nº 33, p.15, jun. 1976.48 p. Mensal.

²⁹¹ Capinam através da palavra e do sentido humano. Seção Cultura. In: **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II nº 25, p.09, dez. 1975.40 p. Mensal.

²⁹² A cultura indígena e a guerra da salvação. Seção Cultura. In: **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III, nº 28, p.15, jan. 1976.40 p. Mensal.

Já a seção “Imagem” se incumbiu de divulgar as figuras populares da Bahia, as quais, de algum modo, marcavam um jeito de ser do baiano. O músico Armandinho (do trio elétrico Armandinho, Dodô e Osmar), o rei Momo Ferreirinha, o cineasta Siri, o sambista Batatinha, a atriz Jurema Pena, do Teatro, o cordelista Cuíca de Santo Amaro, o pescador Seu Zé Maria (figura popular de Vera Cruz), o pintor Jorge Bandeira, Seu Misael pai de santo do terreiro Viva Deus, da nação Ketu, um dos mais antigos de Cachoeira, dentre outros. A exceção ficou por conta da historiadora greco-baiana Kátia Matoso, que na edição nº 31 apresentou estudo sobre a vida material baiana do século XVIII aos anos 1930, o que talvez coubesse melhor no espaço da seção Cultura.²⁹³

Viverbahia foi de fato baiana em seu conteúdo e em suas atitudes no que se referia à defesa das coisas da terra. Todavia, “viver a Bahia” também significava, mesmo que em um pequeno espaço da revista, conhecer as produções acadêmicas, interagir com os grandes debates que aquela década de 1970 enfrentou, mas, sobretudo, fazer com que o leitor se tornasse mais afeiçoado ao seu lugar e se predispusesse a incorporar uma identidade baiana.

3.3. As representações da Bahia em *Viverbahia*

Para promover uma determinada representação da Bahia que, ao mesmo tempo, servisse de apelo ao turismo e mostrasse o que mais seria positivo e representativo do Estado, foram exploradas fotografias, pinturas, cartazes, charges e imagens que reforçavam características da Bahia, sobretudo, as de origem negra.

A revista *Viverbahia* expressou, não somente a partir dos textos escritos, mas principalmente a partir das imagens, as representações que julgou serem necessárias à promoção da Bahia como produto turístico. As intencionalidades da veiculação das representações da Bahia e o seu papel como instrumento que atendia a grupos específicos é ideológica. Ideologia entendida aqui como “visão social de mundo”²⁹⁴ dos seus propugnadores, que entrelaçadas com as práticas institucionais são importantes para entender uma dada realidade passada, pois

²⁹³ Kátia: história de negros. Seção Imagem. In: **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III, nº 31, p. 32, abri/mai 1976.40 p. Mensal.

²⁹⁴ LOWY, Michael. **Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Cortez, 1993. “Visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas” pp. 13-14.

dimensionam como as agências estatais, a partir dos seus periódicos, faziam valer seus objetivos e percepções.

No entanto, é preciso ir além. Ulpiano Bezerra Menezes²⁹⁵ propõe a utilização de imagens (ou as fontes visuais em sua multiplicidade) para entender a sociedade, percebendo a partir delas a dimensão visual, os sentidos, os valores e os enunciados, marcados por contextos específicos.

A partir deste contexto, podemos falar da nossa preferência pela abordagem que valoriza a visualidade, entendida como um conjunto de discursos e práticas que constituem diferentes formas de experiência visual em circunstâncias historicamente específicas.²⁹⁶ Percebemos as motivações que produziram as imagens de baianidade da revista, ou seja, sua historicidade, a partir das práticas culturais da época, que nos possibilita romper com as abordagens historiográficas que utilizam as imagens como mera ilustração, ou pior do que isto, para reforçar o que o texto escrito argumenta, deixando de percebê-las no campo da visualidade.

Nesse sentido, algumas das imagens mais exploradas se associavam à presença negra e suas manifestações culturais. Nos anos 1970, na Bahia, emergiu uma expressão estética, cultural e política ligada a uma posituação da cultura negra, principalmente em Salvador e região metropolitana, sobretudo a partir da formação dos blocos afros no carnaval soteropolitano e de uma nova musicalidade.²⁹⁷ No plano internacional, este período vivenciou movimentos políticos que afirmavam cada vez mais a cultura negra no mundo. As lutas por direitos civis nos EUA, as lutas pela independência de diversas nações africanas em relação aos dominadores europeus e também movimentos musicais internacionais negros, como o reggae, o soul e o funk, influenciaram em terras baianas, por exemplo, o bloco afro *Ilê Aiyê* e o Movimento Negro Unificado (MNU).

Os elementos da cultura afro-baiana que ao longo da história da Bahia foram negligenciados como representativos da identidade baiana, neste momento, apareceram, como componentes simbólicos da Bahia. Deixamos claro que esta

²⁹⁵MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36 – 2003.

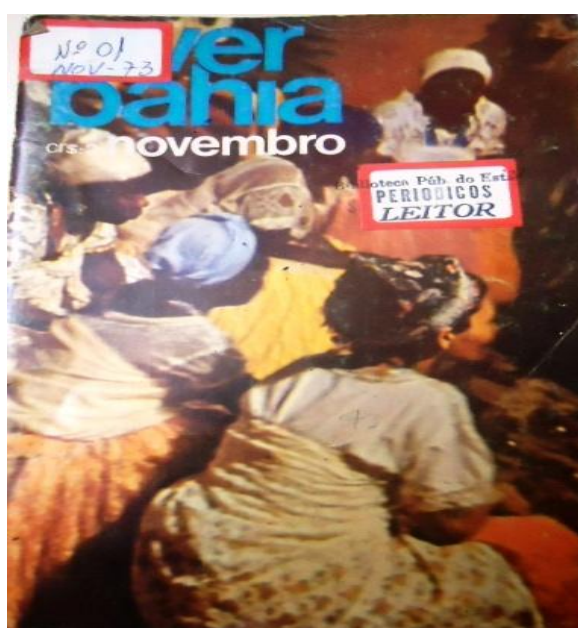
²⁹⁶MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. *Idem*.

²⁹⁷BONFIM, Juarez Duarte. **O centro histórico da cidade de Salvador: sua integração sócio urbana**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010. Nesta obra, o autor credita a esta expressão e emergência da cultura negra soteropolitana também à ocupação cada vez maior de espaços definidos, como o centro histórico de Salvador, e a ocupação de postos de trabalho por negros nas

positivação das características negras não implicava em inclusão social, haja vista que os setores mais vulneráveis estavam alocados em comunidades prioritariamente negras, como aquela localizada no Maciel, no Pelourinho.

O projeto gráfico da revista abordava em uma perspectiva dupla de texto e imagem, uma representação da baianidade mais afeiçoada à cultura popular e afro-baiana. O exemplar inicial de *Viverbahia* trazia em sua capa a ilustração de Mário Cravo Neto, mostrando um ritual cerimonial do candomblé:

Figura 05



Viverbahia. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiaturisa. Ano I nº 01, p. 2, nov. 1973. 31 p. Mensal.

Na imagem acima, além da abordagem ao candomblé, elemento que apareceu bastante na *Viverbahia* como representativo de uma identidade baiana, destacavam-se as baianas e o acarajé, ícones também, desta baianidade.²⁹⁸ O tom da revista era o de reconhecimento das baianas de acarajé. Dar voz aos sujeitos foi também uma de suas características editoriais. Assim, ao falar de Ana Maria Costa Silva, vendedora de acarajé do Garcia, em Salvador, enfatizava que “do turista ela gosta e de todas as coisas que vende para ele, o que sai mais é o acarajé”, iguaria

indústrias do Copec, o que possibilitou uma maior inserção, do ponto de vista econômico e, inevitavelmente sociocultural destes sujeitos na sociedade baiana.

²⁹⁸ Ulpiano Bezerra argumenta que a análise das imagens deve superar a dicotomia iconografia (dimensão material da imagem) / iconologia (dimensão ideológica das imagens). Dessa forma, parto do pressuposto de que cabe ao historiador, não hierarquizar as fontes escritas das visuais/

bastante procurada pelos visitantes de outras terras. Neste mesmo relato, uma reivindicação para melhorar os serviços das baianas:

Ana acha que as autoridades deviam olhar mais pelas baianas, dar a elas umas barraquinhas com um nome bonito, “porque fritar acarajé na chuva é uma barra, meu filho”. É contra o uso do bujão de gás porque o fogo é lento, modifica o gosto dos preparos, tem o perigo de explodir, apresenta mais defeitos e mais caro. “O carvão só é perigoso se alguém senta em cima”. Para Ana a baiana está precisando “de mais um cartazinho, de mais atenção”. “Que as pessoas olhem mais pelas baianas, não só pelo asseio, mas também pelas roupas, pra baiana ficar mais bacana. Porque muitas não são arrumadas não é porque não querem, é porque não podem. Eu mesmo não venho vestida de baiana. Porque baiana só alinhada”.²⁹⁹

A utilização de elementos afro-baianos reforçava a singularidade da cultura baiana frente ao processo de globalização corrente naqueles anos, já que o turismo representava o contato de baianos com estrangeiros. O acarajé, neste caso, era o elemento de singularidade presente, como aponta a imagem abaixo:

Figura 06



Viverbahia. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III nº 36/37, set/ out. 1976.64 p. Bimestral.

imagéticas, muito pelo contrário, ambas devem possibilitar uma melhor compreensão do passado de uma sociedade.

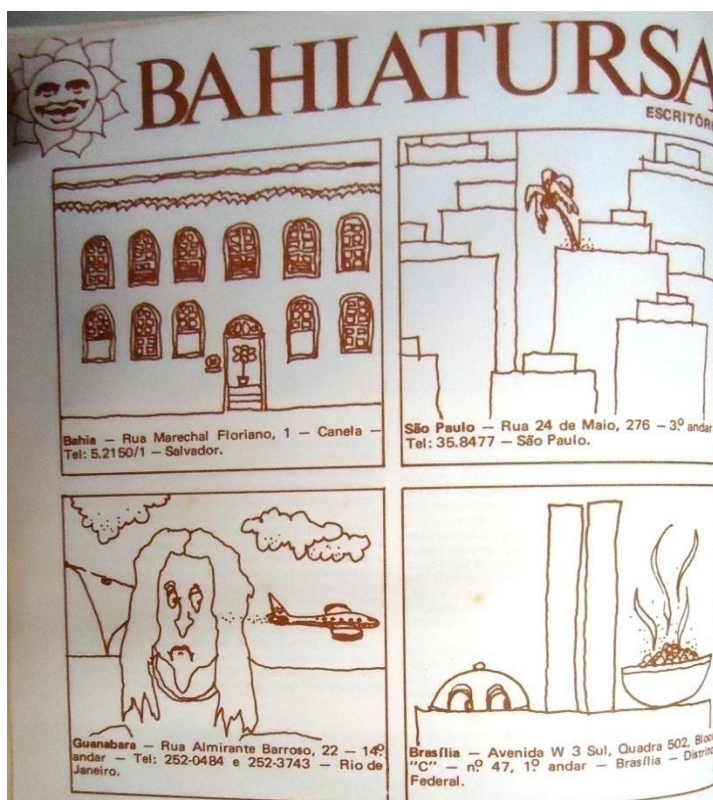
²⁹⁹Para Ana baiana só alinhada. In: **Viverbahia.** Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II nº 19, p.8, abril 1975. P.34 mensal.

Todavia, a revista enfatizava que não se tratava apenas de uma singularidade, mas de uma “unicidade” baiana a ser vivenciada:

Se você é estudante lembre-se das férias, se profissional lembre-se do que fazer de lazer, se não faz nada, paciência. Viva com toda intensidade. Se você vive na Bahia, é habitante dela, ou se é de fora e viaja por aqui, a terra e o povo são os mesmos. Singulares, como quaisquer povos ou lugares. Mas os baianos são únicos. Só vivendo para crer. Quem já vive sabe quem viver verá”.³⁰⁰

Estes elementos que tornavam a Bahia única e singular serviam imediatamente aos propósitos mercadológicos do turismo baiano, como podemos ver nesta apresentação dos escritórios da Bahiatursa no sudeste do país, principal emissor de turistas para a Bahia dentro do território nacional.

Figura 07



Viverbahia. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio — SIC. Bahiatursa. Ano I nº 12, nov. 1974.30 p. Mensal.

³⁰⁰ Editorial. **Viverbahia.** Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio — SIC. Bahiatursa. Ano II, nº 21, p.02, jun. 1975.40 p. Mensal.

A Bahia mostrada em *Viverbahia* era essencialmente pautada em elementos populares, mas, sobretudo, voltados para gerar sentidos e emoções ao público que visitava. Os seus editores conseguiam estabelecer uma simbiose entre os interesses do turismo como política pública e a difusão das imagens Bahia em seu lado “mágico” e “sensual”. Esta era uma estratégia muito eficaz de marketing cultural e uma forma sutil de fazer valer o “produto Bahia”. Confirmamos este pressuposto nos poemas espalhados pelas diversas edições, vejamos:

Viver sem pressa, com força. Serena, a possibilidade de uma revelação. O tempo, acumulado como doçura a altivez, sem cerimônia, demônio aqui são as águas claras, cores. Negra Bahia. Sensual, esse cheiro, esse jeito, um risco. Claridade. Você chegando, saiba. O encanto aqui é quase fatal. Conte conosco.³⁰¹

A visibilidade dada aos elementos “místicos”, “sensuais”, “mágicos”, já vinha caracterizando a Bahia na literatura desde algumas décadas anteriores. Por isso, considero que *Viverbahia* se apropriava dos termos dos chamados “guias de baianidade”. Além de se qualificar desta forma, compartilhava os sentimentos de lamento perante as mazelas que a população sofreu no passado, pois, como admitia, “tudo que diz respeito a sua cultura, sentimentos e anseios, por abrigar a maior população de cor do país, é na Bahia que se sente mais como era e como é o negro. Alegria e dor”.³⁰² Assim demonstrava algo semelhante à dualidade amadiana de que a Bahia “é uma festa e é também um funeral”.³⁰³

Os anúncios e informes publicitários também traziam incorporados a si os elementos da baianidade, numa tentativa de associar o que se anunciava a alguma característica da Bahia. Assim o Baneb descreveu a Bahia:

Bahia de todos os Santos. Saravá! De todas as calmas. De todos os sabores. A Bahia está aqui. De braços abertos, sorriso pronto, cheia de calor pra receber você. Com muita música, pra embalar você nas praias, nas ladeiras, nos casarões coloniais, no terreiro. A Bahia está aqui com os assobios dos coqueiros com sua água de coco pra você tomar, antes de mergulhar nas cálidas ondas do seu profundo mar azul. Venha sambar numa roda de samba. Sentir a mulata mexer as cadeiras. Sandália arrastando, olhos melosos, um dengo. A Bahia está aqui com seu dendê,

³⁰¹ **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano I, nº 01, p. 2, nov. 1973. 31 p. Mensal.

³⁰² Na Bahia se sente mais a abolição. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II nº 20, p. 14. Mai. 1975. 40 p. Mensal

³⁰³ AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos**: Guia das Ruas e dos Mistérios da Cidade do Salvador. 32 ed. Rio de Janeiro: Record, 1982, p. 13.

refresco de umbu, sorvete de cajá, acarajé, abará. Venha e largue seu corpo. Relaxe. Deixe andar. O Senhor do Bonfim lhe protegerá Saravá!³⁰⁴

O anúncio da Mercúrio York Viagens e Turismo Ltda talvez tenha sintetizado um conjunto de referenciais representativos da Bahia:

A Bahia é uma aventura sem começo e sem fim. Quem conhece passa a viver uma eternidade de misticismo e magia. A imagem dos seus casarios, das suas ladeiras, do seu mar, das suas festas populares. A alegria do seu povo hospitaleiro, do seu samba de roda, do seu berimbau roco e do dançar de pernas e braços na capoeira.³⁰⁵

A divulgação de shows e espetáculos com artistas baianos reconhecidos nacionalmente, como Dorival Caymmi, Gal Costa e Novos Baianos, além de fazer a apresentação de espetáculos folclóricos, ratificam nossa tese de que a *Viverbahia* foi um veículo interessado em intensificar o fluxo e a permanência de turistas, utilizando-se dos ícones da baianidade. Assim dizia:

Mês de março não é apenas de remanso. É movimento, atração para quem quer e pode ver. No Pelourinho, em uma promoção da Fundação do Patrimônio Histórico que conta com a colaboração da BAHIATURSA, uma programação cultural ao ar livre que certamente atrairá a todos. São 3 dias de folia e brincadeiras, quase um carnaval na quaresma. Entre outros nomes a presença de Dorival Caymmi, dia 7, mais Bendengó, Novos Baianos, Riachão e Batatinha dias 8 e 9. Maria Betânia estreia no Teatro Castro Alves de 4 a 10, apresentando o seu tão badalado “Cena Muda”, considerado pela mídia o seu melhor espetáculo dos últimos tempos. Como os anteriores, a direção é de Fausi Arap e os músicos são o Terra Trio. Ainda no Castro Alves a possibilidade de assistir a espetáculos folclóricos. É muita coisa sendo inaugurada. Tantas obras e de tão grande destaque que merecem a visita do Presidente da República, S. Exci^a o General Ernesto Geisel. A Bahia com nova igreja, aeroporto internacional e obras de infraestrutura. E com *Viverbahia* crescendo. Em abril esta revista vai longe. Em Juazeiro passando por Feira de Santana. No Garcia para comer um acarajé quererê e na Garibaldi para tomar uma especial de Agostinho. Sobe e desce todos os elevadores e planos e conversa com o poeta e um músico sobre um poema musical. Em abril esta revista vai longe.³⁰⁶

Viverbahia priorizava elencar os sujeitos que mais se aproximassem a uma baianidade popular, dando destaque a eles, através de entrevistas publicadas ou matérias contando sobre suas vidas, suas atuações na Bahia e suas contribuições. Em muitos casos também era objetivo da revista valorizar indivíduos que, no

³⁰⁴ Bahia de todos os dengos. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III nº 38, p.2, nov. 1976.80 p. Bimestral.

³⁰⁵ **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano I, nº 10, p.10, ago 1974.32 p. Mensal.

passado, tiveram visibilidade e que no momento em questão, por algum motivo ou infortúnio, estavam sendo esquecidos pelos baianos. Para citar apenas um exemplo, destaco a entrevista feita com Mestre Pastinha, um dos capoeiristas mais reconhecidos da Bahia desde o tempo em que a capoeira era caso de polícia. Em 1976 ele tinha 90 anos de idade, morava num casarão bastante precário no Pelourinho com sua mulher, que o sustentava vendendo acarajé, e netos. Mas para ele, o legado maior havia ficado:

Mesmo assim se tivesse que nascer de novo ia escolher o mesmo caminho, porque não? A minha vontade era dar à Bahia alguma coisa que sabia, algum conhecimento. Hoje ninguém quer mais nada de mim a não ser conversa. Mas, pelo menos a capoeira cresceu, correu minha terra. Agora não é só malandro que procura aprender a luta. Pode ser um general, um capitão ou um doutor.³⁰⁷

Para o leitor e para o turista, conhecer estas personagens significava mergulhar na história dos baianos, histórias de vidas que se confundiam com a representação da Bahia proposta na revista. Os baianos ilustres não mais apareciam com tanta ênfase como foram destacados na *Revista de Cultura da Bahia*, até mesmo porque o público leitor era outro. Destacar figuras como Rui Barbosa, Pedro Calmon, Gregório de Matos, Castro Alves não era tão prioritário, mas foram mencionados também. O interesse prioritário era despertar a curiosidade pela gente contemporânea e pelas coisas da Bahia.

Todavia, elementos de uma intelectualidade acadêmica apareciam na revista mostrando suas atividades, como revelamos na seção anterior. Mas também uma nova intelectualidade baiana emergia e tinha espaço nas páginas de *Viverbahia*. João Ubaldo Ribeiro, autor do livro *Sargento Getúlio*, obra de grande repercussão à época, era um dos exemplos. Com uma coluna permanente na revista, contava com humor e irreverência situações cotidianas da Bahia que, prendiam a atenção do leitor. Porém, alertava que tínhamos problemas em nos identificar, afirmando que “Há o fato de que nós somos herdeiros dos gregos. Nós brasileiros, baianos somos

³⁰⁶ Calendário Março. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II, nº18, p.2 mar. 1975.64 p.mensal.

³⁰⁷ Pastinha. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano VI nº 47, pp. 49-52 jul/set. 1979.64 p. Trimestral.

uma espécie esquisita, porque, por uma série de fatores, ainda não incorporamos a nossa herança negra como deveríamos ter incorporado”.³⁰⁸

Esta herança negra foi considerada pela revista como ponto de partida para escolher os seus entrevistados. O leitor que se debruçava sobre o conteúdo das entrevistas era contemplado pela defesa das tradições culturais da Bahia, ao mesmo tempo em que era levado a perceber a necessidade de valorização da mesma.

Mãe Menininha, Jorge Amado, Mário Cravo Junior, Hansen Bahia foram convidados para falar da baianidade. E eles alertavam e reconheciam que o momento do turismo, de uma maior visibilidade da Bahia, surtia efeitos positivos, no sentido de divulgação, e negativos, quando o assunto era mais interno. Mãe Menininha reconhecia que o candomblé, como expressão da religiosidade baiana não iria desaparecer, mas que

Antigamente nós tínhamos mais fé nos orixás, mais respeito também. Hoje em dia a fé é pouca, o respeito também. Mesmo nas pessoas que vem aqui eu não descubro aquela fé viva de antigamente. O povo do candomblé é mais pobre, mas de uns tempos para cá muita gente rica tem aparecido. Bom para mim. Essa gente vem mais por curiosidade do que fé.³⁰⁹

Os entrevistados de *Viverbahia* eram convidados a falar da Bahia com o objetivo de revelar quais traços definia a sua razão de ser e sua identidade. Jorge Amado, quando perguntado sobre quem fazia bem a propaganda da Bahia no Brasil e no exterior, falou dos artistas baianos, Mário Cravo, Carybé (argentino de nascimento), Gilberto Gil, Caetano, Caymmi, mas revelava que acima deles estava o povo baiano, e ainda afirmava achar “que quem promove Bahia é ela mesma, quer dizer o próprio povo. E a Bahia no sentido de uma beleza paisagística, dos seus costumes, dos hábitos, aquilo que o povo cria”.³¹⁰

Também reconhecia o papel do turismo enquanto atividade promissora se desempenhada como nos países desenvolvidos, principalmente pelos países europeus por onde andou enquanto propagador da cultura baiana. No entanto, reconhecia seus efeitos negativos:

³⁰⁸ Ubaldino abre o bico. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano VI, nº 46, p.2 jan/mar. 1979.64 p. Trimestral

³⁰⁹ Mãe Menininha. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano V, nº 45, p.06. Nov/ dez. 1978.64 p. Bimestral.

³¹⁰ Jorge Amado. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano V, nº 44, p.2 jul/set 1978.64 p. Trimestral.

O turismo tem duas faces da medalha. Se o turismo, por exemplo, é um elemento que defende o candomblé, as liberdades dos candomblés, ou seja, defende o candomblé como item de interesse, ele pode, de outro lado, e sem dúvida já o faz até certo ponto, influir de forma malsã sobre o candomblé e sobre todas as demais atividades desse tipo. E já influenciou.³¹¹

A revista deixava o espaço das entrevistas livre para as opiniões diversas, desde que, de um modo ou de outro, algum elemento considerado por ela como representativo da Bahia e dos baianos estivesse em pauta de discussão.³¹²

As festas populares da Bahia, por sua vez, ganhavam espaço no calendário elaborado em cada edição. Elas refletiam a “alma” do baiano e o seu “espírito” festivo. Dentre elas, uma “variedade” para o turista escolher: as festas da Irmandade da Boa Morte (Em agosto na cidade de Cachoeira), da Conceição da Praia (08 de dezembro, abre o ciclo oficial, e antes, até a década de 1970, era carregado de significados rituais de festa das primícias - certas frutas só poderiam ser comidas após esta data: abacaxi, melancia, caju, cajá, umbu etc, pois consideradas de “época”, e tabu antes- comer fazia mal), de Omolu/São Roque ou São Lázaro, de São Bartolomeu em Maragogipe (ambas em agosto), de Bom Jesus dos Navegantes (01 de janeiro) , da Lavagem do Bonfim (terceira quinta de janeiro) , dos Ternos de Reis no dia 06 do mês de janeiro, do carnaval e de Iemanjá no dia 02 do mês de fevereiro.³¹³

Das festas citadas quase todas vinham da tradição afro-baiana, com exceção dos festejos juninos, Santo Antônio, São Pedro e São João, respectivamente 13, 24 e 29, nas cidades de Cachoeira e Senhor do Bonfim, festas organizadas pela Bahiatursa. Nota-se, que havia uma prioridade sobre Salvador e o seu Recôncavo no quesito festas. As outras regiões foram pouco privilegiadas, e somente aquelas cidades com algum patrimônio histórico erguido, ou munidas de praias, ganharam matérias, todavia sem uma visibilidade maior.

³¹¹ *Idem, Ibidem*

³¹² Daí analisarmos *Viverbahia* como um suporte que deu vida a uma realidade e suas múltiplas relações com o mundo social. Logo, historicizar este periódico é tarefa básica para problematizar o que foi escolhido e o porquê e, por outro lado, perceber os conteúdos vinculados pela revista. Como nos fala Tânia Luca, é importante saber a forma como o periódico “seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar ao público” LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

³¹³ Sobre a festa da Boa Morte ver CASTRO, Armando Alexandre Costa de. **A Irmandade da Boa Morte**: memória, intervenção e turistização da Festa em Cachoeira. Dissertação (Mestrado). UESC. Ilhéus (BA): UESC, 2005.

O carnaval baiano ganhou bastante destaque, o que nos faz pensar que mesmo antes do surgimento da “*Axé Music*” nos anos 1980, que exportou em escala industrial a chamada música baiana, alguns aspectos comerciais já eram explorados como elementos característicos da Bahia, em meio a uma reflexão sobre a perda de características antigas. Nas matérias sobre os blocos, já existia um debate sobre a padronização das roupas, das mortalhas, com sua homogeneização, em detrimento da liberdade de vestimenta, das máscaras, as chamadas “caretas”. Sobre a perda de espaço destas tradições do carnaval baiano, afirmava *Viverbahia* que o seu desaparecimento era devido “ao processo de desenvolvimento sócio- econômico brasileiro”³¹⁴, ou seja, o processo de mercantilização que estava chegando ao carnaval de Salvador.

Por outro lado, para a revista, o interessante mesmo foi divulgar o carnaval baiano em sua multiplicidade, as vivências, as opções na forma de brincá-lo, seja nas ruas, ou nos bailes, nos blocos, nos afoxés. Porém, muitas das suas manifestações giravam em torno do trio elétrico, “invenção baiana”, que a revista destacava:

É o usufruto da vida e do mundo, festejado com a maior intensidade, porque aí vem a quaresma. Mas ouça ouviu? É isso. E se fosse um trio elétrico? Não pense você que estaria lendo ainda. Você, você, saberia fosse como fosse. Como todo mundo soube do carnaval baiano depois que o trio elétrico foi exportado através dos discos, referências de compositores e da sua própria presença em outros estados brasileiros. Sim, porque o trio elétrico é outra invenção que no tabuleiro do baiano tem. Uma coisa incrível, uma loucura total, um filme de aventuras.³¹⁵

“O carnaval solicita superlativos, mas é melhor sentir do que escrever”³¹⁶ – esta frase denotava os sentidos que a revista queria passar para os foliões. Mais uma vez a ênfase no “viver na Bahia”, o sentir as manifestações de alegria espontânea do seu povo na rua, brincando o carnaval. Era uma “baianidade” da espontaneidade, veiculada através de uma linguagem simples e ilustrada por imagens carregadas de emoção.

³¹⁴ 25 anos atrás do trio. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II, nº17, Fev. 1975.64 p. Mensal.

³¹⁵ Como o carnaval come a Bahia. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano I nº 04, p. 4, Fev. 1974.31 p. Mensal

Figura 08



Viverbahia. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II, nº17, Fev. 1975.64 p. Mensal.

O texto acompanha as imagens para incentivar o turista leitor a vir para a Bahia e expressar decididamente uma “baianidade”.

3.4 As formas de recepção ou os sentidos da “baianidade”

Qual Bahia foi representada já se sabe, mas como foi recebida? Na segunda fase editorial da *Viverbahia*, ou seja, após a edição número 22, aparecia um novo espaço na revista: a seção Cartas. Antes de adentrar em seu conteúdo preciso fazer algumas observações necessárias para uma análise mais cuidadosa. A primeira delas é o espaço reduzido para as falas dos leitores, apenas uma página (nesta segunda fase a revista variava entre 40 e 64 páginas), o que nos remete pensar na seleção e no corte de alguns depoimentos, ou mesmo, na sua redução como nos indica o editor, afirmando que, “por problemas de espaço, as cartas poderão ser publicadas resumidamente”.³¹⁷

Outro aspecto relevante é o critério de seleção dos depoimentos. A revista não omitia as críticas feitas ao seu projeto editorial, muito pelo contrário, elas foram bastante elucidativas. Em relação ao conteúdo foram poucas, em relação ao projeto

³¹⁶ A magia do som na multidão. **Viverbahia.** Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III, nº 29, p.15, Fev. 1976.40 p. Mensal.

³¹⁷ Nota do editor. Cartas. **Viverbahia.** Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano V, nº 45, p. 2, out/ dez. 1978.64 p. Trimestral.

gráfico muitas. Os leitores estavam ávidos por uma publicação que explorasse melhor os aspectos das cores, as fotografias, o formato dos textos, enfim, isto ajudava na caracterização de seu público receptor, que, além de pessoas comuns, possuía leitores especializados do ramo turístico, publicitário, gráfico, empresários etc. Na carta abaixo do leitor temos esta percepção:

Sr editor tenho acompanhado, há cerca de um ano, os últimos números da revista VIVERBAHIA. E o faço sob angulações diferentes: como um simples leitor e um dos mais fervorosos amantes dessa bendita terra (já estive aí duas vezes) e como publicitário trabalhando aqui em São Paulo mais ligado à parte gráfica. Assim, posso afirmar, com conhecimento de causa, que a revista que vocês fazem é uma das publicações mais importantes e do mais alto nível editorial, sem nada dever às maiores e mais significativas publicações similares no país e na América Latina. Mas, se vocês me permitem uma modesta observação, que faço com um único objetivo de ajudar e de colaborar, queria dizer o seguinte: a cor, indiscutivelmente, é um dos mais fortes apelos visuais em artes gráficas e, também editorialmente, representa um dos mais ricos recursos com que se pode contar. Entretanto, é preciso saber usar. Na minha opinião, vocês tem sabido, mas às vezes exageram. Refiro-me principalmente ao fundo de página, quando vocês montam os textos e fotos sobre a cor. Fica bonito claro, mas não usado em demasia, como a revista ELE ELA andou fazendo por aí pelos idos de 1975.³¹⁸

Na matéria sobre a cidade de Rio de Contas³¹⁹, nesta mesma edição, as fotografias são bastante exploradas, aliás, no decorrer de todas as cinquenta edições de *Viverbahia* o leitor/turista se debruçava sobre imagens diversas da Bahia, no entanto, como alertava o leitor acima, as cores de fundo eram bastante fortes e contrastavam com as fotografias. Na sua primeira fase, a revista utilizava-se de poucas cores devido ao seu caráter experimental que, aos poucos, ganharia um formato mais fotojornalístico.

Além das anotações sobre os aspectos gráficos, os conteúdos solicitados versavam sobre temas que escapavam das atividades turísticas como nos aponta este depoimento de Hikmar Hanna, diretor da David Internacional Corporation em São Paulo,

Sr. editor, considero VIVERBAHIA de relevante importância para o desenvolvimento turístico do país e ressalvo a seriedade bem destacada da revista. Mesmo sendo uma promoção puramente turística, seria bom – a fim de alcançar os óbvios objetivos desta iniciativa – incluir algum espaço para

³¹⁸ Depoimento de Aldus M. Gusmann, publicitário paulista. Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano V, nº 45, p. 2, out/ dez. 1978.64 p. Trimestral.

³¹⁹ O fato de abordar cidades do interior com algum potencial turístico, representava, de certa forma, a tentativa de incorporação de outras localidades à baianidade.

outros aspectos da vida na Bahia, como economia, vida social, atividades artísticas, etc.³²⁰

Conforme a figura abaixo, percebemos que *Viverbahia* queria que o leitor em geral expressasse a sua opinião sobre a revista, esboçasse suas críticas, sugestões e, o mais interessante, saber se “já viveu a Bahia”.

Figura 09

O formulário, intitulado "Resposta", contém as seguintes perguntas e espaços para respostas:

- O QUE VOCÊ ACHA DE VIVERBAHIA?
- O QUE VOCÊ MAIS GOSTOU?
- O QUE VOCÊ ACHA QUE FALTOU?
- LHE INTERESSA RECEBER A REVISTA MENSALMENTE?
- JÁ VIVEU A BAHIA? POR QUE NÃO?
- ESPAÇO RESERVADO PARA SUGESTÕES

Na base do formulário, há campos para o preenchimento de dados pessoais:

NOME	IDADE	PROFISSÃO	ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO

40/ ViverBahia

Questionário. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II, nº 23, p.40, ago. 1975.40 p. Mensal.

Dentre os depoimentos, os elogios eram os que apareciam com mais frequência na seção Cartas. A publicação deles fazia parte do periódico, até mesmo para credibilizar o seu trabalho e ter o retorno dos seus leitores. No entanto, os elogios nos dão uma visão geral da importância de *Viverbahia* enquanto uma revista especializada em turismo, como nos revela este fragmento de um leitor de Recife:

Sr. editor, tomei conhecimento, através de meus alunos do Curso Superior de turismo da Universidade Católica de Pernambuco, da existência da excelente publicação VIVERBAHIA, já com vários números editados. Como professor de Introdução às Técnicas do Turismo do referido curso, no segundo ano de funcionamento, é do meu maior interesse estar a par do movimento turístico do Brasil atual. Tive a

³²⁰ Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III nº 27, p. 37, dez. 1975.40 p. Mensal.

melhor das impressões de VIVERBAHIA, o que vem confirmar o bom nome dos trabalhos e acertos que vêm sendo feitos pela Bahiatursa.³²¹

A partir destes e outros depoimentos,³²² podemos notar a escassez de periódicos especializados em turismo no Brasil, bem como pontuar que os primeiros cursos de turismo em universidades brasileiras estavam em fase de implantação, o que nos permite concluir que a Bahiatursa inovava com esta publicação. A Bahiatursa oferecia outras modalidades de promoção do turismo, a exemplo do convênio com o SEBRAE e o SENAC, que ofertavam alguns cursos de capacitação para pessoas interessadas em serem guias de turismo e de trabalhar na rede hoteleira.

Também, a partir da análise dos depoimentos, podemos medir a “temperatura” do turismo baiano e ir além dos números das estatísticas que o governo e a Bahiatursa apresentavam. No ano de 1970, Salvador tinha pouco mais de um milhão de habitantes e, segundo a mensagem governamental à Assembleia Legislativa, recebeu nos anos de 1971/72 cerca de 300 mil visitantes, enquanto, em 1973, a expectativa era recepcionar cerca de 400/500 mil turistas, ou seja, aproximadamente 30-40% sua população. Conforme o documento, “do ponto de vista social o crescente afluxo de turistas gera uma demanda mais que proporcional de serviços, elevando a renda e dando lugar à criação de novas oportunidades de emprego para a população urbana”.³²³

Porém, as percepções das pessoas, os depoimentos de quem usufruía no dia-a-dia a infraestrutura, a hospedagem, as visitas aos lugares indicados pela revista, a distribuição, os serviços, muitas vezes não eram correspondentes e não fazia juz ao que representava esta atividade no âmbito da economia baiana para o governo. Podemos verificar isto no depoimento de um turista de Blumenau- SC, Carlos Braga Mueller,

³²¹ Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III nº 36/37, p. 2, set/ out. 1976.64 p. Bimestral.

³²² “Sr, editor, sou estudante de turismo e somente agora tive o prazer de tomar conhecimento da existência da revista VIVERBAHIA. O material de pesquisa sobre os diversos aspectos do turismo ainda é muito escasso, por ser matéria recente e que abrange uma grande massa de disciplinas específicas. No presente momento ainda não se encontra livros específicos que se pudesse adquirir para guia de estudo. Então, recorro às mais diversas fontes de informação – e a VIVERBAHIA é uma delas” afirmava Solange Parpinelli do Rio de Janeiro- RJ. In: Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III, nº 36/37, p. 2, set/ out. 1976.64 p. Bimestral.

³²³ MENSAGEM apresentada à ALBA pelo Governador Antônio Carlos Magalhães. 31 mar. 1972.

Achei VIVERBAHIA excelente porque enfoca problemas regionais dificilmente de serem encontrados, especialmente na região sul. De um modo geral, toda a matéria é interessante. Todavia, as reportagens têm mais importância que os “avisos de serviços”, pois estes constam em folhetos turísticos. Sugiro que se faça maior distribuição da revista em bancas do sul do país e que se inclua, talvez, uma seção “fala ao turista”, recolhendo sugestões e opiniões. Por exemplo: por que o Forte da Barra acha-se fechado ao público, sem conservação?³²⁴

Mas o aspecto que mais interessa aqui neste trabalho é perceber as formas de recepção das representações da Bahia e dos baianos. A partir do que a revista apresenta ao leitor, perceber suas reações, suas expressões, os sentimentos gerados.³²⁵

No caso específico das representações da Bahia e dos baianos divulgados pela revista, há uma espécie de apropriação análoga aos seus objetivos. Muitos leitores, visitantes de outros estados, baianos ou não baianos, identificavam-na, por exemplo, a partir de expressões do tipo “boa terra”³²⁶, “terra sagrada”³²⁷, “terra maravilhosa”³²⁸, reiteradamente veiculadas pela revista.³²⁹ Afirmações dos leitores levam a considerar o que a revista publica sobre os baianos e a Bahia como uma verdade incontestável, deixando de perceber que a revista tinha um propósito e estava inserida num projeto de governo que almejava fixar uma determinada identidade baiana. Afirmava a leitora que, “agora assim a Bahia tem um órgão de divulgação de suas coisas, de sua gente, sem engodos, sem mistificações. Tudo

³²⁴ Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III nº 27, p. 37, dez. 1975.40 p. Mensal.

³²⁵ Chartier nos mostra que decifrar as formas de recepção é uma tarefa difícil para o historiador, e que a apropriação dos modelos de representação nem sempre correspondem às intenções de quem os produziu e, vai mais além, ao afirmar que os leitores/receptores ressignificam estas representações a partir de suas práticas. Ao analisar os textos que circulavam na Europa durante os séculos XVI- XVIII para um público “popular” Chartier afirmava que “ora os leitores transpunham para o registro do imaginário o que lhes era dado no registro utilitário, ora, inversamente, tomavam como descrições do real as ficções que lhes eram propostas”. CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1995, v. 8, n. 16, p. 182.

³²⁶ Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano V, nº 45, p.2, out/dez. 1978.64 p.Trimestral. Esta expressão “Boa terra” aparece também nos números 47 e 50.

³²⁷ Depoimento da turista carioca In: Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano V, nº 44, p.2 jul/set 1978.64 p.Trimestral.

³²⁸ Expressão cunhada pelo por turista de São Paulo. Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano IV, nº 40, p.2, abr/jun. 1977.64 p.Trimestral.

³²⁹ Stuart Hall, ao estudar as identidades nacionais como sistemas de representações, nos afirma que elas podem constituir-se em um discurso, “um modo de construir sentidos que influenciam e organizam tanto nossas ações quanto as concepções que temos de nós mesmos”. Tal prerrogativa também vale para o estudo das identidades regionais HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP & A 1999, p. 50.

sério, puro e simples, como a própria essência da terra”.³³⁰ A complexidade baiana resolvia-se pela sua suposta simplicidade.

A revista prioriza o que lhe convém, publica a partir de uma linha editorial que é divulgar a Bahia para seus visitantes. Mesmo os nascidos aqui, não ficam de fora, há uma espécie de reforço de sua identidade baiana, sobretudo, quando os pedidos por matérias são atendidos. Convém ressaltar que a revista, nesta segunda fase, dialoga mais com seu leitor, responde aos questionamentos e publica as demandas solicitadas nas edições subsequentes aos comentários, como podemos perceber no pedido da edição número 25, de outubro de 1975, em que um leitor solicita para que fossem exploradas coisas exóticas da Bahia, as crendices populares, a exemplo de uma irmandade no sertão de Juazeiro.³³¹

Heloísa Cruz, num artigo recente sobre história e imprensa, atesta que o estudo dos públicos leitores remete aos sujeitos e ao campo dos sentidos, chamando atenção de que os leitores são mobilizados e se mobilizam. Para a historiadora, “este diálogo ocorre num campo de pressões recíprocas: no mesmo movimento, a imprensa busca conformar e, em aparente contradição, perscrutar interesses e perspectivas do público leitor”.³³²

Na edição nº 27, o turista de Brasília argumenta que “um curso rápido sobre candomblé e as seitas negras, bem como uma chamada para as festas do mês seguinte, poderiam ser incluídas nos próximos números de *Viverbahia*”.³³³ Este pedido fora atendido na edição nº 36/37, que em incluiu uma matéria sobre o caruru de São Cosme e Damião, rituais advindos do candomblé e, principalmente, como o

³³⁰ Depoimento de Rita Madalena de Salvador In: Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III, nº 24, p.2, set. 1975.40 p.Mensal. Em outra fala o leitor Abelardo Nunes Figueiredo, soteropolitano, explana que “tenho acompanhado como bom baiano toda a evolução de VIVERBAHIA, uma respeitável revista que, em toda sua existência, tem mostrado a Bahia ao mundo da forma como ela realmente é, com toda sua pureza, suas manifestações, suas raízes, sua tradição”. In: Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano IV, nº 41, p.2, jul/set. 1977.40 p.Trimestral.

³³¹ “O cordão” fechado no ritual de alimentação das almas. **Viverbahia**, Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III, nº 30, pp. 25-26, mar. 1976.44 p.Mensal. Tratava-se de um ritual de rezas no dia de finados para as “almas” dos parentes dos penitentes em várias regiões dos sertões baianos. Nota-se que sertão não aparecia como um lugar a ser visitado, mas, no caso desta matéria, servia para despertar a curiosidade do leitor sobre coisas “pitorescas” da Bahia.

³³² CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, nº 35, dez. 2007, pp. 263-264.

³³³ Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III nº 27, p. 37, dez. 1975.40 p. Mensal. Os pedidos pela culinária baiana foram feitos diversas vezes por leitores de outros estados, ávidos por conhecer receitas da Bahia. Seus pedidos foram atendidos, inclusive com receitas, por exemplo, em “Comida baiana. Um manjar para o corpo e o espírito” na edição de **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III, nº 49, pp. 31-35, fev. 1980.40 p.Trimestral.

turista deveria se comportar em relação a tais manifestações culturais, para que não desrespeitasse os seus rituais.³³⁴ O respeito às regras era o atestado de “baianidade”. Além desta matéria, outras tantas retratavam os cerimoniais do candomblé como característicos da cultura baiana.

O antropólogo Roberto Albergaria, ao tratar da identidade baiana, ajuda a entender o que tentamos explicar a partir das representações veiculadas na revista e as formas de recepção. Para ele,

De uma maneira muito simplificada e provocativa teríamos de um lado a vertente teórica essencialista e, do outro, a desconstrucionista. A essencialista e etnicista é a mais conhecida. Os estudiosos que seguem tal orientação entendem que, durante os longos 500 anos de Bahia, foi-se criando certo número de particularidades que tornariam nossa terra inconfundível. A baianidade seria um fruto maduro da chamada mistura de culturas, ou mesmo de raças. Seria um caldo de cultura, cujo cozimento e cuja digestão dependeriam dos altos e baixos da nossa economia dependente, fazendo com que essa Cidade-Porto vá, ora abrindo-se agitadamente para o mundo, facilitando as influências, ora fechando-se preguiçosamente sobre si mesma, condensando sua identidade, tornando-se singularíssima. Nesta visão essencialista, existiria realmente um “ser baiano”. Parte-se aí da ideia de uma certa baianidade que vai pouco a pouco cristalizando-se entre nós, especialmente na cidade do Salvador e Recôncavo, tradicionalizando-se a figura do “baiano”, da “nação baiana”, de uma certa etnicidade local. É como se fosse uma única nação, apesar das suas diferenças subtribais menores. Na concepção desconstrucionista, relativista, ou como quer que se diga na Universidade, não podemos pensar em nenhuma Bahia essencial ou total. A Bahia, em tal perspectiva teórica, não é algo dado imediatamente a olho nú, mas construído culturalmente, através de mil e uma medições simbólicas. Ou seja, o que temos aí é um modelo de representação identitária que é imaginosamente elaborada de cima para baixo, de fora para dentro e detrás para frente.³³⁵

De cima para baixo para elucidar que as representações de Bahia são primeiramente veiculadas e construídas por agentes estatais, uma espécie de tecnocracia do turismo – no nosso caso os editores da *Viverbahia*. Detrás para frente, pois se apropria de elementos que nos remete também ao passado e não somente ao presente e, principalmente, para corroborar nossa ideia, de fora para dentro, ou seja, a percepção da Bahia pelos visitantes, turistas de outros estados do Brasil, até mesmo aqueles que nunca estiveram em solo baiano e imaginavam a Bahia a partir do que viam e liam nas páginas da *Viverbahia*.³³⁶

³³⁴ Caruru de São Cosme e Damião. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III nº 36/37, set/ out. 1976. 64 p. Bimestral.

³³⁵ ALBERGARIA, Roberto. “**A Bahia é uma fábula**” *A Tarde*, de 10 Jun. 2001.

³³⁶ Lembrando que as representações da Bahia e dos baianos divulgados pela revista não eram inéditas.

Este turista do Rio de Janeiro expressou através da *Viverbahia* o seu desejo de voltar à Bahia. Demonstrando emoção ao folhear a revista, afirmava: “fiquei deslumbrado com a profusão de cores verdadeiramente baianas que a revista mostra. O coração bateu cada vez mais forte e mais saudoso a cada página da revista”.³³⁷

“Vim ver e viver a Bahia. Em grande parte devido ao fato de ter sido presenteada por uma amiga que aqui passou o carnaval com um exemplar de *Viverbahia*”.³³⁸ Este depoimento mostrava que os turistas que tinham contato com o periódico eram tocados de alguma forma pelo que liam e viam. Portanto, a revista exercia uma influência na hora de pegar a estrada.

A Bahia era tida como sagrada pelos turistas. Esta sensação transparece no próximo depoimento, que assinala o caráter popular e “primitivo” de sua cultura, vista como pitoresca em sua essencialidade:

Estive aí no ultimo mês de junho, pela primeira vez, e, o que não é novidade, fiquei profundamente deslumbrada. Decididamente, esta é uma terra sagrada. Conheci VIVERBAHIA na portaria do hotel e aí o meu amor pela terra que começava a conhecer aumentou ainda mais. Como estudante de Belas-artes, interessei-me particularmente por esse ângulo da Bahia e o que mais me impressionou foi, durante a visita que fiz ao Mercado Modelo, a riquíssima arte popular e primitiva.³³⁹

A revista *Viverbahia* intensificava as representações já assimiladas pelos turistas, ou seja, estas imagens como “boa terra” não eram expressões inéditas reveladas pelos leitores de *Viverbahia*, elas já existiam e foram reforçadas. Assim dizia o turista de Brasília:

Fiquei impressionado com a excelente qualidade da revista da Empresa de Turismo da Bahia S/A que aumentou mais o meu fascínio pela grande e famosa Bahia, a “boa terra” e também o meu desejo de conhecê-la mais ainda.³⁴⁰

³³⁷ Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano V, nº 42, p.2 fev. 1978.80 p. Trimestral.

³³⁸ Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano V, nº 42, p.2 fev. 1978.80 p. Trimestral.

³³⁹ Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano V, nº 44, p.2 jul/set 1978.64 p. Trimestral.

³⁴⁰ Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano V, nº 44, p.2 jul/set 1978.64 p. Trimestral.

As principais demandas dos turistas eram elementos da cultura afro-brasileira, as coisas “pitorescas”, a culinária baiana³⁴¹, a mulher baiana³⁴², os locais históricos, as praias e as belezas naturais. Os elementos culturais eram destacados como os autênticos da identidade baiana, a exemplo dos grupos populares de samba e chorinho. Por isso, muitos leitores reagiam de forma crítica ao retratarem a divulgação de determinadas músicas nas rádios baianas, o que demonstra um público mais exigente com a questão musical.

Não entendo que músicas de tão bom nível não encontrem a merecida divulgação nas estações de rádio da Bahia como se queixa o violonista Edson Sete Cordas. Aliás, uma coisa que decididamente não consigo gostar na Bahia é da programação musical das rádios que passam o dia a tocar e retocar os Sidneis Magal da vida.³⁴³

O concurso de fotografia proposto pela revista (ver figura 10) é também uma forma de percebermos quais referências foram destacadas para representar imagetivamente a Bahia e quais foram assimilados pelo seu público leitor. Foram 800 fotos selecionadas, 43 classificadas, sendo 23 da Bahia, 17 de São Paulo, 2 do Rio de Janeiro e uma de Londrina, mas somente 10 publicadas na edição 36/37. As fotos premiadas foram de imagens recorrentes e exploradas por *Viverbahia*, que os fotógrafos-leitores elegeram como representativas da Bahia. A primeira delas, retratou a festa dos Ternos de Reis, e a segunda, a religiosidade do povo baiano. Destaco, porém, a foto tirada por um paulistano de uma lavadeira na Lagoa do Abaeté e de uma mãe de santo praticando oferenda ao seu Orixá. Os elementos afro-brasileiros foram preponderantes em relação a outros aspectos que poderiam ter sido destacados.

³⁴¹ Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano IV, nº 40, p.2, abr/jun. 1977.64 p.Trimestral. O turista do Rio pede receitas sobre como se faz o caruru, acarajé, vatapá e demais iguarias da comida baiana.

³⁴² Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano IV, nº 41, p.2, jul/set. 1977.40 p.Trimestral. “Não tenho visto em Viverbahia a beleza da mulher baiana, ao que parece, está sendo esquecida por esta revista”, comentava o turista pernambucano.

³⁴³ Depoimento Mário Leite Pereira de Brasília. In: Cartas. **Viverbahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano VI, nº 46, p.2 jan/mar. 1979.64 p.Trimestral.

Figura 10. Concurso de Fotografia

concurso bahiatura viverbahia de fotografia

Se você é da Bahia, está nos visitando e vai querer voltar, ou simplesmente gosta de fotografia por passatempo ou profissão pode participar deste concurso. É só querer. No regulamento abaixo estão as informações necessárias, os prazos e os prêmios. Agora só depende de você.

REGULAMENTO

- 1 - Fica instituído o CONCURSO BAHIATURA/VIVERBAHIA DE FOTOGRAFIA - 76.
- 2 - Poderão participar fotógrafos amadores e profissionais, indistintamente, residentes na Bahia e os visitantes de qualquer ponto do território nacional.
- 3 - Para participar basta enviar para CONCURSO BAHIATURA/VIVERBAHIA DE FOTOGRAFIA - Rua Marechal Floriano 1 - Caixa Postal 1907 - Cep - 40.000 - Salvador-Ba., fotos em preto e branco ou a cores. Exige-se apenas que sejam fotos inéditas e não tenham participado de outros concursos. As fotos podem vir copiadas em papel brilhante, tamanho 18x24 ou em transparências (slides).
- 4 - O tema é a Bahia. Vale tudo: praias, festas, gente, lugares, folclore, arquitetura e tudo o mais que for fotografável.
- 5 - Cada candidato pode concorrer com quantas fotos quiser.
- 6 - As fotografias inscritas não serão devolvidas e a Bahiatura se reserva o direito de não inscrever fotos sem as mínimas qualidades técnicas.
- 7 - A Bahiatura fica com o direito de publicar as fotos selecionadas, sempre citando o nome do autor e do prêmio.
- 8 - Os possíveis direitos de pessoas fotografadas ficam por conta do fotógrafo.
- 9 - As fotos devem vir protegidas por folhas de papelão e as transparências em caixinhas, para evitar danos, pelos quais a Bahiatura não se responsabiliza.

INSCRIÇÃO

- 10 - As fotos devem ser acompanhadas do nome completo, endereço dos autores e indicações técnicas.
- 11 - As inscrições estão abertas até o dia 30 de maio de 1976. Os resultados serão divulgados em junho deste ano e os prêmios terão a validade de um ano a partir da data da divulgação.

JULGAMENTO E PRÊMIOS

- 12 - As três fotografias premiadas e mais cinco Menções Honrosas serão escolhidas por uma comissão julgadora composta de fotógrafos, artistas plásticos, técnicos, um editor da Bahiatura, e um editor de VIVER/BAHIA. A comissão terá sete membros e sua decisão será, irreversível. A inscrição implica na aceitação de todas as condições contidas neste regulamento.
- 13 - Os prêmios são os seguintes: (se os vencedores residirem fora da Bahia):
 - 1.º lugar - duas passagens de ida e volta a Salvador, com estadia de uma semana paga;
 - 2.º lugar - duas passagens de ida e volta a Salvador;
 - 3.º lugar - uma passagem de ida e volta a Salvador;
 - as Menções Honrosas, bem como as fotografias premiadas, receberão diplomas.
 (se os vencedores residirem na Bahia):
 - os três primeiros colocados receberão o equivalente em equipamento fotográfico.

Viverbahia. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio - SIC. Bahiatura. Ano III nº 30, p. 42, mar. 1976.40 p. Mensal.

As relações entre *Viverbahia* e seu público-alvo, que tentamos reconstituir através das cartas de seus leitores, evidenciam com bastante nitidez a circunscrição deste periódico na imprensa especializada em turismo como um veículo importante e na divulgação das coisas da Bahia. Percebemos, também, que mesmo selecionados, os depoimentos nos serviram para entender como *Viverbahia* respondia aos anseios do contexto em que estava inserida, e que suas respostas materializavam a busca e manutenção de um público próprio e fiel, e mais ainda, um público que a revista buscava a todo o momento tornar um consumidor das coisas da Bahia tão propagandeadas em suas páginas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao inserir nosso objeto de estudo no campo da história política renovada, pretendi mostrar a importância das decisões políticas na sociedade e a expansão do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado. Não quero, desta forma, assegurar o monopólio do político sobre outras dimensões históricas, como o social, o cultural e o intelectual.

Neste sentido, também fiz história cultural, a partir do momento em que busquei identificar como uma dada realidade social foi construída, lida e pensada através das práticas, representações e apropriações da identidade baiana. Também pratiquei um pouco de História Regional, mesmo sendo a Bahia, uma “região” que em muitos momentos se arrogou em ser a nação. Por este motivo o CEC empenhou-se em divulgar a expressão “célula máter da nacionalidade”.

No século XXI talvez esta expressão não tenha tanto sentido, mas vez ou outra, encontra-se alguma peça publicitária ou propaganda turística que tenta falar da Bahia como começo do Brasil. Inclusões da Bahia na região Nordeste também acontecem. Todavia, de fato, ainda hoje nos debatemos e dialogamos sobre nossa identidade regional baiana.

Posso dizer também, que naveguei pelo campo da História das Ideias, ao investigar uma gama de atores culturais e suas produções na Bahia que se depararam com as consequências do golpe civil-militar. Uma boa parte deles se integrou a tal projeto, cujo eixo ideológico era a Segurança e a Integração Nacional. Alguns destes que justificaram em seus escritos a defesa de valores democráticos, contraditoriamente, foram parceiros na elaboração de um projeto cultural para a Bahia, cuja legitimidade, perpassava em construir e mesmo resgatar uma identidade baiana mais tradicional e afeiçoada aos valores de suas elites.

O Conselho Estadual de Cultura, digamos, foi o lugar de memória das elites no encontro com o seu passado. Logo, viam na preservação do patrimônio material arquitetônico e histórico do Estado uma forma de ratificar a ideologia da integração nacional. Não competiam, é verdade, pelo atributo da nacionalidade, mas, por outro lado, alegavam que a Bahia, pelo seu passado “glorioso” e pela sua história, teria direito a um lugar de destaque quando se tratava de brigar pelos recursos federais.

Desta forma, engendrava, também, a busca de uma exploração mais econômica da identidade baiana. Obviamente, como demonstramos, não tão eficaz

como foram as políticas do turismo, mas, por outro lado, doadora de estudos, encaminhamentos e amadurecimento de um projeto de preservação do patrimônio.

Na Bahia de outrora, destruíam-se o patrimônio material, sobretudo o mais antigo, em nome do novo, do moderno. Nas primeiras décadas republicanas, a “ideologia do progresso” vingou. Mas era um progresso demolidor. Em nome de uma modernização urbana aspectos do passado, sobretudo materializados nos monumentos, foram negligenciados. O episódio da demolição da Catedral da Sé em 1933 foi um caso emblemático. Atrelado a isto havia um caráter civilizador e pedagógico implementado pelas elites da época, no sentido de justificar as mudanças modernizantes em curso na cidade de Salvador naquelas primeiras décadas. Em poucas palavras: havia uma incompatibilidade latente entre o passado e o presente, representado por esta “ideologia do progresso”.

Anos mais tarde, na década de 1950, a tônica na Bahia, assim como no Brasil, era a “ideologia do desenvolvimentismo”. Logo, a mesma, não descartava o progresso como horizonte. Foi, também, um período de intensa efervescência cultural, do cinema, teatros, da consolidação da Universidade da Bahia. Na conjuntura baiana, o passado entrou em acordo com o presente, em uma espécie de “modernidade negociada”.

Os anos 1950 refletiram sobre o atraso baiano, ao tempo em que, engendraram práticas institucionais para solucioná-los. Nas décadas subsequentes os discursos caminhavam no sentido de mostrar que, com a perspectiva industrializante adotada no plano federal e acompanhada pela Bahia, este enigma estava decifrado pelas suas elites dirigentes, principalmente pelo carlismo em consolidação.

A partir dos anos 1960, e estendendo-se às décadas de 1970-1980, a “ideologia do progresso” continuava, desta vez associada a uma forte intervenção estatal em todos os setores da vida social. O ano de 1964 foi emblemático na consolidação de uma elite política baiana, ávida de superar o atraso baiano na economia – chamado de “enigma baiano” – e, ao mesmo tempo, na inibição dos movimentos vanguardistas e populares que faziam oposição naquele momento à ditadura militar. Como vimos, muitos quadros da oposição foram sistematicamente incorporados e transformados numa poderosa tecnoburocracia.

No campo cultural buscou-se seguir os passos das medidas adotadas pelo governo federal. Institucionalizar a cultura foi o objetivo principal. Neste interim, a

cultura na Bahia volta a colocar um pé no passado, através do CEC. A questão do patrimônio da Bahia, diferentemente dos anos iniciais da República, passa a ter um merecido respeito. Associados a isto e às políticas do turismo, representações antigas mesclam-se com novas representações apropriadas pelo estado. Representações de uma identidade afeiçoada aos traços afro-brasileiros, que compunha uma “visualidade”, em parte, destacada pela ascensão da comunidade negra baiana, sobretudo, no sentido de organização política e cultural.

O turismo, ao contrário, vendia uma Bahia para o visitante ver, uma representação para fins econômicos, para aumentar o interesse de quem vinha para cá, dos baianos que circulavam pelo estado e dos empresários do ramo, que faziam com que as receitas com o turismo aparecessem na pauta dos governos baianos, ao lado da indústria e da atividade agrícola.

Ademais, coube reconstituir, a partir do diálogo com as fontes e com os referenciais bibliográficos, a Bahia imaginada a partir de suas representações durante o recorte temporal que demarcamos, mas que no plano histórico, definiu projetos de desenvolvimento, estratégias de política pública que fazem sentir alguns dos seus reflexos até hoje em dia. Afirmções de que no passado uma identidade baiana foi auto-suficiente e que por isso a Bahia não crescia são recorrentes na Academia. No entanto, isto só nos faz pensar, que nos reinventamos a toda hora, e que muito dos nossos projetos de baianidade se materializam em nosso cotidiano a partir das formas de dizer, ver e ouvir a Bahia, cuja espacialidade mais propagada se concentra em Salvador e no Recôncavo, embora as ambições de se expressar abrangesse o Estado na sua integralidade.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 FONTES

1.1. PERIÓDICOS

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA (1973, 1975 e 1979).

JORNAL A TARDE - BPEBA (Biblioteca Pública do Estado da Bahia - Seção de Periódicos) (1946, 1950 e 1979).

JORNAL CORREIO DA BAHIA (1979).

JORNAL DA BAHIA (1971).

JORNAL TRIBUNA DA BAHIA (1971)

REVISTA CULTURA (1967)

REVISTA DE CULTURA DA BAHIA (1967-1983)

REVISTA VERBO ENCANTADO (1971-1972)

REVISTA VIVERBAHIA (1973- 1980)

1.2. LIVROS E OUTROS IMPRESSOS

AGUIAR, M. P. de. **Notas sobre o enigma baiano**. Planejamento, Salvador, v. 5, n. 4, p.19-54, out./dez. 1977.

ALMEIDA, Rômulo de. **Rômulo: voltado para o futuro**. Fortaleza: BNB, 1986. (Entrevistas concedidas a grupos de trabalho da ASEB).

_____. **Traços da história econômica da Bahia no último século e meio**. Planejamento, Salvador, v. 5, n. 4, p. 123-136, out./dez. 1977.

AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos: Guia das Ruas e dos Mistérios da Cidade do Salvador**. 32 ed. Rio de Janeiro: Record, 1982.

BAHIATURSA 30 anos 1968-2008. Salvador: Empresa de Turismo da Bahia, mai. 1998.

ESPINHEIRA, Carlos Gey D`Andrea. **Comunidade do Maciel**. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1971.

GAUDENZI, Paulo. **Operário do turismo: retalhos de ideias e pensamentos**. Salvador: Omar G, 1999.

MAGALHÃES, Antônio Carlos. **A Bahia constrói seu futuro sem destruir seu passado (cartilha)**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1975.

_____. **A revolução de 1964 e os seus reflexos na vida brasileira**. Discurso proferido na ESG em 29 de março de 1972. (impresso).

MARIANI, C. **Análise do problema econômico baiano**. Planejamento, Salvador, v. 5, n. 4, p.55-121, out./dez. 1977.

PEIXOTO, Afrânio. **Breviário da Bahia**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1945.

QUERINO, Manuel. **A Bahia de outrora**. Salvador: Progresso, 1955.

TAVARES, Odorico. **Bahia: imagens de terra e do povo**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

TORRES, Carlos. **Bahia, cidade feitiço**. 6. ed. Salvador: Imprensa da Bahia, 1973.

1.3. DOCUMENTOS OFICIAIS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador: SEI V. 1, 1972.

BALBINO, Antônio. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa**. Salvador: Imprensa oficial, 07 abr. 1956.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa**. Salvador: Imprensa oficial, 07 abr. 1958.

BAHIATURSA. **Relatório**. Salvador: Bahiatursa, Vol. I, 1971.

_____. **Relatório**. Salvador: SIC, 1972.

BAHIA. **Bahia: tierra de los buenos negocios**. Salvador: Secretaria de Indústria e Comércio - SIC, Bahiatursa, 1978.

_____. SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Relatório quadrienal 79/83**. Salvador: SIC, 1983.

BRASIL. Presidência da República. **Metas e bases para ação do governo**. Brasília: Governo Federal, 1970.

_____. Decreto-Lei 18.408, de 25 de setembro de 1928, está disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18408-25-setembro-1928-563028-ublicacaooriginal-87134-pe.html>> Acesso em: 29 nov. 2012.

_____. Decreto nº 4.393, de 13 de junho de 1934, disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24393-13-junho-1934-551460-publicacaooriginal-67976-pe.html>> Acesso em: 29 nov. 2012.

_____. Decreto-lei nº 55 de 18 de novembro de 1966. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-988/De10055impressao.htm> Acesso em: 29 nov. 2012.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CONDER. **Plano de Turismo do Recôncavo. Resumo.** Salvador: Clan & OTI, 1971.

BAHIA. **30 anos do IPAC nos jornais.** IPAC, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. Salvador, 1997

MAGALHÃES, Antônio Carlos. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa.** Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 31 mar. 1972.

2. BIBLIOGRAFIA (ARTIGOS, LIVROS, DISSERTAÇÕES E TESES)

ALBERGARIA, Roberto. “A Bahia é uma fábula”. **A Tarde**, 10 jun. 2001.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval. M de. **Gestão ou gestação da cultura:** algumas reflexões sobre o papel do estado na produção contemporânea. In: RUBIM, Albino &

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas.** São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: Edufba, 2007, pp. 61-86.

_____, Alexandre. **Textos nômades:** política, cultura e mídia. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil, 2008.

_____. **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: Edufba, 2007.

BORGES, Eduardo José Santos. “**Modernidade negociada**”, **cinema, autonomia política e vanguarda cultural no contexto do desenvolvimentismo baiano. (1956 - 1964).** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História. UFBA, Salvador, 2003.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BOOBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** 5ª Edição. Brasília: Ed. UNB, 2000

BURKE, Peter. **A fabricação do rei:** a construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CALABRE, Lia. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 37, janeiro-junho de 2006.

CANCLINI, Néstor García. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (org.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: Clasco Libros, 2005.

CARVALHO, Maria do Socorro Silva. **Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)**. Salvador: EDUFBA, 1999.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. O mundo como representação. **À Beira da Falésia – a História entre Certezas e Inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. “Cultura popular”: revisando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1995, v. 8, n. 16, p. 179-192.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

CRESPO, Regina Aída. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella M. S. **Cadernos de seminário de pesquisa**. Volume II. São Paulo: USP-FFLCH- Humanitas, 2002, pp. 98-116.

CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, nº 35, dez. 2007.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

_____. **“Surf” nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista**. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. Tese (Doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

ENCARNAÇÃO, Elisângela Sales. **A Bahia imaginando-se nação: discursos que forjaram uma identidade cultural baiana entre as décadas de 1940 e 1970**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus, 2010.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. **O Golpe de Estado de 1964 na Bahia**. 2003. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf> Acesso em: 24 dez. 2012.

FONTES, Virgínia. Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil. **Reflexões Im-pertinentes**. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. “Eu vou para a Bahia: a formação da regionalidade contemporânea”. **Bahia análise & dados**. Salvador: SEI v.9 n.4 2000.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia: Análise&Dados**. Ano 10 n° 01, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, jul. 2000, pp. 87-98.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: 4ª Ed. Civilização Brasileira, 1982.

GROBA, Tiago Santos. “Um lugar ao sol”: **Caderno da Bahia e a virada modernista baiana. 1948-1951**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós graduação em História Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JANCSÓ, Istvan e PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico(ou apontamentos para o estudo da emergência de um identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme.(Org.) **Viagem Incompleta**. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

LEÃO, Raimundo Matos de. **Transas na cena em transe: teatro e contracultura na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009

LE GOFF, Jacques. Antigo/ moderno. In: **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. A “baianidade” das elites nas primeiras décadas republicanas: identidade regional e projeto político. In: Negro, Antônio L. e Outros (orgs.). **Tecendo Histórias: Espaço, Política e Identidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **A Rainha Destronada: Discursos das elites sobre as grandezas e aos infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas**. Tese (doutorado) em História Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

LE MOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOWY, Michael. **Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Cortez, 1993.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MAIA, Tatyana de Amaral. **“Cardeais da cultura nacional”**: o Conselho Federal de Cultura e o papel civil – militar (1967 – 1975). Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2010.

_____. Memórias de si, sentidos revisitados: o Conselho Federal de Cultura e as comemorações em torno do movimento modernista (1967-1972), pp.187-216. In: MARTINS E SANGLARD. **História Cultural**: ensaios sobre linguagens, identidades e práticas de poder. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MARIANO, Agnes. **A invenção da baianidade**. São Paulo: Annablume, 2009.

MATOS, Rita de Cássia Aragão e MABEL, Sarah. **Flagrantes em Tela**: A Televisão na Bahia (1960-1985). III Encontro Baiano de Estudos em Cultura, CULT. UFRB, Cachoeira, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/Flagrantes-em-Tela-A-Televisa%C3%83%C3%89o-na-Bahia-1960-1985.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2012.

MARCELINO, Jacqueline Laranja Leal. **Análise do processo tradutório sob a perspectiva discursiva**: reportagens turísticas da revista ViverBahia sobre festas populares. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus I, Salvador, 2011.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Intelectuais na historiografia brasileira**. IV Simpósio Nacional Estado e Poder: Intelectuais, 8 a 11 de outubro de 2007, Universidade Estadual do Maranhão São Luís/MA. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado_poder/40.pdf>. Acesso em: 21 Dez. 2011.

MENDONÇA, Nadir Domingues. **O uso dos conceitos**: uma questão de interdisciplinaridade. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36 – 2003.

MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MOURA, Milton. **Carnaval e baianidade**: arestas e curvas na coreografia da identidade do carnaval de Salvador. Tese (doutorado). FACOM/UFBA, Salvador, 2001.

MOREIRA, Sônia Virgínia. As alternativas da Cultura (anos 60/70). In: STOTZ, Eduardo Navarro et alli. **Vinte anos de resistência**: alternativas da cultura no Regime Militar. Rio de Janeiro; Espaço e Tempo, 1986.

NAGABE, Fabiane e MACHADO, Alisson Bertão. **Políticas públicas e turismo**: uma análise das diretrizes nacionais direcionadas ao setor a partir dos documentos

jurídicos (1934-1977). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Turismo, cultura e natureza:** a produção de uma memória sobre o Ceará nos anos 1970. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299108778_ARQUIVO_ArtigoCompletoANPUH2011%5b1%5d.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2012.

OLIVEIRA, Milena C. **Elementos para uma história da imprensa na Bahia:** a revista *Viverbahia*. GT História da Mídia Imprensa. Florianópolis, abril de 2004. Disponível: <www.almanaquedacomunicacao.com.br/files/others/milena_oliveira.doc>. Acesso em: 08 fev. 2011.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PINHO, Patrícia de Santana. **Reinvenções de África na Bahia**. São Paulo: Annablume, 2004.

PINHO, Osmundo S. Pinho. **“A Bahia no fundamental” Notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade**. São Paulo: Rev. bras. Ci. Soc. vol. 13 n. 36, 1998.

PINTO, Roque. A invenção da baianidade recente: Identidade, política e turismo no contexto soteropolitano. **Cadernos do Cedoc**, Ilhéus, n.6, pp. 9-25, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. A evolução do sistema institucional público do turismo baiano. **Bahia Análise & Dados**. SEI, Salvador – BA, setembro 2001 v.11 n.2. pp.20-28.

REIS, José Carlos Reis. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

_____. Por que a história política? **Estudos históricos**: rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, pp. 7-19.

ROMO, Anadelia. O que é que a Bahia representa? O Museu do Estado da Bahia e as disputas em torno de uma definição da cultura baiana. **Afro-Ásia**, n. 39, 2009.

ROSANVALON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro:** artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RISÉRIO, Antônio. **Uma história da cidade da Bahia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

_____. Uma teoria da cultura baiana. In: GIL, Gilberto. **O poético e o político e outros escritos**. Rio de Janeiro, Paz e terra. 1988.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **ACM: poder, mídia e política**. Salvador: [s.n],2001.

_____. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113.

RUBIM, Lindinalva. A Bahia que gerou o cineasta Glauber rocha. In: **O feminino no cinema de Glauber Rocha**. Tese (Doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro 1999.

SILVA, Paulo Santos. **Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador, EDUFBA, 2000.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

OLIVEIRA, Milena C. **Elementos para uma história da imprensa na Bahia: a revista Viverbahia**. GT História da Mídia Impressa. Florianópolis, abril de 2004. Disponível: <www.almanaquedacomunicacao.com.br/files/others/milena_oliveira.doc>. Acesso em: 08 fev. 2011.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11.^a edição, Salvador: EDUFBA, 2009.

VILELA, Gileide et al. **Os baianos que rugem: a imprensa alternativa na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1996.

ANEXOS

Josué Montello e o Secretário de Educação Navarro de Brito na Instalação do CEC na Bahia.



Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I nº 01, março /agosto 1968.

Solenidade de Instalação do CFC em 27 de fevereiro de 1967, com a presença do presidente Castelo Branco



Cultura. Rio de Janeiro: MEC, Conselho Federal de Cultura. Ano 01 nº01, jul 1967.

Assinatura do decreto que estabelecia o custeio do Plano Nacional de Cultura.
Da esquerda para a direita: Josué Montello, Ministro da educação Tarso Dutra e Deolindo Couto, membro do CFC.



Cultura. Rio de Janeiro: MEC, Conselho Federal de Cultura. Ano 01 nº01, jul 1967.

Reunião do CEC, presidida por Odorico Tavares (Segundo à direita da foto)



Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I nº 01, março /agosto 1968.

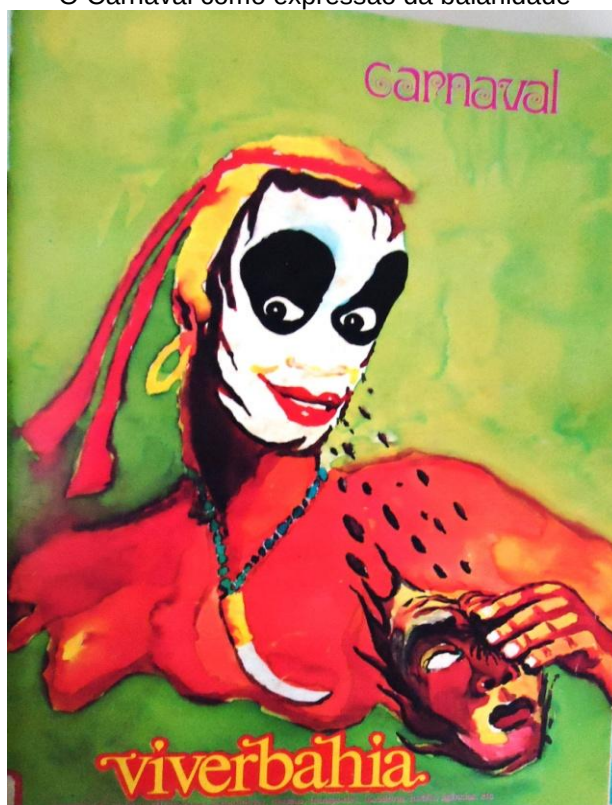


Capa da edição inicial do Verbo Encantado



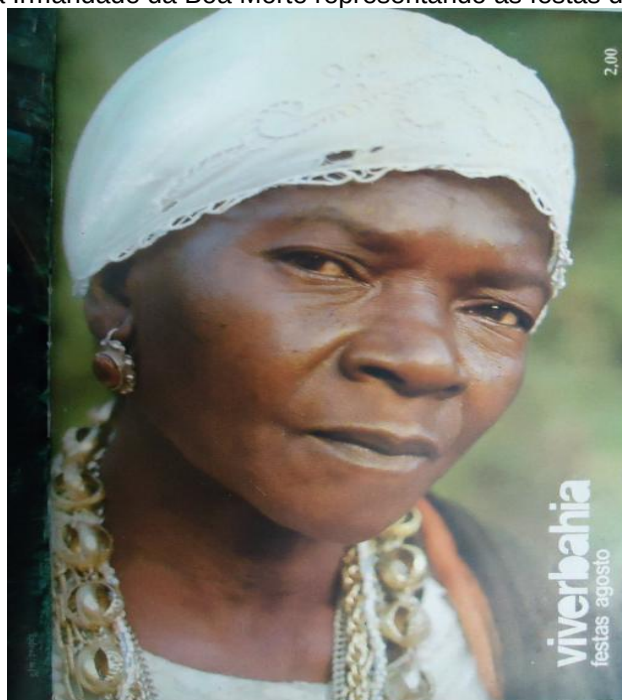
Capa da segunda edição do Verbo Encantado, com Capinan.

O Carnaval como expressão da baianidade



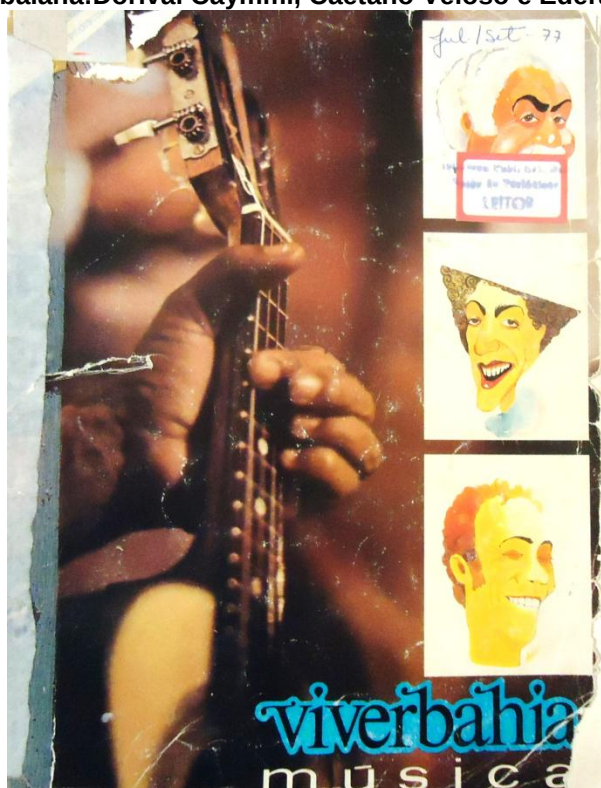
Viverbahia. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano III, nº 29, p.15, Fev. 1976.

Mulher negra da Irmandade da Boa Morte representando as festas de matriz africana.



Viverbahia. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano I, nº 10 ago 1974.

A música baiana: Dorival Caymmi, Caetano Veloso e Ederaldo Gentil.



Viverbahia. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano IV, nº 41, jul- set. 1977.

Capa expressando a capoeira: um dos símbolos da baianidade.



Viverbahia. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio – SIC. Bahiatursa. Ano II, nº 25, out.1975.

Maciel de Cima Buraco Doce



ESPINHEIRA, Carlos Gey D'Andrea. **Comunidade do Maciel**. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1971.



ESPINHEIRA, Carlos Gey D'Andrea. **Comunidade do Maciel**. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1971.

Contradições na Reforma do Pelourinho



ESPINHEIRA, Carlos Gey D'Andrea. **Comunidade do Maciel**. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1971.